

**Setembro 2008**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

## *Centro de Documentação e Informação*

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

## *Genérico*

**Redacção** Kâmia Madeira

### **Conselho de Edição e Revisão:**

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

### **Editado por:**

Development Workshop-Angola

### **Endereço:**

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

### **Telefone:**

+(244 2) 448371 / 77 / 66

### **Email:**

cedoc.dwang@angonet.org

### **Com apoio de:**

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

## INDICE

### 1 redução da pobreza e economia 2

1.1 68% De angolanos vivem abaixo da pobreza .....	2
1.2 «Funje» regressa aos Congolenses.....	2
1.3 Depois das eleições que opções para a prosperidade.....	3
1.4 Estimular a agricultura, a indústria e o emprego .....	4
1.5 INE faz levantamento há 17 anos .....	4
1.6 Relação entre o VIH/SIDA e a Pobreza.....	5
1.7 Ex-militares no Huambo beneficiam de projecto de reintegração social.....	7
1.8 «A culpa é um pouco nossa».....	8
1.9 Velhos problemas aguardam novo governo.....	8
1.10 Agricultores dizem que parte da safra é já absorvida pela rede «Nosso Super».....	9

### 2 mercado informal e microfinanças 10

2.1 Programa “Credito Jovem” contempla jovens na província do Zaire .....	10
2.2 Centenas de jovens de Benguela têm nova vida com o “Credito Amigo” .....	10
2.3 Banco concede 45 milhões de dólares em crédito a agricultores e professores.....	11
2.4 Trabalhadores por conta própria .....	12
2.5 Trabalhadores por conta própria .....	13
2.6 Preços dos produtos básicos disparam na cidade de Luanda .....	15
2.7 Armazéns do Hji-ya-Henda movimentam cinco mil pessoas.....	16
2.8 Cooperativas e associações agrícolas beneficiam de micro-crédito .....	17
2.9 Eles “matam” a sede dos cidadãos.....	17
2.10 “Crédito Jovem” contempla cooperativas.....	19
2.11 Origem está na ausência de bancos .....	19
2.12 Os prós e contras da Kixiquila, prática cultural que desafia a banca angolana .....	20
2.13 Um verdadeiro atentado à vida .....	21
2.14 Venda ilegal de medicamentos cresce em Luanda .....	21
2.15 Preço do pescado «Dispara» no mercado do Kwanza-Sul.....	22
2.16 Crédito beneficia mais de quinhentos jovens no Bié.....	23
2.17 Zungueiras adoptam nova forma de vender .....	24
2.18 Administração quer acabar com mercados de rua no Golfe .....	24
2.19 “Mercado do sábado” é a melhor opção para comprar produtos do campo.....	25
2.20 Especulação e anarquia marcam o comércio em Luanda.....	25
2.21 Penalizações de empreiteiras .....	27
2.22 Mercados de grande dimensão no Huambo nos próximos meses .....	28
2.23 Quitandeiras de Caxito beneficiam de Micro-Crédito Amigo.....	28
2.24 Mercado municipal da baixa está reabilitado.....	29
2.25 Incómodos quando o negocio é feito em horas impróprias.....	29
2.26 Camponeses recebem financiamento bancário.....	29
2.27 Capitais provinciais beneficiam de mercados com grande dimensão.....	30
2.28 Codex Angola desencoraja venda fora dos mercados .....	31

### 3 governação e descentralização 32

3.1 Receitas fiscais no Kuito atingem 468 milhões de kwanzas.....	32
3.2 Os desafios das autárquicas .....	32
3.3 A problemática das estatísticas em Angola.....	32
3.4 Maria João da Baía-farta “Estamos para dar vida ao município”.....	34
3.5 Afinal quantos somos?.....	34
3.6 Autárquicas precisam-se .....	34

### 4 Eleições e Educação Cívica 36

4.1 Liberdade de imprensa e direito à informação em tempo de eleições em Angola: desafios e perspectivas.....	36
4.2 Um quarto dos eleitores cadastrados não foi às urnas.....	37
4.3 Igrejas dizem que fé dos cristãos salvou a democracia.....	38
4.4 As eleições e alguns desafios para a sociedade civil.....	39
4.5 O compromisso eleitoral do MPLA as responsabilidades jurídico fundiárias.....	40
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>43</b>
5.1 Mais de 200 jovens conseguiram primeiro emprego no Huambo.....	43
5.2 Crianças nocturnas, um fenómeno em crescimento.....	43
<b>6 terra, habitação e urbanização</b>	<b>44</b>
6.1 Projecto de habitação social lançado no Kilamba Kiaxi.....	44
6.2 Projecto “Aldeia Nova” constrói residência para camponeses no Zaire.....	44
6.3 MAPESS entrega condomínio habitacional ao Governo da Província do Kwanza-Sul.....	45
6.4 Funcionários públicos em Cabinda beneficiam de residência económicas.....	45
6.5 Ordenar e planear o território.....	46
6.6 Kuito já não é cidade-fantasma.....	47
6.7 Famílias desalojadas recebem material de construção.....	48
6.8 Candidaturas a casas sociais da juventude ainda não foram abertas.....	48
6.9 Expropriação de terrenos dificulta trabalhos na via Boavista / Cacucos.....	48
6.10 Novas habitações.....	49
6.11 Programa “Angola Jovem” chega a Mbanza-Congo.....	49
6.12 Código Civil é sobrinha para tudo.....	49
6.13 Os Meandros do Planos Regionais do Ordenamento do Território.....	50
6.14 Autoridades lançam projecto sobre gestão de terras.....	51
6.15 Angola alberga acto central do Dia Mundial do Habitat.....	52
6.16 Sita José realça encorajamento da ONU ao esforço habitacional.....	52
6.17 Cinquenta residências para jovens.....	52
6.18 Jovens recebem material de construção diversa.....	53
6.19 Ingombota vale a pena ser cidade.....	53
6.20 A voz dos bairros.....	54
6.21 Entrega de prémios em Luanda.....	55
6.22 Metade da população do planeta já vive em cidades.....	56
6.23 Cidades harmoniosas.....	56
6.24 Dia Mundial do Habitat centra o olhar do mundo para Angola.....	57
6.25 Especialistas reúnem-se para reflectirem sobre os grandes aglomerados urbanos.....	57
6.26 Construção de edifício gera polémica.....	58
<b>7 serviços básicos.....</b>	<b>59</b>
7.1 Habitantes do Xangongo beneficiam de latrinas públicas.....	59
7.2 Varredores de rua orgulham-se por cuidar da sanidade de Luanda.....	59
<b>8 Paz e Reconciliação.....</b>	<b>61</b>
8.1 Desminados 423 quilómetros de estradas em todo o país.....	61
8.2 Minas: o inimigo invisível que se combate na Lunda-Sul.....	61
8.3 Angola já não tem deslocados.....	62
8.4 Mais de mil quilómetros quadrados do território angolano estão minados.....	63
8.5 Zaire entrega mais de mil armas.....	63
8.6 Sobas benguelenses enaltecem ganhos da paz.....	64
8.7 Governo compensa localidades que entregam mais armamentos.....	64
8.8 Zonas desminadas possibilitam construção de infra-estruturas sociais.....	64

# 1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## 1.1 68% De angolanos vivem abaixo da pobreza

*AGORA 13/09/ 2008*

Apesar do crescimento, o maior problema neste momento, segundo o BM, é a repartição da riqueza. Mais de 80% do rendimento está concentrado em Luanda, onde vive cerca de 30% da população angolana e calcula-se que 68% esteja abaixo do limite da pobreza, dados extremamente desajustados em relação ao crescimento económico.

A corrupção é outro problema. O país é controlado por uma máquina estatal e uma carga fiscal sobre as empresas que dificulta a afirmação do sector privado.

Os interesses privados são postos acima dos da nação e a presidência continua a ser o centro de decisões de toda a política sócio-administrativa, deixando fora a preocupação de elevar o índice de desenvolvimento humano (IOH), nas zonas rurais.

Embora se registre a preocupação do Governo com a reconstrução e construção de infra-estruturas estradas, escolas, hospitais e outras, o país continua na cauda do ranking do IOH divulgado recentemente pela ONU, quando em 2007 o país conheceu um crescimento de 19,8%.

Mesmo com a produção petrolífera de 1.873 milhões de barris por dia, as análises económicas para o futuro divergem: se, por um lado, o FMI diz que a economia angolana vai crescer, em 2009, ainda nos dois dígitos (13%), a OCDE é bem mais pessimista e aponta para apenas 5,1%.

De recordar que em África, o nosso país está em primeiro lugar dos países exportadores de petróleo, tendo passado recentemente à frente da Nigéria e é o quarto maior produtor de diamantes do mundo. A China é o primeiro destino do ouro negro angolano.

## 1.2 «Funje» regressa aos Congolenses

*Semanário Angolense 13/09/ 2008*

O mercado dos Congolenses voltou a contar com serviços de restauração, depois de ter estado privado deles desde a sua reabertura, em Fevereiro deste ano, constatou o *Semanário Angolense* no local.

São apenas 10 os restaurantes populares montados ao lado da parede contígua ao estádio do São Paulo, em tendas de praia, para se evitar a descaracterização do recinto com chapas de zinco, luandos e outros materiais rudimentares com que eram feitas as barracas onde funcionavam estes serviços antes da sua reabilitação.

Além de exíguas, as tendas onde foram montados os restaurantes não têm lugar para a cozinha, sendo a comida confeccionada num quintal particular por detrás do mercado, sendo a disponibilização, como é evidente, cobrada pelo seu proprietário, o que se reflectirá no preço final das refeições ao consumidor.

Ainda assim, os preços são acessíveis, uma vez que o funje, o prato mais solicitado e também encontrado mais facilmente, não ultrapassa os 500 kwanzas. Na tenda da Dona Bela, onde nos estreamos com um saboroso funje de carne seca e muteta, o preço mais alto é o do prato de batatas fritas com frango, bife ou costeletas, o chamado «composto», que fica por 1000 kwanzas.

Das mais de 40 senhoras que se dedicavam à venda de comida pronta no antigo mercado, apenas 18 conseguiram um espaço para regressarem ao trabalho dentro do novo Congolenses, sendo agora obrigadas a alternarem-se nas dez tendas disponibilizadas pela administração do recinto para esse efeito. Entre elas, apenas duas, que ganharam o estatuto de coordenadoras, têm autorização para servir todos os dias. Há muita insatisfação por isso.

De resto, ao que soube o *Semanário Angolense*, até a Mama Kuiba, uma figura carismática da gastronomia angolana, cuja barraca era das mais solicitadas, ficou sem espaço no novo mercado dos Congolenses. Uma das suas filhas que toma conta do negócio continua a servir num espaço alternativo situado por detrás do cine Ngola, para onde algumas vendedoras do sector se haviam «refugiado» enquanto esperavam pela reabertura do recinto.

«Só consegui lugar, quem andou em esquemas com o administrador do mercado, o senhor Raul da Silva», queixou-se uma das senhoras que ficou de fora, apesar de já ter mais de 15 anos de serviço no antigo mercado.

Reinaugurado em meados de Fevereiro deste ano, o «novo» mercado dos Congolenses conta apenas com um pouco mais de 1800 concessionários, dos 3700 que estavam registados. Segundo se soube por altura da distribuição de lugares, da voz da sua administração, os vendedores excedentários seriam transferidos para outros mercados da cidade.

### 1.3 Depois das eleições que opções para a prosperidade

*Folha 8 13/09/2008*

Angola celebra, no presente ano, trinta anos de libertação o colonialismo. Durante esse período, a economia sofreu um atraso devido à rebelião. O desenvolvimento não é possível em condições de guerra civil.

Finalmente, a sociedade livrou-se desse fardo. O tempo é propício. Actualmente, o País não só se encontra num período pós-conflito, mas também vive uma excelente fase do preço do petróleo. Onde estará Angola nos próximos trinta anos? Como será a sociedade no ano 2036?

A melhor maneira de responder a esta pergunta é analisar as outras sociedades que enfrentaram esta combinação. O investimento mais útil que o Governo de Angola poderá fazer é o de comprar, para todo o Governo, dois conjuntos de passagens aéreas: um para a Nigéria e outro para a Malásia. Assim, podem testemunhar qual é a situação actual desses países e, depois, perceber que, há 30 anos, ambos se encontravam na mesma condição em que Angola se encontra hoje.

Em 1973, a Nigéria vivia um período de pós-conflito e começava a exploração do petróleo. O que aconteceu depois?

Em 1983, foi consumido o boom do petróleo e o governo foi deposto num golpe de Estado.

Em 1993, foi consumido o segundo boom do petróleo e havia ocorrido mais dois golpes de Estado.

Em 2003, a economia estava tão pobre quanto antes de ter registado a entrada de 200 biliões de dólares do petróleo e, nesse ano, iniciaram-se as reformas.

Por sua vez, em 1973, a Malásia acabava de emergir de devastadores motins inter-étnicos. Começava por receber grande quantidade de receitas de recursos naturais.

Em 1983, já havia prosperidade generalizada, com explícitos arranjos para todos os grupos étnicos usufruírem dos ganhos das receitas dos recursos.

Em 1983, havia um progresso espectacular. A Malásia a traía, de longe, o mais alto fluxo de investimentos per capita do mundo. Em 2003, este país tinha uma economia de classe mundial: Kuala Lumpur tinha o edifício mais alto do mundo; o Presidente da República conseguiu transferir o poder numa transição harmoniosa e estável. Estes dois países começaram, mais ou menos, onde Angola está a começar hoje e trinta anos depois não poderia ser diferente. As escolhas de hoje determinarão qual das duas vias o país seguirá.

Estes dois exemplos ilustram um fenómeno mais geral. Tanto os períodos pós-conflito como os de boom do petróleo são momentos, em que as escolhas de políticas são muito mais importantes e variadas do que em situações normais. Algumas sociedades acertam, enquanto outras falham, e as consequências são espectaculares.

As escolhas que serão feitas nos próximos anos moldarão a sociedade para as décadas futuras, para o bem ou para o mal. Lamentavelmente, a "opção implícita" é a de que Angola seguirá o exemplo da Nigéria, Lagos é, actualmente, a melhor visão de Luanda em 2036. Isto porque existem fortes forças políticas e económicas que conduzem a sociedade para este rumo.

Os Nigerianos, nos anos 1970, não eram loucos. Teria sido necessária competência excepcional e visão para a Nigéria evitar o que aconteceu. A vossa maciça vantagem comparativamente à Nigéria dos anos 1970 é que podem aprender com os seus erros, tal como os Nigerianos acabam de aprender com os seus. Não precisam de estragar as próximas três décadas.

Assim, que escolhas importa, de facto, fazer agora? Claro, tudo é importante, mas se tentarem fazer tudo ao mesmo tempo, fracassarão em tudo. Por isso, o que realmente importa agora? Limitar-me-ei a cinco pontos:

1. Desenvolver correctamente as bases macroeconómicas (isso é fácil)  
Desenvolver correctamente as bases macroeconómicas não deverá absorver muita atenção do Governo porque são directas. Não precisa de nada pomposo.

#### 1.1. Administrar o excedente fiscal

Nos próximos três anos ou mais, Angola deverá estar a administrar um excedente fiscal. Isto é duplamente mais prudente. Não se sabe quanto tempo durará a alta dos preços de petróleo. Mais importante, ainda não existe localmente sistemas para empregar melhor o erário público e, assim, deverão ser adiadas algumas despesas até que se melhore o sistema.

#### 1.2. Estabelecer uma regra de regulação a médio prazo

O Governo deve estabelecer uma regra de regulação a médio prazo para as receitas dos recursos naturais, uma vez que só se pode estabelecer este arranjo enquanto se vive uma possibilidade de excedentes temporários, o momento é agora. O objectivo seria o de regular as despesas sem as reduzir.

Por exemplo, poder-se-ia gastar de acordo com uma média de variação de cinco anos no preço mundial do petróleo. Esse arranjo não pode ser confundido com um "Fundo para as Futuras Gerações" que encaro como um erro grave.

No fim de alguns anos, esses fundos são invariavelmente desmantelados e são transferidos de prudentes Ministros das Finanças para os seus corruptos sucessores. Pior ainda, se forem preservados, seriam absolutamente inapropriados para um país

pobre como Angola: é necessário criar programas de investimentos dentro do país e não activos financeiros em Nova Iorque.

### 1.3. Bloqueio para Baixar a Inflação

Como um subproduto, o excedente fiscal porá fim aos seus problemas de inflação. Quando a inflação atingir dígitos singulares, será considerado uma boa altura para se estabelecer um Banco Central Independente com um mandato simples - manter baixa a inflação! O Governador do novo Banco Central terá um mandato de dez anos com uma cláusula, especificando que será demitido do cargo se houver aumento de inflação acima dos 15%, em qualquer ano, durante o seu mandato. Tal medida deverá ser amplamente publicitada.

2 Criação de três sistemas vitais de despesas públicas (isto é significativamente difícil)

O foco central dos esforços do governo não deve estar na poupança das receitas do petróleo, mas sim, em como as empregar.

Deverá haver um aumento de despesas públicas e um bastante rápido. Isto não significa uma escolha de política: as políticas impulsionarão seguramente os aumentos de despesas. A questão vital de política consiste em gerir bem esta despesa. Acho existirem três sistemas distintos que devem ser criados.

## 1.4 Estimular a agricultura, a indústria e o emprego

*Semanário Factual 18/09/ 2008*

Nos últimos seis anos que anteciparam a realização das eleições de 05 de Setembro, o centro das atenções residia na reconstrução e na melhoria das infra-estruturas económicas, que garantiram por um lado as condições para a realização do pleito e por outro lado o controlo da inflação que durante anos se mantinha acima dos 100 por cento.

Hoje, com uma inflação mensal média inferior a dois porcentos, a taxa de câmbios estabilizou-se em torno dos 75 Kwanzas por dólar, enquanto a dívida externa representa cerca de somente 20 por cento do Produto Interno Bruto (PID).

Contudo, para garantir a estabilidade macroeconómica e a estabilidade dos preços, as despesas orçamentais cresceram substancialmente e hoje representam cerca de 50 por cento do PIB e a taxa de juros dos Bilhetes de Tesouros, principal instrumento de esterilização da inflação, ronda entre os 12 e os 14 por cento ao ano, um cenário que implica os vários desafios que ainda se tem de percorrer.

A estabilidade política induzida pelo sucesso político do processo eleitoral contribui para atenuar os "riscos e as incertezas em relação ao país". Vários grupos empresariais estrangeiros sempre se mostraram relativamente optimistas quanto às eleições e admitiram até antes das mesmas que o risco de descontinuidade

dos investimentos era muito baixo, porquanto acreditavam no processo e na consequente vitória do MPLA (no poder), o que veio dar maior credibilidade ao investimento estrangeiro.

A continuidade do processo de reconstrução apresenta-se como uma das questões chave para a economia nos próximos anos, assim como a reanimação da produção nacional, nomeadamente na agricultura, que já vai dando o ar da sua graça, e a indústria que ainda aparece muito apática.

Porém, vários dilemas espreitam tanto em relação ao "trade off" entre inflação e desemprego, quanto em relação à estagnação da taxa de câmbios, que continua a ser um vilão da economia, dada a persistente dependência das importações e da dolarização da economia.

O maior dos desafios consiste em melhorar e diversificar os investimentos de modo a elevar o nível de emprego e da produtividade, com o intuito de combater a pobreza e a informalidade da economia.

Nos últimos anos, a economia tem crescido acima dos 15 por cento, o superavit fiscal também tem aumentado exponencialmente, enquanto as reservas internacionais líquidas já rondam os 17 biliões de dólares.

No entanto, o investimento privado bem como o consumo privado parecem não seguir o mesmo ritmo. O período pré eleitoral esteve virado para a edificação de infra-estruturas, tanto rodoviárias, ferroviárias e hidroeléctricas, como em perímetros de irrigação., para colmatar o défice imposto pela guerra e pela falta de investimentos em tempos anteriores.

Contudo, no período que se segue a economia tende a conviver com uma maior participação dos investidores privados. Logo, é cada vez mais necessária a intervenção do empresariado nacional e estrangeiro para promover um verdadeiro milagre económico.

É altura de colocar toda a máquina a funcionar, não basta esperar pelo Estado, é imprescindível que a banca melhore a taxa de transformação de depósitos em créditos e o empresariado em investimentos, para potenciar o pleno emprego, a estabilidade dos preços, a substituição das importações pela produção nacional, a equidade na distribuição da riqueza e propiciar a produtividade e a competitividade das empresas nacionais.

## 1.5 INE faz levantamento há 17 anos

*Jornal de Economia e Finanças 19/09/ 2008*

O Instituto Nacional de Estatística (INE) acumula uma longa experiência de avaliação de índice de preços, com uma estrutura bem montada que permite séries

importantes para o planeamento da actividade económica. "O Instituto começou a calcular o IPC de Luanda em 1991, ou seja, é resultado de uma experiência de mais de 17 anos", revela o chefe do Departamento de Estatísticas Económicas e Financeiras do INE, Lukoki Artur.

Os métodos de cálculo utilizados são os consagrados internacionalmente e estão de acordo com o programa de harmonização do Índice de Preços no Consumidor dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). "A metodologia de cálculo do IPC de Luanda tem sido objecto de avaliação regular por especialistas da SADC, no âmbito do projecto de harmonização referido, bem como por especialistas do FMI, no âmbito do projecto Sistema de Difusão Geral de Dados (GDDS) a que o nosso país aderiu em Outubro de 2000", destaca o responsável do INE. Acrescenta que "essa espécie de auditoria visa, em última instância, avaliar a qualidade dos dados nas suas múltiplas dimensões e os progressos alcançados.

O IPC é um indicador económico que permite determinar a variação média de preços de um conjunto de bens e serviços seleccionados num espaço e durante um determinado período de tempo. O índice tem múltiplos usos, a nível macroeconómico, empresarial, familiar e ainda pessoal. " Os valores monetários não mantêm, no decorrer do tempo, o seu poder de compra pelo efeito da variação do preço", sublinha Lukoki Artur.

#### Levantamento

Os elementos principais para o cálculo do IPC são a lista de bens e serviços seleccionados. "Em Luanda, são 224 bens e serviços seleccionados, utilizando a classificação recomendada pelas Nações Unidas, a Classificação do Consumo Individual por Objectivos (COICOP), onde resulta uma recolha média de cerca de 14.500 observações de preços, mensalmente. De salientar que Angola foi um dos primeiros países da SADC que adoptou essa nova classificação, que compreende 12 classes de consumo", destaca a fonte.

Os pontos de recolha em Luanda estão concentrados em 20 mercados e cerca de 100 estabelecimentos ou lojas distribuídos por toda a extensão da província de Luanda, com cobertura dos seus nove municípios. Os produtos vendidos nos mercados, utilizando unidades de medida não convencionais, tais como, monte, pedaço, atado, copo, etc., são adquiridos e pesados para que, deste modo, eles se mantenham comparáveis.

A publicação dos resultados mensais é feita, regularmente, com a informação referente ao mês anterior, até ao dia 10 de cada mês e o boletim mensal referente ao mês anterior, até ao dia 30 de cada mês. "Os prazos de publicação são religiosamente respeitados", afirmou Lukoki Artur.

Para fazer os levantamentos dos preços, os técnicos do INE visitam, todos os meses, uma pequena amostra de

supermercados em toda a província. Os resultados são amplamente divulgados.

## 1.6 Relação entre o VIH/SIDA e a Pobreza

*Folha 8 20/09/2008*

A exemplo de muitas doenças infecciosas, o VIH/SIDA interage com a pobreza, quer seja na suas causas ou nas suas consequências. Contudo, é difícil identificar os determinantes próximos e distantes da epidemia do VIH/SIDA, visto estes assentarem numa complexa teia de factores sociais, mas a cultura, a pobreza, o género, a violência e as desigualdades sociais são aceites como factores de facilitação da transmissão da doença. E, por isso, se torna importante compreender qual a relação entre o VIH/SIDA e a pobreza.

A pobreza contribui para a disseminação da epidemia e a epidemia contribui para o aumento da pobreza, sendo este um factor causal e bi-direccional que se manifesta por diferentes vias. Por exemplo, a perda de emprego num sistema agrícola pode resultar em incapacidade de preparar os terrenos, levar à erosão dos solos e à diminuição da produtividade agrícola, com o consequente empobrecimento das famílias e da comunidade.

Esta situação gera problemas de insegurança alimentar, com o aumento da má-nutrição, que contribui para uma diminuição do sistema imunitário, facilitando assim a infecção pelo VIH. Por outro lado, aumenta a migração campo-cidade, em particular dos homens, aumentando o risco de disseminação da doença.

O afluxo populacional às cidades contribui para piores condições de habitação e de saneamento, que contribuem para uma maior taxa de infecções oportunistas nos doentes com SIDA e para o surgimento de comportamentos de risco, nomeadamente com aumento de trabalhadoras de sexo e à falta de conhecimento sobre as infecções transmitidas sexualmente. Por outro lado, o VIH/SIDA contribuiu para o aumento da incidência e da mortalidade da tuberculose e da malária, igualmente relacionadas com a pobreza, ao mesmo tempo que ambas as doenças são responsáveis por uma menor esperança de vida das pessoas infectadas pelo VIH.

A prevalência do VIH está correlacionada com a falta de consumo de calorias, a falta de ingestão de proteínas e com a desigual distribuição das receitas, entre outras variáveis. A má-nutrição proteica-calórica, a anemia por deficiência de ferro e a deficiência de vitamina A, relacionadas com a pobreza, facilitam igualmente a transmissão do VIH e diminuem a resistência ao SIDA.

Este ciclo vicioso tem de ser abordado, de forma integral e abrangente, nos programas de combate ao VIH/SIDA e nos programas de redução da pobreza,



abordagem essa que se for ignorada levará certamente à falência dos objectivos traçados. O interesse por esta abordagem inovadora reside, por um lado, no facto da dimensão e da velocidade da epidemia ter sido pior do que se esperava, de serem agora conhecidos os efeitos demográficos que se repercutem na economia e ser melhor compreendida a complexidade do impacto da doença e das suas consequências.

Por outro lado, pelo facto do VIH/SIDA ter sido identificado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005, como o factor que, sozinho, maiores recuos originou na história do desenvolvimento.

Deve-se igualmente sublinhar que pobreza é mais do que receitas e economia. Existem muitos tipos de pobreza, que se podem associar entre si, como a "pobreza de serviços" quando não são disponibilizados ou quando as pessoas não têm acesso a determinados bens como a Educação e a Saúde, ou a "pobreza de recursos" quando os cidadãos não conseguem influenciar o contexto em que se inserem e são pobres no exercício dos seus direitos, da sua representação ou da governação.

A epidemia do VIH/SIDA é um acontecimento de longo prazo, pois o verdadeiro número de mortes só pode ser estimado após a vaga da epidemia ter sido observada. E tal, pode demorar até 50 anos, pois apenas nessa altura se poderá afirmar que a epidemia a nível mundial atingiu o seu pico ou está em declínio. Contudo, nas suas consequências, a epidemia provoca impactos de curto e longo prazo.

No curto prazo, a epidemia aprofunda a pobreza e aumenta as desigualdades a todos os níveis: familiar, comunitário, regional e sectorial. Ela mina os esforços para a redução da pobreza, a melhor distribuição das receitas, diminui a produtividade e retarda o crescimento económico, levando a dificuldades financeiras, de recursos e de receitas das famílias, por perda das receitas conseguidas pelo trabalho dos adultos, e ao empobrecimento do capital social do trabalho reprodutivo socialmente.

O VIH/SIDA tem um impacto ao nível das famílias que se traduz por um aumento da insegurança alimentar e da má-nutrição, resultante do facto dos seus membros serem incapazes de trabalhar devido à doença, com consequente declínio dos rendimentos, maiores despesas em saúde, mais tempo dedicado a cuidar dos doentes e menor tempo de atenção para com as crianças.

O impacto demográfico é igualmente importante, pois uma maior mortalidade devido ao VIH/SIDA e uma maior prevalência nas faixas etárias mais produtivas e reprodutivas, contribui não só para uma redução da população, mas igualmente para uma alteração da estrutura etária dessa população. E se a mortalidade atingir as elites académicas e económicas dum país, o seu efeito será ainda mais devastador. Por exemplo, a perda

de funcionários qualificados da administração pública significará que o trabalho deixa de ser bem feito, o investimento é reduz-se e o crescimento económico abranda. Uma maior mortalidade na elite económica poderá significar menos empresas, menos investimento privado e menor capacidade de gerar riqueza.

O sector da Educação pode ser fortemente abalado, por um lado devido a menor recursos disponíveis (canalizados para a área da Saúde), mas igualmente devido aos períodos de doença e morte dos seus profissionais. Os padrões do sistema educativo podem assim baixar, somando-se a dificuldade de substituir professores que falecem com SIDA, em particular em comunidades rurais ou áreas mais remotas.

Este sector relaciona-se igualmente com os impactos a longo prazo, pois os alicerces para uma vida futura passam a ser fracamente construídas. O aumento do número de órfãos, muitos deles passando por períodos de stress emocional, com consequências a nível da saúde mental, e a necessidade de terem de trabalhar para sustentarem a família restante, afecta a capacidade das crianças de beneficiarem do apoio familiar e de educação, afectando no futuro o seu desempenho social e económico das suas vidas.

O impacto sobre o sector da Saúde é extremamente relevante, pois a epidemia do VIH/SIDA teve o efeito de enfraquecer os já frágeis sistemas de saúde de muitos países. Maiores recursos financeiros e materiais serão necessários para enfrentar a epidemia, mas o sector confronta-se igualmente com a redução dos seus profissionais infectados pelo VIH.

Na agricultura, o impacto do VIH/SIDA traduz-se pelo empobrecimento das comunidades rurais e por uma maior insegurança alimentar, com estudos recentes a demonstrarem uma relação entre o VIH e a fome em países da África Austral, acentuando as dificuldades já existentes.

Estas mudanças podem resultar numa crise humanitária que pode afectar especialmente a África Austral, onde as taxas de prevalência do VIH são elevadas, estimando-se que, em 2020, a Namíbia perca cerca de 26% da sua força agrícola devido ao VIH/SIDA, o Zimbabué 23%, Moçambique e a África do Sul 20% e o Malawi 14%.

Logo verifica-se que a interligação entre a epidemia do VIH/SIDA e a pobreza é uma vertente fundamental na planificação e execução de estratégias de prevenção e tratamento da doença e na elaboração dos programas de redução da pobreza e de desenvolvimento. Ignorar esta realidade significará, no curto -prazo, utilizar recursos financeiros e humanos em programas cujos objectivos nunca serão atingidos.

## **1.7 Ex-militares no Huambo beneficiam de projecto de reintegração social**

*Jornal de Angola 21/09/ 2008*

Com o fim da guerra, há seis anos, os programas virados para essa franja da população – os ex-militares – ganharam outra dinâmica, a avaliar pelos resultados. No Huambo, primeira escala da equipa do Jornal de Angola, expressamente enviada ao Planalto Central, para no terreno avaliar, em concreto, o esforço do Governo e dos seus parceiros para o retomo à normalidade Sócio-Profissional dos ex-militares, estão contabilizados trinta e seis projectos encerrados e/ou em curso.

Foram seleccionados projectos nas áreas da agricultura, pecuária, formação profissional, construção de infra-estruturas e micro-crédito. Uns já foram encerrados – com actos públicos formais – outros estão em vias disso ou ainda em curso.

Outros trinta e um projectos estão por iniciar em diferentes municípios da província. "São projectos que já têm contrato, apenas aguardam por financiamento", explica Artur Mulaly, do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-militares (IRSEM).

Para a implementação dos trinta e seis projectos que beneficiam 27 mil 980 ex-militares, menores agregados a ex-militares, menores da comunidade, viúvas, mulheres vulneráveis e ex-militares portadores de deficiência, a província do Huambo solicitou do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR) mais de doze milhões 482 mil dólares, enquanto a comparticipação dos parceiros fixou-se em mais de três milhões 319 mil dólares, sendo que até agora foram já desembolsados mais de oito milhões 555 mil dólares.

São dados que animam os responsáveis do IRSEM no Huambo, para quem a celeridade na a locação dos recursos financeiros é a garantia do sucesso na implementação dos vários projectos gizados para os ex-militares nesta região conhecida pelo seu potencial agrícola.

Ao Jornal de Angola foi explicado, aliás, que 70 por cento dos projectos no Planalto Central estão na área da agro-pecuária. Por exemplo, dos nove projectos já encerrados apenas um está direccionado à formação profissional e geração de renda. Está localizado na sede da província e teve como parceiro de implementação a Handicap Internacional.

Oito projectos agro-pecuários foram concluídos, com notável sucesso, nos municípios do Bailundo, Mungo, Chinjenje, Ukuma, Caála, Longonjo, Tchicala Tcholohanga e na localidade da Calima.

Esses projectos tiveram como parceiros de implementação a ADRA, de Angola, o Conselho Internacional de Cooperação, a Visão Mundial, a Organização de Apóio aos Desmobilizados e Crianças Órfãs e a Organização Internacional de Migrações.

Sete dos 11 projectos terminados, mas a aguardar pelo seu encerramento formal, se referem à construção de escolas de formação profissional, postos de saúde, bem como ao micro-crédito. Várias cacimbas também foram melhoradas.

Treinamento para gestão dos projectos.

Numa medida de grande alcance, todos os beneficiários recebem formação para uma melhor gestão, do que tem resultado uma maior rentabilidade dos projectos. "Num projecto agrícola são contratados, pelo parceiro de implementação, técnicos agrícolas para a formação dos beneficiários em áreas como o manejo da tracção animal e melhoramento das várias culturas", refere Artur Mulaly, notando que esta acção inclui, além dos ex-militares, os membros da comunidade, para que não haja desequilíbrios.

"Neste momento, os projectos com maior visibilidade são aqueles que apresentam infra-estruturas, com siglas a indicar que um determinado projecto foi implementado no âmbito do PGDR", explica Albano Benguela, outro técnico do IRSEM no Huambo.

Como se disse noutra peça, existem vários projectos já encerrados no Huambo. Na prática, como nos foi clarificado, tal significa que as acções terminaram e o parceiro de implementação usufruiu dos benefícios que estavam previstos no projecto.

"Os relatórios são apresentados pelo parceiro de implementação. O encerramento é público e elabora-se uma acta formal a dar como definitivamente finalizado um determinado projecto", acrescenta Albano Benguela.

Já o seu colega, Artur Mulaly, avança que "em todos os projectos agrícolas nós agrupámos os ex-militares em associações às quais transferimos todas as técnicas agrícolas, incluindo fertilização de solos e várias culturas. Essas acções têm continuidade depois do projecto, o que resulta no fortalecimento dessas associações".

E é fruto dessas acções que já há casos de assinalável sucesso de associações no Bailundo, criadas no âmbito do PGDR, que hoje estão fortalecidas porque o próprio parceiro de implementação, no caso a ADRA Angolana, agilizou crédito junto do Banco Sol.

No terreno, técnicos do IRSEM conferem regularmente a gestão dos projectos feitos para os Ex-militares. Com o início do PGDR, hoje os ex-militares estão associados, recebem os seus créditos e alguns já cultivam extensões de mais de 200 hectares.

Os membros das famílias de ex-militares há muito que sentem os efeitos positivos dos programas gizados pelo IRSEM, referiram os nossos cicerones no Huambo, Artur Mulaly e Albano Benguela.

Mas há mais sobre os projectos agrícolas no Huambo. Para além da introdução da tracção animal, várias comunidades rurais têm visto o seu parque animal repovoado, como resultado da distribuição de espécies de pequeno porte, nomeadamente caprinos.

"Os projectos com a componente pecuária e que tiveram como parceiros de implementação a OIKOS e a ADRA Angolana apresentaram resultados bastantes animadores, pois os animais continuam a multiplicar-se", afirma Artur Mulaly.

Programa inclui escolas e postos de saúde  
No Huambo, o IRSEM não parou no tempo. Visionári, contabilizou a imensidão dos problemas e, mesmo não sendo sua vocação, partiu para a construção de infra-estruturas sociais, na esteira da formação profissional. O balanço não poderia ser melhor.

"Dentro dos programas de reintegração, com a formação profissional, construímos oito infra-estruturas de raiz, das quais três postos de saúde e cinco escolas em diferentes municípios", assegura João Borges, responsável em exercício do IRSEM no momento em que fazíamos a presente reportagem.

Para ele, os projectos de reintegração são uma mais valia porque, além de melhorarem a condição social dos desmobilizados, estão também a dar uma grande abertura a outros estratos sociais.

João Borges reforça o que os seus colegas acabavam de avançar, mas esclarece, contudo, que "em termos de gestão dos projectos agrícolas não se trata de uma formação especializada, mas simplesmente o fornecimento de elementos necessários para que os desmobilizados saibam as técnicas mais modernas sobre como obter, por exemplo, maior rendimento dos campos agrícolas, tracção animal e como tratar o gado de pequeno porte. O objectivo é que eles tenham benefícios para as suas famílias".

E tudo isso é feito pelos parceiros sob o orçamento do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração (PGDR), que, para o Huambo, está avaliado em cerca de 12 milhões e 500 mil dólares.

## 1.8 «A culpa é um pouco nossa»

*A Capital 27/09/ 2008*

Depois da confiança que lhe foi depositada nas umas pelos angolanos, o MPLA tem agora a responsabilidade de combater a pobreza da população, maior problema do país, o que pressupõe um melhoramento da

distribuição da riqueza. À esta conclusão chegou o Instituto de Estudos Estratégicos Sul-africanos (ISS) que, citado pela agência de notícias portuguesa, a Lusa, considera que o partido eleito «será julgado pela sua capacidade de alargar a todos os indivíduos o seu círculo de beneficiários».

«O MPLA tem agora todo o poder para apresentar resultados na principal área de preocupação da vida social angolana: o alívio da pobreza», refere o ISS, considerando que «fora das três principais cidades, é negligenciável a melhoria nos sectores sociais, com grande percentagem da população, em particular nas zonas semi-urbanas de Luanda e rurais, sem acesso a água, saneamento, electricidade, habitação, emprego, saúde e educação».

«Os angolanos assistiram a mudanças pouco significativas desde o fim da guerra (2002) e a maioria deles vive na pobreza, sem esperança de um emprego fora da agricultura de subsistência», referiu a investigadora portuguesa do ISS, Paula Roque, para mais adiante sublinhar que, além de «diminuir radicalmente o desequilíbrio na distribuição da riqueza, compete ainda ao Governo, à comunidade africana e internacional garantir que as eleições, legislativas e presidenciais, decorram a partir de agora, de forma periódica, que não se repitam os problemas registados na última consulta popular e que sejam «despolitizadas» as forças militares e de segurança, entre outras tarefas.

Para Paula Roque, a população e os actores políticos angolanos merecem crédito pela maneira pacífica como decorreram as eleições, e deram um sinal claro de pretenderem «paz, segurança e participação económica».

## 1.9 Velhos problemas aguardam novo governo

*A Capital 27/09/2008*

Nos sectores intermédios da sociedade a ansiedade é maior. Pensa-se que as mudanças devem acontecer já. A este nível já se vão levantando reclamações em volta daquilo que está por melhorar desde antes das eleições.

Outros sectores porém, entendem que a realização do programa eleitoral levará tempo, admitindo mesmo estes, que os quatro anos estabelecidos por lei como tempo de duração do mandato, nem sequer serão suficientes para quase nada.

A grande constatação que se faz, embora se esteja ainda sob os últimos cartuchos do Governo cessante, é a prevalência dos velhos problemas.

Na capital Luanda, um dos aspectos que a sociedade levanta é que se ponha definitivamente cobro às

intervenções de fachada, a favor da solução dos problemas. Um exemplo simples está na Cónego Manuel das Neves, um pouco até nas imediações do velho prédio do Kinaxixi. Todos os anos esse troço sofre reparações, mas volta e meia, o mesmo problema ressurge.

A nível do país um dos problemas com que o novo Governo se vai deparar é o dilema da escassez de cimento, cada vez mais crónica, com tendência para agravar. Algumas empreiteiras já se queixam de não serem capazes de honrar taxativamente os prazos da conclusão de algumas obras.

Neste momento, o volume de empreitadas faz com que a procura de cimento esteja acima da média, com o produto importado da República da China a liderar as aquisições, alegadamente, por ser mais eficiente.

Mil e 600, algumas vezes dois mil kwanzas, é quanto pagam os comerciantes pelo saco de cimento chinês contra mil e 200 kwanzas do cimento nacional. Neste imbróglio de disparidade de preços, ainda que quem sai a ganhar sejam os compradores grossistas, a verdade é que muitas obras estão paradas pela carência do produto.

Os pequenos construtores e mesmo revendedores de cimento se manifestam preocupados, enviando recados aos «novos» inquilinos do poder, no sentido de terem em atenção a necessidade cada vez maior da construção de mais fábricas de cimento no país.

Em muitos sectores levanta-se a controvérsia segundo a qual o cimento angolano está a ser exportado para São Tomé, onde é vendido a preços mais baixos.

A Nova Cimangola, de um tempo para cá, tem-se mostrado incapaz de arcar com a demanda de cimento num país transformado «em canteiro de obras», segundo o Presidente da República, ou «talhão de obras», de acordo com o ministro da Defesa, Kundy Paihama.

Para entendidos na matéria, a continuar como está, a escassez de cimento, principal matéria-prima para a reconstrução nacional em curso, pode inviabilizar grande parte dos sonhos governamentais já anunciados, na perspectiva de continuar a «mudar o país para melhor».

## **1.10 Agricultores dizem que parte da safra é já absorvida pela rede «Nosso Super»**

*A Capital 27/09/2008*

Segundo o presidente do grupo Cândido & Irmãos, entidade com interesses no sector da agro-indústria, a implementação do Presild abriu mercado para muitos

produtos agrícolas, uma vez que os super mercados dessa rede têm sido os responsáveis pelo consumo, de boa parte da safra dos produtores das redondezas.

Maurício António lembra que antes da proliferação dos Nosso Super grande parte das colheitas acaba muitas vezes por se deteriorar em mãos dos produtores, por dificuldade de escoamento e falta de mercado para os referidos produtos.

Uma situação que já não se coloca em grande escala, segundo ele, a partir do momento em que alguns detentores de campos agrícolas começaram a ver nesse mecanismo de logística, o destino de alguns dos seus produtos.

No princípio do primeiro semestre deste ano, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) havia revelado que implementaria um programa que previa a criação de pontos de depósito, em zonas do país predominantemente agrícolas.

O objectivo era o de permitir que pequenos agricultores com dificuldade de escoar a sua produção, para os centros de consumo, tivessem onde canalizar os excedentes.

O projecto nasce de queixas, nesse sentido, por parte de agricultores e camponeses de províncias, com vastas potencialidades agrícolas. O IDA é o Órgão do ministério da Agricultura que lida mais directamente com o meio rural e que trabalha na criação de infra-estruturas ligadas ao desenvolvimento das áreas rurais.

Na altura, apontava igualmente para as superfícies comerciais associadas ao Presild, como sendo um dos mecanismos que absorveriam parte da produção local.

O Presild prevê a construção de um conjunto de 31 supermercados, tendo a primeira fase do projecto concluído com a abertura de pouco mais de duas dezenas de lojas, a última das quais inaugurada no passado fim-de-semana em Cacuo.

O projecto inclui, além dos supermercados, a instalação de três centros de logística e distribuição de produtos, sendo que o primeiro destes no município de Viana, num terreno com 450 hectares.

## 2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Programa “Credito Jovem” contempla jovens na província do Zaire

*Jornal de Angola 1/09/ 2008*

O "Programa Crédito Jovem" contemplou 236 jovens integrados em diversas cooperativas e associações na província do Zaire, com o objectivo de incentivar a criação de pequenas empresas dos mais variados sectores e reduzir assim, o índice de desemprego, inculcando o espírito empreendedor no seio da juventude.

Para este programa, o banco disponibilizou 100 mil dólares, segundo o gerente da dependência do Banco de Poupança e Crédito (BPC) em Mbanza Congo, José Simão dos Santos. Deste valor, 61 mil dólares já foram destinados à concessão de créditos para as mais diversas actividades.

Os critérios e volumes de atribuição do crédito variam em função da especificidade de cada actividade a desenvolver. Assim, os jovens que apresentarem projectos no ramo da prestação de serviços, beneficiam de um crédito de cinco mil e 500 dólares, ao passo que para o sector da Indústria o valor é de quatro mil dólares. Os agricultores e comerciantes beneficiam de três mil e 500 dólares de crédito.

Em relação ao prazo de reembolso, o gestor explicou que no ramo agrícola, o período é de quatro anos com um ano de carência. No comércio, o valor deverá ser devolvido ao banco num espaço de um ano, com três meses de carência. Já para a indústria e prestação de serviços, os beneficiários deverão efectuar o reembolso durante um ano e meio, com seis meses de carência.

O processo de concessão de crédito aos jovens obedece a trâmites legais, que começam com a apresentação dos projectos junto do Ministério da Juventude e Desportos e culminam no BPC que, por sua vez, concede o crédito.

Para acautelar eventuais desperdícios, após a recepção do dinheiro, os jovens são submetidos a uma acção formativa em matéria de gestão financeira, pelos técnicos do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Em relação à ausência, de micro-crédito para os camponeses da região, José Simão dos Santos disse que o dinheiro disponibilizado pelo Governo Central está a

cargo da gerência do Banco Sol, instituição implantada no município do Soyo. Por este facto, os beneficiários são obrigadas a deslocar-se ao Soyo para terem acesso ao micro-crédito.

A agência do BPC encetou contactos a nível das estruturas centrais, para a abertura, em Mbanza Congo, do projecto micro-crédito, tendo sido aceite. O gerente da dependência do BPC sublinhou que há dois meses que decorre na província uma acção formativa dos funcionários bancários que se encarregarão da concessão dos Micro-créditos.

### 2.2 Centenas de jovens de Benguela têm nova vida com o “Credito Amigo”

*Jornal de Angola 2/09/ 2008*

O Banco de Poupança e Crédito já disponibilizou 400 mil dólares para o apoio ao Programa "Angola Jovem". O micro crédito já consumiu 390.596.16 dólares norte-americanos e beneficiou 400 jovens, incorporados em cooperativas da província de Benguela, revelou ao "Jornal de Angola" o presidente do Conselho Provincial da Juventude, Cristiano Fernandes.

"Os jovens estão a aderir em massa ao programa, o que permitiu a constituição de 50 cooperativas e a incorporação de 400 elementos com idades compreendidas entre 18 e 35 anos, que receberam créditos de valores que variam entre os quatro e os 12 mil dólares", disse o presidente do Conselho Provincial da Juventude.

"Fruto do resultado das cooperativas, tem crescido o número de interessados no programa. Os projectos, inicialmente, são avaliados e os jovens que virem os seus projectos despachados positivamente, antes de receberem os créditos, primeiro têm que frequentar um curso no INAPEM, sobre gestão de pequenas "empresas"

Os candidatos têm de abrir contas nos balcões do Banco de Poupança e Crédito, porque é essa instituição que fornece os créditos", explicou Cristiano Fernandes.

As cooperativas encontram-se repartidas entre os diversos ramos da economia de pequena escala, nomeadamente na agricultura, comércio, pescas, materiais de construção, transportes, entre outros.

"As entidades promotoras da iniciativa, constataram que algumas cooperativas, antes do final do período de carência, já pretendem fazer o reembolso, o que demonstra que o Programa "Angola Jovem" está a ser um sucesso", disse.

O Crédito Jovem está a ser um autêntico "salva vidas" para cidadãos que, por falta de ocupação, estavam a

resvalar para a delinquência, nos maiores centros urbanos da província de Benguela. Por isso, o Conselho Provincial da Juventude seleccionou jovens que viviam em situação social crítica, fundamentalmente por falta de emprego, e que estavam à beira da marginalidade.

A delegação de Benguela do Ministério da Juventude e Desportos, com o "Crédito Jovem" a estratos sociais vulneráveis, recuperou para a vida activa 400 cidadãos e muitos já constituíram família porque conquistaram um nível de vida com maior dignidade.

#### CRÉDITO NO MEIO RURAL

Cristiano Fernandes avançou que o Programa "Crédito Jovem" no campo está a evoluir consideravelmente. Já foram constituídas dezenas de cooperativas, onde os jovens associados têm desenvolvido a produção agrícola, o que levou à diminuição da pobreza, com o fomento do auto-emprego.

"Os jovens têm manifestado interesse na produção agrícola, sobretudo a criação de gado, e esta aspiração vai ser assegurada pela direcção do programa, uma vez que os resultados têm sido animadores. O conselho vai estender as acções a '1000 jovens até ao final do ano 2008", disse.

As cooperativas instaladas nos municípios do Balombo, Cubal e Ganda têm dado passos importantes na produção de feijão, milho, tomate, entre outros produtos, facto que tem motivado o interesse crescente da juventude a aderir ao Programa "Angola Jovem".

Este instrumento de apoio à juventude tem estimulado o auto-emprego e incentiva a valorização social da actividade dos jovens no campo. Com a implantação do programa nas áreas rurais, está a aumentar o rendimento, a poupança e o investimento das famílias, no meio rural.

Os créditos para as cooperativas ligadas à agricultura e pecuária foram estabelecidos pelo BPC, têm um ano de carência e devem ser reembolsados durante um período de três anos.

Cristiano Fernandes salientou que muitos jovens que beneficiaram do micro-crédito, já construíram residências próprias e alguns estão a dar continuidade aos estudos. "O Crédito Jovem tem sido uma excelente linha de orientação para o bem-estar social de muitos jovens, que estavam a um palmo da marginalidade, disse.

O Programa "Angola Jovem" é um projecto do Governo para a reabilitação de jovens em situação social vulnerável.

## **2.3 Banco concede 45 milhões de dólares em crédito a agricultores e professores**

*Jornal de Angola 6/09/2008*

Agricultores associados, professores, enfermeiros e outros técnicos de saúde beneficiaram, até agora, de empréstimos do Banco Sol no valor global de 45 milhões de dólares, no âmbito de implementação do programa do Governo de crédito ao consumo e Micro-Crédito, segundo o presidente da instituição, Coutinho Nobre Miguel.

Em entrevista à ANGOP, o gestor considerou louvável a iniciativa do Governo, ao lançar o projecto, em 2005, gerido conjuntamente pelo Banco Sol e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), porquanto o processo está a permitir desenvolver actividade económica visando o combate à pobreza junto das comunidades beneficiárias.

Segundo o responsável, o projecto terá já beneficiado 25 mil e 200 professores, enfermeiros e outros técnicos de saúde das zonas rurais do país, e no sector agrícola foram contemplados 40 mil agricultores e camponeses organizados em cooperativas.

Neste programa de Micro-Crédito e crédito ao consumo, o Banco Sol ficou com a responsabilidade de cobrir as províncias de Luanda, Bié, Malange, Zaire, Bengo Huambo, Benguela e Huíla, enquanto outras 10 regiões do país estão a cargo do BPC.

Com base num acordo assinado, em Julho de 2005, entre o ministério das Finanças, o BPC e Banco Sol, o Governo pôs à disposição destas instituições bancárias 10 milhões de dólares, para operações de micro-crédito e de crédito ao consumo. Um ano depois este valor foi duplicado.

Coutinho Nobre disse que parte do valor disponibilizado para o programa de combate à pobreza é recurso próprio do banco, pois, a administração do Sol compreendeu tratar-se de um projecto sustentável e rentável, daí ter repassado parte dos recursos a este segmento de actividade.

Concebido e financiado pelo Governo angolano, o programa de micro-crédito, cuja gestão está a cargo dos bancos Sol e de Poupança e Crédito (BPC), tem por finalidade ajudar camponeses organizados em cooperativas e associações, professores, enfermeiros e outras classes sociais.

Lançado a 17 de Setembro de 2005 na vila do Bailundo, província do Huambo, o projecto está a permitir melhorar as condições de vida da população das áreas abrangidas, porquanto os beneficiários estão a desenvolver pequenas actividades económicas e custear despesas com a saúde e educação dos seus filhos.

Para Coutinho Nobre, o Banco Sol, dentro da sua orientação estratégica de negócios, considera a pobreza uma condição que deve ser combatida no seio das famílias de forma integrada, daí a razão de ter como prioridade os serviços de micro-finanças, visando a apoiar os mais vulneráveis.

## 2.4 Trabalhadores por conta própria

*Jornal de Angola 7/09/ 2008*

São sempre os primeiros a chegar ao centro da cidade de Luanda, cujas artérias transformaram em seus postos de trabalho, e dão-lhe vida com a sua movimentação e com o seu refrão, chamariz para os clientes adquirirem os produtos que comercializam. Falamos de trabalhadores por conta própria, funcionários cujos patrões são eles mesmos.

Referimo-nos, particularmente, aos engraxadores, aos lavadores de carros, aos ardinhas, e aos zungueiros e outros que são vistos a deambular um pouco por todos os recantos da cidade de Luanda em busca de sustento para si e para os seus dependentes.

Os primeiros a chegarem

Os engraxadores são, geralmente, os primeiros a chegar à cidade e também os primeiros a partirem. A clientela só suja os sapatos durante as horas de expediente. Na hora de beber uma cerveja para aliviar a pressão de um dia de trabalho já ninguém se lembra dos sapatos. Há engraxadores com caixas simples e outros que transportam às costas uma autêntica indústria de puxar brilho aos sapatos. São simpáticos, humildes e sempre prontos para o trabalho. Muitos estão nas ruas em vez de estarem nas escolas.

Os ardinhas só não começam a trabalharem mais cedo porque na hora em que chegam ainda não têm jornais para vender. Mas quando o "Jornal de Angola" sai da máquina, ainda a cheirar a tinta magenta, logo-logo um ardina esta na rua a vender a informação. Eles têm a noção da urgência das notícias. Na Samba, o jornal custa mais caro. Na Rua Rainha Jinga, custa apenas 50 kwanzas. Por uma quantia irrisória, os ardinhas vendem aos leitores o mundo inteiro em notícia.

Zungueiras

As zungueiras são mais que os zungueiros, mas todos são iguais em simpatia, perseverança para convencer o cliente a comprar e muita corrida. A zungueira corre a cidade, desde que nasce o Sol até muito depois da noite cerrada. Sexta e sábado à noite, elas e os zungueiros de bebidas encostam num canto e vendem até altas horas. Só quem nunca teve sede nocturna, dispensa esses inestimáveis profissionais por conta própria.

São homens, mulheres, jovens e crianças e diariamente percorrem as ruas de Luanda com a mercadoria que comercializam. Os braços, o pescoço e a cabeça são os

suportes para o peso. Algumas zungueiras carregam o produto, laranja, banana, abacate ou peixe, na kindá à cabeça e o filho amarrado nas costas.

Firmino tem 19 anos e é engraxador desde os 17. Encontramo-lo às seis da manhã na Rua Rainha Jinga. Trajava Tshirt branca e chinelo de facilitar e carregava a caixa da ferramenta, uma autêntica indústria caseira. Na "toca", eles transportam escova, pomadas de várias cores, pano de limpar e dar brilho e uma garrafa de água com detergente. Mais o banco que nunca pode faltar.

Firmino já tem a empresa bem organizada. A "toca" e o banquinho, onde se senta enquanto trabalha, ficam à guarda de um segurança na cidade. Paga pelo serviço 50 Kwanzas por dia, mas em compensação não se cansa tanto nem corre o risco de ser roubado.

Um engraxador sem a ferramenta e os produtos está perdido. É a falência total. O mestre engraxador sai de casa às cinco da manhã para chegar ao local de trabalho o mais tardar às seis e meia, hora a que começa a bater o "toque" para chamar os fregueses.

Na Mutamba, onde sempre trabalhou; Firmino já tem clientes certos. "Como tenho confiança nos meus fregueses, eles só me pagam no fim do mês", diz o empresário por conta própria. Já conhece os truques todos do comércio internacional e da globalização. "Como só recebo no fim do mês, isso também me ajuda a economizar", garante o gestor da "toca" e da pomada.

Firmino partilha a sua superfície comercial, que é a Mutamba toda, com mais dois amigos. Factura todos eis dias 2.500 kwanzas e "despega" às quatro da tarde, "o horário de largada normal dos trabalhadores da Função Pública", que logo de manhã recorrem aos seus serviços. Os sapatos ficam sempre bem limpinhos e com brilho de novos, mesmo os que não o são. "O dinheiro que ganho dá para ajudar em casa e ainda ponho algum kumbu no banco, pode fazer falta para ajudar numa situação grave".

Cláudio Kiala é ardina e, normalmente, chega ao fornecedor (Tropicana) por volta das seis da manhã. Depois de receber os 100 jornais a que tem direito, as ruas são todas dele e ainda leva os jornais a empresas públicas e privadas. "Às dez da manhã, todos os jornais estão vendidos, porque tenho clientes certos, só um ou outro é que vendo na rua", disse. Cláudio, para além de vender o "Jornal de Angola", também vende os semanários.

O Único sacrifício na sua profissão é mesmo levantar bem cedo. Um esforço que considera satisfatório, "porque consigo tirar dinheiro para sustentar a família", Pai de duas crianças, Cláudio consegue pagar todas as despesas de casa "e ainda meter no banco 20 a 30 mil kwanzas por mês", explicou. Um dia destes irá ao

banco levantar as poupanças "e vou comprar uma moto, assim ainda vendo mais jornais e ganho mais dinheiro".

José Alfredo tem 25 anos e é lavador de carros, há seis meses. Antes de trabalhar na rua, era ajudante de obras numa empresa de construção. Acabou o contrato, renovação nada e o jovem encontrou na lavagem de carros a solução para o desemprego. Alfredo também já tem clientes fixos, que só lhe pagam no final do mês. Há meses que chega a facturar 22 mil kwanzas. Para além deste valor, que recebe no final de cada mês, Alfredo pode facturar diariamente perto de cinco mil kwanzas. "Eu gasto todos os dias 400 kwanzas em táxi e com o resto compro coisas para casa e roupa para vestir", disse.

Morador no bairro Golf 2, José Alfredo disse que chega ao trabalho, que é toda a Baixa de Luanda, às oito horas da manhã e só larga às 17 horas. Agora que as ruas estão a ficar asfaltadas e bonitas, os lavadores de carros vão ter problemas com o negócio. Dizem que a água estraga o asfalto. Por isso Alfredo restringiu o campo de negócio e agora só lava no Beco dos Remédios, mesmo ali por trás da Sé. "Asfalem as ruas nas não acabem com os becos, que são excelentes estações de serviço".

Marisa Pereira mora no Cazenga, zona da SONEFE, e só acaba o serviço às 19h30. Todos os dias sai de casa às cinco da manhã, na companhia de duas vizinhas que são Zungueiras com ela. Vende tambarinos, loengos e a fruta que houver na época do ano. Marisa Pereira sustenta uma família de sete elementos. Mãe de seis filhos, a zungueira dos loengos, de 39 anos, tem ainda sobre a sua guarda um sobrinho de 12 anos, filho de uma irmã já falecida. Para além da kinda que carrega todos os dias à cabeça, leva as costas um menino de dois anos.

"Eu ponho no negócio dez mil kwanzas e, às vezes, tiro lucro de três mil. Esse é o dinheiro com que compro a comida de casa e a roupa das crianças", explicou. Mas tem despesas extra: "de casa até ao Catintom, onde compro o negócio, tenho de apanhar dois táxis e depois vou até ao 1º de Maio noutro táxi, tudo isso é despesa. De lá para a Mutamba, vou já a pé e começa a venda", disse.

Marisa chega à Mutamba às 15 horas, depois de parar mil vezes no caminho para vender fruta. É lá onde fecha a loja e dá por terminado o negócio do dia. E quase nunca lhe sobra mercadoria. O negócio está mesmo bom, como os loengos madurinhos!

A hora do descanso

Os trabalhadores por conta própria são gente sem sono. Marisa Pereira, por exemplo, chega a cozo todos os dias por volta dos 22h. Como ainda tem que trotar do cosa e do família, só se deita à meia-noite; portanto, se tudo correr bem, dorme apenas quatro ou cinco horas.

Aos domingos faz folgo, mas mesmo assim trabalha que se farta: "como não tenho tempo na semana, então faço já no domingo os trabalhos mais profundos de cozo", disse. Firmino deita-se por volta das 22h30. A actividade profissional é cansativo e custo muito acordar às cinco da manhã. Considero-se diferente dos outros jovens, na medida em que "nem sequer tenho tempo para me divertir.

Sábado e domingo, Firmino não trabalha e aproveita para fazer o que não te tempo durante a semana. "Fico com os amigos e arrumo as minhas coisas", disse.

O lavador de carros José Alfredo tem no cinema a sua maior diversão. Mas só vê filmes com a namorada que, segundo diz, é a sua melhor companheira, embora não dê para se verem todos os dias. Mata saudades ao fim-de-semana. "Eu às vezes chego tarde em casa, porque o táxi anda muito difícil. Então só me dá tempo de assistir a um filme antes de dormir", disse. Dorme às 23 horas e as cinco da manhã já está pronto para nova batalha contra os carros sujos.

## 2.5 Trabalhadores por conta própria

*Jornal de Angola 7/09/ 2008*

São sempre os primeiros a chegar ao centro da cidade de Luanda, cujas artérias transformaram em seus postos de trabalho, e dão-lhe vida com a sua movimentação e com o seu refrão, chamariz para os clientes adquirirem os produtos que comercializam. Falamos de trabalhadores por conta própria, funcionários cujos patrões são eles mesmos.

Referimo-nos, particularmente, aos engraxadores, aos lavadores de carros, aos ardinhas, e aos zungueiros e outros que são vistos a deambular um pouco por todos os recantos da cidade de Luanda em busca de sustento para si e para os seus dependentes.

Os primeiros a chegarem

Os engraxadores são, geralmente, os primeiros a chegar à cidade e também os primeiros a partirem. A clientela só suja os sapatos durante as horas de expediente. Na hora de beber uma cerveja para aliviar a pressão de um dia de trabalho já ninguém se lembra dos sapatos. Há engraxadores com caixas simples e outros que transportam às costas uma autêntica indústria de puxar brilho aos sapatos. São simpáticos, humildes e sempre prontos para o trabalho. Muitos estão nas ruas em vez de estarem nas escolas.

Os ardinhas só não começam a trabalharem mais cedo porque na hora em que chegam ainda não têm jornais para vender. Mas quando o "Jornal de Angola" sai da máquina, ainda a cheirar a tinta magenta, logo-logo um ardinha esta na rua a vender a informação. Eles têm a



noção da urgência das notícias. Na Samba, o jornal custa mais caro. Na Rua Rainha Jinga, custa apenas 50 kwanzas. Por uma quantia irrisória, os ordinários vendem aos leitores o mundo inteiro em notícia.

#### Zungueiras

As zungueiras são mais que os zungueiros, mas todos são iguais em simpatia, perseverança para convencer o cliente a comprar e muita corrida. A zungueira corre a cidade, desde que nasce o Sol até muito depois da noite cerrada. Sexta e sábado à noite, elas e os zungueiros de bebidas encostam num canto e vendem até altas horas. Só quem nunca teve sede nocturna, dispensa esses inestimáveis profissionais por conta própria.

São homens, mulheres, jovens e crianças e diariamente percorrem as ruas de Luanda com a mercadoria que comercializam. Os braços, o pescoço e a cabeça são os suportes para o peso. Algumas zungueiras carregam o produto, laranja, banana, abacate ou peixe, na kinda à cabeça e o filho amarrado nas costas.

Firmino tem 19 anos e é engraxador desde os 17. Encontramo-lo às seis da manhã na Rua Rainha Jinga. Trajava T-shirt branca e chinelo de facilitar e carregava a caixa da ferramenta, uma autêntica indústria caseira. Na "toca", eles transportam escova, pomadas de várias cores, pano de limpar e dar brilho e uma garrafa de água com detergente. Mais o banco que nunca pode faltar.

Firmino já tem a empresa bem organizada. A "toca" e o banquinho, onde se senta enquanto trabalha, ficam à guarda de um segurança na cidade. Paga pelo serviço 50 Kwanzas por dia, mas em compensação não se cansa tanto nem corre o risco de ser roubado.

Um engraxador sem a ferramenta e os produtos está perdido. É a falência total. O mestre engraxador sai de casa às cinco da manhã para chegar ao local de trabalho o mais tardar às seis e meia, hora a que começa a bater o "toque" para chamar os fregueses.

Na Mutamba, onde sempre trabalhou, Firmino já tem clientes certos. "Como tenho confiança nos meus fregueses, eles só me pagam no fim do mês", diz o empresário por conta própria. Já conhece os truques todos do comércio internacional e da globalização. "Como só recebo no fim do mês, isso também me ajuda a economizar", garante o gestor da "toca" e da pomada.

Firmino partilha a sua superfície comercial, que é a Mutamba toda, com mais dois amigos. Factura todos os dias 2.500 kwanzas e "despega" às quatro da tarde, "o horário de largada normal dos trabalhadores da Função Pública", que logo de manhã recorrem aos seus serviços. Os sapatos ficam sempre bem limpinhos e com brilho de novos, mesmo os que não o são. "O dinheiro que ganho dá para ajudar em casa e ainda ponho algum kumbu no banco, pode fazer falta para ajudar numa situação grave".

Cláudio Kiala é ardina e, normalmente, chega ao fornecedor (Tropicana) por volta das seis da manhã. Depois de receber os 100 jornais a que tem direito, as ruas são todas dele e ainda leva os jornais a empresas públicas e privadas. "Às dez da manhã, todos os jornais estão vendidos, porque tenho clientes certos, só um ou outro é que vendo na rua", disse. Cláudio, para além de vender o "Jornal de Angola", também vende os semanários.

O Único sacrifício na sua profissão é mesmo levantar bem cedo. Um esforço que considera satisfatório, "porque consigo tirar dinheiro para sustentar a família", Pai de duas crianças, Cláudio consegue pagar todas as despesas de casa "e ainda meter no banco 20 a 30 mil kwanzas por mês", explicou. Um dia destes irá ao banco levantar as poupanças "e vou comprar uma mota, assim ainda vendo mais jornais e ganho mais dinheiro".

José Alfredo tem 25 anos e é lavado r de carros, há seis meses. Antes de trabalhar na rua, era ajudante de obras numa empresa de construção. Acabou o contrato, renovação nada e o jovem encontrou na lavagem de carros a solução para o desemprego. Alfredo também já tem clientes fixos, que só lhe pagam no final do mês. Há meses que chega a facturar 22 mil kwanzas. Para além deste valor, que recebe no final de cada mês, Alfredo pode facturar diariamente perto de cinco mil kwanzas. "Eu gasto todos os dias 400 kwanzas em táxi e com o resto compro coisas para casa e roupa para vestir", disse.

Morador no bairro Golf 2, José Alfredo disse que chega ao trabalho, que é toda a Baixa de Luanda, às oito horas da manhã e só larga às 17 horas. Agora que as ruas estão a ficar asfaltadas e bonitas, os lavadores de carros vão ter problemas com o negócio. Dizem que a água estraga o asfalto. Por isso Alfredo restringiu o campo de negócio e agora só lava no Beco dos Remédios, mesmo ali por trás da Sé. "Asfalem as ruas nas não acabem com os becos, que são excelentes estações de serviço".

Marisa Pereira mora no Cazenga, zona da SONEFE, e só acaba o serviço às 19h30. Todos os dias sai de casa às cinco da manhã, na companhia de duas vizinhas que são Zungueiras com ela. Vende tambarinos, loengos e a fruta que houver na época do ano. Marisa Pereira sustenta uma família de sete elementos. Mãe de seis filhos, a zungueira dos loengos, de 39 anos, tem ainda sobre a sua guarda um sobrinho de 12 anos, filho de uma irmã já falecida. Para além da kinda que carrega todos os dias à cabeça, leva as costas um menino de dois anos.

"Eu ponho no negócio dez mil kwanzas e, às vezes, tiro lucro de três mil. Esse é o dinheiro com que compro a comida de casa e a roupa das crianças", explicou. Mas tem despesas extra: "de casa até ao Catintom, onde compro o negócio, tenho de apanhar dois táxis e

depois vou até ao 1º de Maio noutra táxi, tudo isso é despesa. De lá para a Mutamba, vou já a pé e começa a venda", disse.

Marisa chega à Mutamba às 15 horas, depois de parar mil vezes no caminho para vender fruta. É lá onde fecha a loja e dá por terminado o negócio do dia. E quase nunca lhe sobra mercadoria. O negócio está mesmo bom, como os loengos madurinhos!

A hora do descanso

Os trabalhadores por conto próprios são gente sem sono. Marisa Pereira, por exemplo, chega a coso todos os dias por volta dos 22h. Como ainda tem que trotar do cosa e do família, só se deita à meia-noite; portanto, se tudo correr bem, dorme apenas quatro ou cinco horas.

Aos domingos foz folgo, mos mesmo assim trabalha que se farta: "como não tenho tempo na semana, então faço já no domingo os trabalhos mais profundos de coso", disse. Firmino deita-se por volta das 22h30. A actividade profissional é cansativo e custo muito acordar às cinco da manhã. Considero-se diferente dos outros jovens, na medido em que "nem sequer tenho tempo para me divertir.

Sábado e domingo, Firmino não trabalha e aproveita para fazer o que não te tempo durante a semana. "Fico com os amigos e arrumo as minhas coisas", disse.

O lavador de carros José Alfredo tem no cinema a sua maior diversão. Mas só vê filmes com a namorada que, segundo diz, é a sua melhor companhia, embora não dê para se verem todos os dias. Mata saudades ao fim-de-semana. "Eu às vezes chego tarde em casa, porque o táxi anda muito difícil. Então só me dá tempo de assistir a um filme antes de dormir", disse. Dorme às 23 horas e as cinco da manhã já está pronto para nova batalha contra os carros sujos.

## **2.6 Preços dos produtos básicos disparam na cidade de Luanda**

*Jornal de Angola 9/09/ 2008*

Os preços dos produtos básicos no mercado registaram um aumento. O saco de 25 quilogramas de arroz, que até ao período pré-eleitoral custava 2.500 kwanzas, está a ser vendido a 4.000 kwanzas. Por uma caixa de coxas de frango e entrecosto, nos armazéns grossistas do Mercado dos Congolenses, pagam-se 3.500 e 4.000 kwanzas, respectivamente.

"Neste período eleitoral, o consumidor desembolsa avultados valores para a aquisição de bens alimentares", refere o ambulante Muanda Garcia que diz estar a obter bons lucros com a venda de perecíveis e cereais. Para a caixa de massa, o consumidor gasta 2.000 kwanzas,

contra os 1.200 kwanzas anteriores. A par disso, algumas casas de refeição e restaurantes alteraram a tabela de preços.

Tal como o Mercado dos Congolenses, o Mercado do Catintom registou ontem uma maior procura de clientes, mas com poucos vendedores a comercializar. Antónia Cardoso, vendedora daquele mercado informal a Sul de Luanda, explica que a paralisação por parte de muitos negociantes se deve ao ambiente que se vive no país. Este factor, para a comerciante, impede muitos camionistas de efectuarem viagens às províncias.

Os vendedores sem mercadoria acreditam que tudo volta à normalidade depois da leitura dos resultados definitivos das eleições.

Apesar dos mercados informais e algumas lojas aproveitarem o momento político, os principais supermercados e lojas mantêm os preços dos produtos. Os armazéns localizados nos principais mercados de Luanda duplicaram a tabela de preços dos produtos.

Factores políticos e aduaneiros

Os factores políticos e aduaneiros são os principais motivos do desequilíbrio dos preços nos mercados informais e lojas no país, segundo o economista Victor Morais. Neste momento de grande expectativa política, os consumidores ainda estão apegados à experiência do passado, o que fez com que houvesse uma maior procura de bens e serviços e uma pouca oferta.

Victor Morais considera que o ambiente político estimula muitos operadores a reverterem a tabela de preços. "A produção interna não consegue satisfazer a procura e, em função da procura, que acaba por ser maior, os negociantes aproveitam para especular", sublinhou o economista.

Victor Morais destaca o aumento da tarifa aduaneira e o salário da função pública como factores impulsores da subida dos preços nos estabelecimentos comerciais. "Muitos negociantes estão a aproveitar-se da situação política para compensar os seus lucros", salientou. Entretanto, o especialista acredita que, dentro de dois meses, a procura e oferta vão ganhar equilíbrio.

Comércio alerta agentes para o combate à especulação. No quadro das medidas preventivas, didácticas e pedagógicas, a Direcção Nacional do Comércio alertou os comerciantes para não enveredarem pela especulação, provocando uma prematura ruptura de stocks.

Segundo o director nacional do Comércio, Gomes Cardoso, em função do clima de apresentação dos resultados de votação das eleições legislativas, foram tomadas várias medidas preventivas.

Para Gomes Cardoso, não existem razões plausíveis para o aumento dos preços dos produtos básicos, pelo facto de terem sido tomadas todas as providências para o período eleitoral. "O Governo, em parceria com o

Entrepósito Aduaneiro de Angola, tratou de aprovisionar os produtos básicos e pô-los à disposição da população através da rede de supermercados retalhistas", afirmou.

Foram mobilizados todos os comerciantes, grossistas, retalhistas e de prestação de serviços mercantis para assegurarem a comercialização de produtos com regularidade e qualidade. Os operadores comerciais, que optarem pela especulação de preços, estão sujeitos a medidas punitivas e correctivas, pelos órgãos competentes de inspecção e fiscalização.

## **2.7 Armazéns do Hji-ya-Henda movimentam cinco mil pessoas**

*Jornal de Angola 12/09/ 2008*

Uma enorme multidão, um autêntico formigueiro, desfila no único corredor que dá acesso aos diversos armazéns. Uns na compra de umas boas e elegantes peças de roupa, enquanto outros vão para o local com intuito de comprar electrodomésticos ou mesmo mobiliários a preços módicos.

O local chega a receber uma média de cinco mil clientes por dia, numa altura em que os produtos comercializados são na generalidade de proveniência asiática, com excepção de um ou outro, de acordo com dados da gerência do local.

O gritos do "arreou, arreou" das senhoras a anunciar as suas mercadorias compradas de dentro, são quase ensurdecedores, ao mesmo tempo que a venda à porta dos armazéns é quase que inevitável.

Os armazéns do Hji-ya-Henda são hoje um potencial ponto comercial onde convergem as atenções de um sem número de pessoas, pela sua fama de há muito. São conhecidos pelas marcas inusitadas de vestuários e calçados que comercializam e, como se não bastasse, pelos preços baixos que praticam.

Produtos da contrafacção ou não, o certo é que comerciantes vindos de diversos pontos do país afluem ao local para adquirir o que de novidade detém o local. A intenção é sempre comprar a preços favoráveis quantidades enormes de roupa com o fito de as comercializar nas suas respectivas províncias, onde a procura não é em nada baixa, a julgar pelas quantidades que os mesmos compram.

Num cenário de deixar tonto qualquer um, Maria Rita surge por entre a imensa multidão com a sua sacola de compras na mão esquerda. Já tinha o que procurava há algum tempo. Os preços e até a qualidade da roupa, que os muitos armazéns comercializam, são a razão da sua ida ao local.

Com o seu ar vaidoso e altivo, Maria Rita tem colado ao corpo roupas de fina qualidade. Mas, nem por isso, as comprou tão caro. "Não tenho necessidade de gastar

muito para me vestir com elegância. Por aqui se encontra também roupa de muito boa qualidade", remata.

Para as compras tinha gasto apenas 150 dólares, embora insatisfeita dissesse que queria levar mais peças para casa, pena é que já tinha ficado sem trocado.

Se Maria Rita se deslocou de sua residência, localizada no Kassequel do Buraco, a fim de comprar alguma roupa, o mesmo não se pode dizer da dona Ermelinda Miguel.

Empregada de Limpeza, afirma ser frequentadora dos armazéns, embora viesse desta vez com o objectivo único de adquirir uma nova arca, cujos preços, dependendo do tamanho, vão dos 300 a 450 dólares com algum desconto.

Preços acessíveis

Para Ermelinda Miguel, os preços e a qualidade dos produtos motivam-na a frequentar o armazém sempre que necessite.

"Quando preciso de algum bem duradouro, é neste local que consigo comprar, até porque está próximo da minha casa. Os preços e a qualidade estão dentro das minhas possibilidades".

Já para Tavares Santos, comerciante há seis anos, os armazéns são uma tábuca de salvação para muita gente. "Os armazéns dão-nos uma ajuda muito grande, pois, nem todas as pessoas, pelo menos, em termos de vestuário, têm possibilidade de ir a grandes centros comerciais, ou lojas do género", refere, enquanto ensaca os amontoados de roupa.

Tavares Santos, que normalmente viaja do Huambo para Luanda para comprar mercadorias e revendê-las no planalto, conta que desde a altura em que começou a exercer a comercialização de roupas compradas em Luanda, no Hji-ya-Henda e em outros armazéns, a sua vida financeira conheceu outra dinâmica, pois, consegue cobrir as despesas da família sem sobressaltos.

O gerente-adjunto do espaço comercial, João Lucas, à semelhança de Tavares Santos, concorda que os armazéns tenham estado a facilitar a vida de muitos cidadãos.

Não obstante, corroborar com a ideia segundo a qual o local é mais frequentado por pessoas de baixa renda, João Lucas diz ser relativo, porquanto é também frequentado por pessoas de diversos níveis.

Com diversas áreas de venda especializadas (venda de electrodomésticos e mobiliários, áreas para venda de roupas de criança, de adultos e até de rapper's), os pavilhões distribuídos por pequenos espaços, emprega um número considerável de jovens, na sua maioria mulheres.

## **2.8 Cooperativas e associações agrícolas beneficiam de micro-crédito**

*Jornal de Angola 15/09/e 2008*

Um total de 377 pequenos produtores e camponeses da província do Kwanza-Norte, afectos a 91 cooperativas e 430 associações agrícolas, beneficiam de micro-crédito num valor global de 256 mil dólares a partir do Banco de Poupança e Crédito (BPC), revelou em Ndalatando o presidente local da União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA) João Miguel.

De acordo com responsável, o projecto de micro-crédito financiado pelo BPC começou na província em Julho de 2006, consubstanciado no programa do Governo de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

João Miguel apontou que o banco disponibilizou, recentemente, cerca de 476 mil e 800 kwanzas para o apoio a mais quatro grupos solidários compostos por 28 elementos com valores correspondentes a mil e 500 dólares.

Segundo realçou, a maior dificuldade existente no sector são os valores disponibilizados, considerados insuficientes para cada sete associados.

João Miguel esclareceu que o micro-crédito é dado de acordo com as análises dos técnicos da agricultura e do banco fornecedor que avaliam as condições criadas pelas cooperativas, desde que estejam enquadrados numa organização de base (cooperativas e associações).

Acrescentou que os camponeses da província produzem geralmente mandioca, feijão vulgar, jinguba, milho, tubérculos, frutos e hortícolas, produtos que têm dado uma rentabilidade aceitável a estas cooperativas.

João Miguel disse ainda que para escoamento dos produtos, as cooperativas deverão solicitar indicações à Direcção Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e à direcção do Mercado Nosso Super que tem estado a vender estes produtos.

Concluiu que, no momento, se trabalha na sensibilização de todos, de modo a cumprir com o prazo estabelecido pelo banco e que prevê um período de carência (data prevista ao reembolso) de seis meses, de forma a evitar atrasos.

## **2.9 Eles “matam” a sede dos cidadãos**

*Jornal de Angola 15/09/ 2008*

Paulo Daniel, 20 anos, é um vendedor ambulante, como muitos em Luanda, que preferiu dedicar-se, há

oito meses, ao comércio de pequenas garrafas plásticas de água mineral, na via pública para a sua sobrevivência e da família. Antes trabalhou como ajudante de pedreiro de um profissional sénior da área, que actualmente reside na província do Bengo.

Paulo desenvolve o seu negócio junto ao portão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto, na Avenida Ho Chi Minh, um local que se tomou referência no comércio de água mineral, devido ao engarrafamento que ali se faz sentir diariamente.

Em Viana, onde vive com a mulher (de 19 anos) e a filha (de dois anos), também identificou vários pontos de vendas atractivos, mas prefere desenvolver o seu negócio na cidade. Paulo compra a caixa de 12 garrafas a 370 kwanzas em diferentes lojas, localizadas nos bairros Cassenda e Mártires de Kifangondo e vende cada garrafa a 50 kwanzas, obtendo um lucro de 230 kwanzas.

Este rendimento tem também Matias António, 18 anos, com a venda do mesmo produto, igualmente a 50 kwanzas, na paragem de candongueiro junto ao cemitério de Santana. Matias compra também a 370 a caixa de água mineral, numa loja no bairro Neves Bendinha.

O valor do rendimento de Paulo e de Matias multiplica-se de acordo com quantidade de caixas vendidas. Por dia, durante o tempo de cacimbo, que há dias terminou, Paulo chega a vender até nove caixas. No Verão, factura a mesma quantidade porque nessa altura se regista um aumento do número de vendedores deste produto. Mas, há dias em que vende até 12 caixas.

Matias aderiu pela primeira vez, no dia em que foi entrevistado, este tipo de negócio e já estava arrependido pela escolha porque até às 13 horas apenas atendeu um cliente. Além de água mineral, vende refrigerantes a três anos.

Aquela hora, já havia despachado uma grade, tendo por isso considerado o negócio mais rentável do que o outro.

Para se acautelar dos prejuízos, Paulo adquire as caixas de água mineral de forma faseada, à medida em que o produto escasseia no grande saco de plástico transparente, onde também coloca gelo para dar à beber água fresca aos clientes.

O gelo, feito em baldes de cinco litros, é adquirido em residências no Mártires e no Cassenda ao preço de 50 kwanzas. Paulo geralmente utiliza por dia entre seis a sete baldes de gelo que lhe custam entre 300 a 350 kwanzas.

Ele, às vezes, gasta mais 50 kwanzas para guardar nas chamadas "Casas de processo", situadas nos arredores, as garrafas de água que sobram ao fim do dia, quando deve regressar a casa, já cansado pelas corridas

constantes para entregar o produto ao cliente, na sua maioria automobilistas e passageiros que circulam pela Avenida Ho Chi Minh.

A sua jornada laboral é interrompida apenas na hora em que decide almoçar, numa casa onde confeccionam pratos típicos de Angola, ao preço de 200 kwanzas. Para o pequeno-almoço a base de sandes e gasosa, Paulo gasta 100 kwanzas. Entretanto, as despesas com a alimentação estão no valor de 300, subtraídos todos os dias do rendimento que obtém com a venda de água mineral, no valor de 1300 kwanzas em média.

Paulo utiliza este dinheiro basicamente para custear as despesas com alimentação, vestuário e pagamento da renda de casa. Ele vive com a mulher, vendedora de bolinhos, também na via pública, e a filha, num quarto, cuja renda mensal é de 1500 kwanzas. A sua mãe é professora do ensino primário na província do Huambo, onde vive com três irmãos, e o pai já é falecido. Paulo fez a 8ª classe e almeja frequentar um curso de contabilidade para apreender a gerir melhor o seu negócio.

#### Prejuízos

Na via pública, também são vendidas garrafas plásticas grandes, de um litro e meio, de água mineral. O vendedor Mateus Adão, de 29 anos, optou por este tipo de embalagem para lucrar mais do que 230 kwanzas que Paulo e Matias obtém com a venda de cada caixa de pequenas garrafas plásticas de água mineral.

Ele ganha mil kwanzas, porque adquire a caixa de garrafas grandes a 800 kwanzas e vende cada uma a 150 kwanzas.

Mas, ao contrário de Paulo e Matias, tem despesas com a transportação da mercadoria, pelos conhecidos "roboteiros" ou "trabalhadores", do local de aquisição (em armazéns no bairro Neves Bendinha) até as câmaras frigoríficas junto ao Mercado dos Congolenses, onde a água é posta a congelar ao custo variável entre 250 a 300 kwanzas, em tempo de calor.

Este serviço, na época de cacimbo pode custar 100 ou 200 kwanzas.

Mateus utiliza também os serviços dos "trabalhadores" para carregar as garrafas de água para o seu ponto de venda, na FTU, à berma da estrada principal.

Os preços de transportação variam de 50 a 150 kwanzas por cada caixa, podendo custar mais caro se, por acidente, durante o percurso, houver uma queda que provoque a danificação da mercadoria. Outros prejuízos, segundo Mateus, ocorrem quando as garrafas rebotam ou desaparecem das câmaras frigoríficas e os proprietários ou gerentes não se responsabilizam por isso.

Apesar de todos esses constrangimentos, Mateus prefere vender água mineral, que voltar a trabalhar como segurança. Naquele antigo emprego, recebia,

com muitos atrasos, 150 dólares. Conta que a mulher, doméstica, e os filhos, (um de cinco e outro de dois anos) dependem unicamente do negócio dele para sobreviver.

Os gastos com alimentação, roupa e pagamento de uma renda mensal de dois mil kwanzas são a sua prioridade.

#### Água em sacos plásticos

Rosa Benedita Afonso, 17 anos, também vende água, mas não mineral. Ela põe quase meio litro de água em sacos plásticos pequenos e transparentes, amarra-os e coloca-os num balde de 20 litros com gelo. Rosa vende-os, na paragem de candongueiros junto à bomba de combustível do 1 a de Maio, cada saquinho com água fresca a la kwanzas.

A água que dá a beber aos clientes tira da torneira de sua casa. A vendedora diz ter perdido o hábito de desinfetar-la com gotas de lixívia, depois de se aperceber, pelo cheiro e paladar, que o líquido já é tratado a partir do centro de distribuição da EP AL (Empresa de Água de Luanda).

As vezes, o gelo que utiliza é feita em casa quando falta por vários motivos, compra a 100 kwanzas o balde de cinco litros, em residências no bairro da Vila-Alice, onde mora.

Geralmente necessita de oito sacos de gelo, dos quais três coloca no balde com sacos de água e os demais num outro balde, com latas de gasosa e de cerveja. Também vende estes dois produtos.

O negócio de água fresca rende na época de cacimbo 250 a 300 kwanzas por dia, correspondente a 25 e 30 sacos respectivamente. Durante o tempo de calor os lucros são quase a dobrar.

A venda de refrigerantes dá a Rosa um lucro 350 kwanzas e de cerveja, 300. Ela frequenta, no período da manhã, o 2º ano do curso de Química Ambiental, no Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), por isso põe de lado o negócio de água fresca durante o ano lectivo.

No período de tarde fica ocupada com as tarefas domésticas. A partir das 18 horas, Rosa vende refrigerantes, na paragem de candongueiros, junto à Escola Nzinga Mbandi até às 21 horas e 30 minutos, uma actividade que desenvolve há oito anos. Depois dessa hora, faz as tarefas de escola e revê as matérias.

Apesar de não gostar do curso que frequenta e ter pouco tempo para aplicar-se aos estudos, diz ser boa aluna a quase todas as cadeiras e razoável à matemática. As vezes pedem ao irmão mais velho, de 25 anos, que estuda na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, para lhe dar explicações.

Ela gostaria de fazer o curso de Bioquímica. Rosa é órfã de pai, há dois anos, e de mãe há nove. Actual-

mente vive com a madrasta (que faz almoço e vende em casa), e os irmãos. É a quinta de seis irmãos. O dinheiro que ganha, tanto do negócio de água fresca, quanto "de refrigerantes e cerveja, Rosa gasta com a compra de fascículos, folhas de prova, roupa e cartão de recarga para o seu telemóvel e algumas vezes também para a sua irmã mais nova de 16 anos.

#### Autenticidade do produto

Os vendedores de água mineral garantem não ter mecanismos para selagem de garrafas depois de abertas. Eles respondem desta forma a acusação feita por clientes e não só, de que fazem recolha de garrafas usadas para enchimento com água não mineral, selam e vendem, como se tratasse de um produto autêntico.

"Nós não fazemos isso. Os selos de cada marca de água mineral são, diferentes. Uns são muito frágeis e outros não", disse Mateus Adão referindo, além disso, que este tipo de atitude prejudicaria o negócio e a imagem deles perante o público.

Ticha dos Santos, Ana Maria Francisco e Miguel Sousa suspeitam que a água vendida na rua seja não mineral, mas já compraram algumas vezes. Ticha ainda recorre aos vendedores de rua, quando tem muita sede e não está próxima de um estabelecimento comercial, onde a garrafa pequena custa 100 kwanzas. "Na rua é mais barato. Compro geralmente a 50 kwanzas", disse.

Ana Maria Francisco já comprou a este preço; como também a f 00 kwanzas. "Acho que depende da marca da água, mas não é pelo preço que recorri muitas aos vendedores de rua. Eles estão em todo lado, por isso torna-se mais prático comprar a eles".

Manuel Sousa disse que passou mal uma vez, logo após ter bebido água comprada na rua. Acredita que o seu mal-estar pode não ter sido causado pela água, mas preferiu, a partir daquela data, deixar de comprar água na rua, sobretudo por não saber a sua proveniência. "Eles dizem que compram em armazéns no São Paulo e no Hoji-ya-Henda, mas pode não ser verdade".

## 2.10 "Crédito Jovem" contempla cooperativas

*Jornal de Angola 17/09/ 2008*

O programa "Crédito Jovem" decorre sem sobressaltos na província da Huíla, onde beneficiou já 28 cooperativas que congregam 140 jovens, soube hoje à Angop, no Lubango.

O facto foi revelado ontem pelo chefe do departamento provincial da Juventude, André de Jesus, acrescentando que as cooperativas beneficiadas cumpriram integralmente com as exigências do banco, razão pela qual os seus projectos receberam financiamentos.

O crédito está a ser disponibilizado no quadro do programa "Angola Jovem", levado a cabo pelo Ministério da Juventude e Desportos, e será disponibilizado em duas fases.

Quarenta e quatro cooperativas, num total de 220 jovens, apresentaram os seus projectos na mira de beneficiar de financiamentos. A fonte disse que a segunda fase só começa depois de todas elas serem contempladas.

Cada uma das cooperativas já beneficiadas recebeu um valor em kwanzas equivalente a cinco mil dólares, estando disponíveis para o efeito 400 mil dólares.

Após a recepção do crédito, as cooperativas devem depositar todos os meses cinco por cento do valor recebido, na perspectiva de em três anos terem a dívida saldada.

O projecto crédito jovem, avançou a fonte, visa promover o auto-emprego à camada juvenil, tendo em conta a escassez de empregos que o país vive, para possibilitar o seu auto-sustento, de forma a evitar que se envolvam em acções anti-sociais.

## 2.11 Origem está na ausência de bancos

*Jornal de Economia e Finanças 19/09/ 2008*

A kixikila é uma prática de natureza económica, ainda vigente em Angola, que consiste na realização de poupanças para a aquisição de um bem oneroso. Por exemplo, a compra de uma viatura, a construção de uma casa ou mesmo a aquisição de bens de valor inferior, como mobiliário diverso e electrodomésticos. Historicamente, veio substituir a tradicional prática de guardar dinheiro num garrafão, até que o montante perfizesse o total para comprar um bem tão desejado.

Em entrevista ao JE, o director central de empresas do banco BI e, José Rodrigues, analista em gestão de empresas, definiu a kixikila como sendo "um jeito informal de as pessoas pouparem alguma coisa (pecuniária) para um consumo futuro". Por isso, ela é chamada de poupança informal.

"Este fenómeno é explicado pela época em que ficámos quase sem a existência de bancos no nosso país", explica. Mesmo assim, as pessoas tinham necessidades de poupar. Em vez do antigo garrafão, agora partem para entregar as suas economias a outras pessoas e contam com a confiança e honestidade dos "amigos" de kixikila para receber de volta o montante entregue.

Todavia, a experiência tem demonstrado que a kixikila comporta riscos de vária ordem. Só para ter uma ideia, José Rodrigues aponta "os incumprimentos do acordo, a falta de garantias e a falta de documento assinado

como meio probatório de que o referido pacto foi celebrado". Isto tem provocado grandes e graves problemas entre os praticantes, levando mesmo ao cometimento de crimes, como é o caso da burla, previsto e punido pelo Código Penal.

Enquanto a kixikila só se estabelece entre pessoas que se conhecem minimamente (amigos, colegas, vizinhos e familiares), o banco não olha para a origem das pessoas.

## **2.12 Os prós e contras da Kixikila, prática cultural que desafia a banca angolana**

*Jornal de Economia e Finanças 19/09/ 2008*

António Francisco Alexandre, jovem trabalhador de uma empresa de segurança privada, encontrava-se no seu posto de trabalho na zona dos grandes armazéns, na Avenida dos Combatentes, próximo de uma agência do Banco Africano de Investimentos (BAI). Vestindo impecavelmente uma farda verde e castanha, com boina e botas a condizerem, fazia-nos recordar um soldado das TGFA, célebre tropa do exército angolano que a muitos deixou saudades pelo rigor do uniforme e prontidão na intervenção.

António não fica constrangido ao admitir sobrevida praticante da kixikila, uma espécie de "empréstimo entre amigos", pois o seu salário não lhe oferece outra alternativa. "Se eu estiver a ganhar Kz 15 mil e precisar fazer compras no valor de Kz 30 mil, tenho de me juntar a outros colegas para me darem 10 ou 15 mil dos seus salários. Nos meses seguintes, é a minha vez".

De forma didáctica, o vigilante António explica os conceitos mais simples da kixikila, palavra que, no idioma nacional, significa "ajuda" e que hoje se implantou como uma prática cultural entre o povo angolano que desafia os planeamentos de crédito da rede bancária (veja mais detalhes na página ao lado). Essa "ajuda" consiste num acordo de cavaleiro entre duas ou mais pessoas onde se estabelece um período de rotação de uma quantia monetária. O propósito é acumular dinheiro rápido para se comprar um bem de consumo (viaturas, principalmente, casas e mobiliário) e o desafio maior é fazer os outros retribuírem, nos meses seguintes, o mesmo valor colocado na "poupança" informal.

Domingas José João é kinguilas e diz fazer kixikila diária com outras 10 colegas de acordo com o lucro do dia (em média mil Kwanzas). "Faço kixikila para aumentar mais o dinheiro do negócio. Como eu não conheço nenhum programa de crédito virado para particulares como eu, conto com a sinceridade das colegas com quem trabalho".

Conceição José, vendedor ambulante, diz que a kixikila

depende do salário que vence cada trabalhador ou mesmo do negócio de cada pessoa. "Pessoalmente, faço kixikila com mais dois colegas, num valor que é metade do salário". Segundo afirma, tudo é feito na base do entendimento, pois há causas que obrigam muitas vezes um dos colegas a não cumprir com a obrigação. Nesses casos, há que entender e esperar, sustenta antes de acrescentar que os bancos demoram muito a atender os pedidos de crédito e, no seu caso pessoal, tem um pedido num dos bancos há bastante tempo.

Tal como Conceição José, outros entrevistados coincidem nas suas opiniões e aparentam ter as mesmas dificuldades. Convergem no facto de que a kixikila é para possibilitar a compra de artigos valiosos, o que não podem fazê-lo com um único salário ínfimo.

No meio de tudo isso, o que se coloca a estes populares é sobretudo o risco que correm em caso de doença, morte ou mesmo incumprimento de um deles, ao que estes dizem confiar cegamente. "A kixikila é um risco mas nós temos confiança uns aos outros e sempre acreditamos que não haverá problemas nenhuns", diz Conceição José.

"Somos seis pessoas e, nos cinco meses a seguir, quem recebe primeiro tem que saber economizar até voltar a receber".

### **Prática vista como crime**

A kixikila é muito comum nos dias de hoje e não é feita só por trabalhadores de empresas privadas. Há já um grande número de funcionários públicos a aderirem à prática. Um dos nossos entrevistados, que preferiu o anonimato, confessa que a sua kixikila vai até 12 elementos. O negócio possibilitou-lhe comprar a sua viatura (USD 7 mil) num prazo que não seria possível se tivesse de juntar o próprio salário. "É um risco necessário, até porque os bancos para darem o empréstimo fazem muitas exigências".

Esta prática, embora se constitua num crime contra as actividades económicas, generaliza-se e recebe cada vez novos aderentes, facto que preocupa as instituições financeiras, desafiando-as a ajustarem os padrões de funcionamento e adoptarem novas políticas de crédito.

Uma outra questão que chama a atenção é o facto de, mesmo assim, haver ainda aquelas pessoas que não praticam esta actividade por acharem muito arriscada, até porque "hoje não dá para se confiar totalmente em alguém". Os que resistem a esta prática aguardam que os bancos façam alguma coisa, mas, enquanto não se facilitarem os acessos aos créditos, dizem que continuarão a gerir os seus poucos recursos.

Entre os populares, as histórias de pessoas bem sucedidas com a kixikila são várias, mas também há os que se deram mal por vigarice de uns e morte de outros. Muitos ficaram tão transtornados e revoltados que já nem querem ouvir alguém a falar disso.

## 2.13 Um verdadeiro atentado à vida

*Jornal de Angola 23/09/ 2008*

Para os mais esclarecidos e preocupados com a sua saúde e a dos entes queridos, os medicamentos nunca devem ser comprados na rua, como assegurou Glória da Conceição, quando saía de uma farmácia.

"Eu vejo muita gente a comprar medicamentos na rua. Mas os medicamentos não devem ser comprados na rua, sob risco de pôr em causa a própria vida".

Ela acredita que a fiscalização deveria controlar melhor os vendedores de rua. "Com eles, os medicamentos ficam expostos ao sol e a outras intempéries. E muitas vezes são vendidos já com prazos de validade expirados".

"Não sei como se vai resolver esse problema, mas gostaria apenas de chamar a atenção à sociedade a não comprá-los. Deve-se comprá-los apenas nos pontos de venda autorizados", aconselhou. Para Walter Pedra, é mais fácil comprar medicamentos na rua, onde, segundo diz, são mais baratos, do que nas farmácias.

"Na rua, podemos comprar um comprimido a cinquenta Kwanzas. Já na farmácia é mais caro e lá nem sempre têm o que precisamos. Na rua ou no mercado é diferente. Encontra-se tudo a preços acessíveis. E só termos todo o cuidado para não comprarmos comprimidos expirados".

É caso para dizer que, sobretudo em matéria de saúde, o barato sai caro. Aliás, o preço do medicamento barato pode ser mesmo morte.

Essa opinião é perfilhada por Cristiano Silva, farmacêutico:

"A população tem de ter em conta alguns cuidados, como o prazo de validade dos medicamentos, e não só. Mesmo quando se compra um medicamento num posto de venda autorizado, tem de se ver se o prospecto que está dentro da caixa corresponde ao medicamento. Sobretudo é preciso prestar atenção aos efeitos adversos do medicamento".

O farmacêutico considera a auto-medicação um erro grave e precisa que a população deve consultar os serviços de saúde. "Ao comprar o medicamento na rua, a pessoa vai automedicar-se. Isso é um erro muito grave. Mal tem, pequeno sintoma, a pessoa toma logo um medicamento.

Isso não quer dizer que a dor de cabeça não passa com um paracetamol, mas deve-se procurar um serviço de saúde para se ser medicado", precisou.

Cristiano Silva apelou às autoridades da saúde a realizarem campanhas de sensibilização e mobilização, bem como aos órgãos da Comunicação Social a

publicitarem as consequências que advêm do consumo de comprimidos comprados nas ruas. "Eles põem em risco a nossa própria vida", enfatizou.

## 2.14 Venda ilegal de medicamentos cresce em Luanda

*Jornal de Angola 23/09/2008*

Augusto João, 23 anos, é natural da província do Bengo. Tem a oitava classe e é vendedor do maior mercado de medicamentos de Luanda, vulgo Kwanzas. Ao ver-nos a chegar, Augusto João fez transparecer a sua satisfação, pensando que éramos clientes. "Aqui tem tudo, amiga. Você já é minha cliente, qual é o comprimido que quer?", dizia ele, na ânsia de fazer "dicomba".

Ibuprofem, salbutamol, aspirina, paracetamol, diclofenac, cloroquina, nolotil, domperidona, aurorix, refofix, sibelium, vortinil, cirproterona, eram, entre outras, as inscrições patentes nos rótulos dos medicamentos que comercializava e protegia com uma sombrinha, para não estarem expostos ao sol. Augusto Manuel sai, todos os dias, da sua casa no município de Viana às 6 horas da manhã. Comercializa medicamentos há dois anos, e nunca foi interpelado por um fiscal. "Eu já venho a vender há mais de um ano. Aqui sempre foi o meu lugar".

O vendedor nada sabe sobre a venda ilegal de medicamentos.: "Nunca ninguém nos disse que – vender medicamento na rua ou no mercado é proibido. Os polícias passam e não nos dizem nada, até – nos cumprimentam. Vender medicamentos é o nosso trabalho mas se nos tirarem daqui e nos proibirem de vender medicamentos, vão ter que arranjar outro emprego para nós, porque daqui sai a nossa sobrevivência".

Manuel Elias é da província do Uíje. Tem 18 anos e interrompeu os seus estudos na 8ª classe devido à guerra. Também é vendedor de medicamentos no mercado dos Kwanzas. É companheiro de fila de Augusto João. Juntos acorrem ao interior do mercado para comprar medicamentos para vender, avulso, aos populares.

Para ele, vender medicamentos na rua é mais barato do que outro produto qualquer. "As pessoas estão, sempre doentes e mesmo quando não estão, preocupam-se sempre em comprar os medicamentos".

O mercado dos Kwanzas é tido como o maior mercado de medicamentos do país, porque, até aonde apuramos, vendedores de outros mercados, e zungueiras, também acorrem a essa praça, com o objectivo de comprar o produto a grosso e revender a retalho.

Quem prova isto é Gabriel de Sousa, vendedor



ambulante de 25 anos. Vive no bairro da Petrangol com um irmão. Vende medicamentos na rua há 6 meses. Começou na praça dos Congolezes.

"A maior parte dos vendedores de medicamentos ocorre aos Kwanzas, onde compramos a grosso e vendemos a retalho, nos mercados ou na zunga".

Gabriel está consciente de que a venda de medicamentos na rua é proibida, mas considera que é de lá onde sai o seu sustento e do seu irmão. "Eu só vendo aqueles medicamentos que conheço. Faço, por dia, entre cinco mil a sete mil Kwanzas, dependendo da área".

Gabriel começa a venda a partir do Banco Nacional. Sempre soube que a venda de medicamentos na rua é ilegal. "Na zona da Mutamba vendo sob pressão da fiscalização. Mas esta é a única maneira de subsistência que encontrei. Tenho um irmão sob minha responsabilidade", justificou-se.

Abortivos vendidos às "escondidas"

Medicamentos usados por algumas mulheres para provocar aborto são vendidos às escondidas. O valor de cada comprimido é de trezentos Kwanzas. Segundo um dos vendedores, que não quis ser identificado, várias são as jovens que procuram por este contraceptivo, com a desculpa de terem problemas estomacais. "Eu atendo muitas mulheres, principalmente jovens, que vêm à minha bancada comprar este medicamento. Muitas dizem que é para dor de estômago. Nós costumamos explicar como deve ser usado, já que, na sua maioria, elas não sabem como utilizá-los".

Um outro vendedor explicou à nossa reportagem que existem dois tipos de cytotec: o português e o francês. Acrescentou que está proibida a venda, sem receita médica, do cytotec de fabricação portuguesa, "mas eu vendo mesmo assim, sem receita, porque tem muita adesão dos clientes. Nós vendemos uma tabuleta com sete comprimidos no valor de mil e quinhentos Kwanzas, o que é mais caro em relação aos outros medicamentos, que também servem para provocar aborto".

Outros medicamentos, cuja venda é proibida fora das farmácias, estão a ser vendidos clandestinamente, ou nem tanto, no mercado dos Kwanzas, com destaque para os soros, ampolas, algodão, ampicilinas, supositórios, e até material utilizado em cirurgias. Os mesmos são provenientes de países, ou pelo menos é o consta dos rótulos, como França, Portugal, Brasil, Holanda, China, Uruguai, Congo Democrático, entre outros.

Por outro lado, segundo apurámos, algumas farmácias do centro da cidade adquirem medicamentos naquele mercado informal, como o paracetamol, aspirina, bisolvon, anti-gripes, canesten e cytotec. Segundo um dos fornecedores dos Kwanzas, que recusou ser

identificado, "as farmácias da Baixa compram aqui por fazermos preços mais baixos".

"Há medicamentos que as farmácias não possuem, logo, têm de vir ao mercado onde existe a maior diversidade de medicamentos. Aqui, quase todos os proprietários de farmácias levam o produto a grosso, porque lhes fica mais barato", revelou, descontraidamente.

Durante a reportagem auscultámos vários vendedores que reiteraram que muitos dos medicamentos vendidos nas farmácias saem do mercado dos Kwanzas. Essas fontes, com medo de perder os seus habituais clientes, não quiseram divulgar o nome dessas farmácias.

## **2.15 Preço do pescado «Dispara» no mercado do Kwanza-Sul**

*Cruzeiro do Sul 24/09/ 2008*

O peixe, que é dos produtos mais procurados no mercado do Sumbe, está mais caro. Para algumas das espécies está duas vezes mais caro. O quilo de garoupa que ainda há tempo era comercializado a 300 kwanzas vende-se hoje a 750, 800 kwanzas. O mesmo acontecendo com o Pungo cujo quilo anda acima dos 500 kwanzas. Todas as espécies registaram subidas, até mesmo os caxuxos que se vendiam a pouco mais de 500 kwanzas, o monte de dez, e agora faz-se a 1000 kwanzas Bruno de Sousa, responsável da peixaria e fábrica de gelo Brumila, disse que a procura do pescado é maior e, como resultado, o preço tem-se alterado consideravelmente. "A fraca captura está a penalizar a população e também os pescadores. Para estes, que vivem do mar, tudo desapareceu: a pesca da malhagem, pesca à linha e a industrial, desapareceu tudo porque a lua também a afugenta o peixe para mais longe", explicou Bruno de Sousa.

Para o nosso interlocutor, a carência de pescado nos mares do Kwanza-Sul tem estimulando os revendedores deste produto a optarem para outras províncias como Benguela, Luanda e até mesmo o Namibe. "Tenho-me deslocado sempre à província do Namibe para comprar o peixe e revender no Sumbe: Opto pelo Namibe porque aos meus clientes não pode faltar peixe. Para além de peixe, também vendemos caranguejo e outros frutos do mar e o Namibe oferece tudo isso".

Aquele responsável da peixaria Brumila disse não estar muito preocupado com o lucro mas, sobretudo, com a dieta de populares que vive dos seus serviços. Bruno de Sousa aconselhou o governo a investir de modo sério no sector pesqueiro no sentido de se banir a carência que sem tem vindo a registar nos últimos dias.

Carlos Savento, também revende dor de peixe disse que não consegue vender ao preço da compra porque,

desse modo, não ganharia nada. Não lhe resta então outra alternativa senão revender a um preço alto para que possa ganhar com o negócio da revenda de peixe. Adilson Júlio, 37 anos, pescador de profissão, foi também ouvido pelo CS. Considerou que se vive um momento difícil para a vida da população que vive do mar. "Nós estamos preocupados porque as nossas casas já não têm nada para comer. Vamos para o mar e regressamos à terra sem qualquer coisa para dar aos filhos. Ficamos ainda mais isolados quando os nossos clientes reclamam", lamentou Adilson Júlio que, apesar de tudo, garantiu que vai continuar a embarcar todos os dias porque o mar "é uma caixinha de surpresa. Quem vai para lá, não sabe se vai ou não trazer peixe".

Fernando Ângelo, 50 anos, dos quais 10 dedicados à pesca, disse caso o governo não realize as festas do mar o peixe vai continuar escasso, só com a realização deste ritual a captura ficaria facilitada, «Nós cá na costa estamos a rasca. Imagino os que vão para o alto mar, das tentativas que temos vindo a fazer é com a malha mais os navios arrastam as nossas redes e ficamos penalizados», disse Fernando Ângelo, afirma que as embarcações entregues pelo governo poderiam reduzir o défice de pescado que se sente a esta altura, mas os membros das cooperativas não têm sabido dar resposta à procura.

Armando Serviço, chefe de fiscalização da direcção provincial das Pescas, disse que a escassez do pescado tem muito a ver com a pausa biológica. "Nessa altura, nenhum navio pode capturar peixe até o fim da pausa, que esta aprazada para um de Outubro. Todas as empresas pesqueiras estão a respeitar esta pausa" – assegurou.

Serviço salientou ainda que os pescadores que forem encontrados a capturar o peixe de tamanho inferior ao fixado pelo Ministério das Pescas serão punidos. Ninguém poderá alegar desconhecimento, já que eles são responsáveis e sabem que o peixe pode ou não ser capturado.

## **2.16 Crédito beneficia mais de quinhentos jovens no Bié**

*Jornal de Angola 24/09/e 2008*

Cerca de quinhentos e cinquenta jovens congregados em quarenta associações, no Kuito, beneficiaram do programa "Crédito Jovem", Criado com o objectivo de melhorar as condições sociais da juventude, afirmou o director provincial da Juventude e Desportos do Bié, Carlos da Silva.

Duzentos mil dólares é o valor disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPG) para os projectos aprovados dos sectores da Agricultura e Económico-Social.

A existência do programa "Angola Jovem", do Ministério da Juventude e Desportos, visa a inserção social, económica, política e cultural da juventude, por isso, no quadro deste programa foram identificados vários jovens que exercem actividades informais.

Carlos da Silva sublinhou que desde o início do projecto até ao momento as associações juvenis submetem propostas à direcção da Juventude e Desportos que, através de uma comissão constituída por quadros do sector, técnicos do BPC e do Conselho Provincial da Juventude, procederam a avaliação dos projectos, vinte dos quais foram apurados.

De acordo com aquele responsável, os vinte projectos apresentados e apurados foram entregues e financiados pelo principal parceiro deste programa que é o BPC e, até ao momento, os jovens têm sabido aproveitar os recursos que lhes foram disponibilizados.

"Os jovens que beneficiaram do crédito estão a desenvolver várias actividades comerciais. Até ao momento, setenta jovens que se encontravam desempregados encontraram emprego. Muitos melhoraram a sua vida social, preparando assim o seu futuro através dos fundos deste projecto", referiu.

Dentro do programa "Angola Jovem", segundo disse, têm sido proporcionados meios técnicos com alguma qualidade e capacidade técnica para reforçar as habilidades de actuação dos jovens, "como os lavadores de carros e vendedores ambulantes".

O director provincial da Juventude e Desportos adiantou que até ao momento os beneficiários têm cumprido com o sistema de reembolso de forma pontual, o que tem permitido o procedimento de alguns reajustes por parte do BPC ao seu plano de acção e perspectivar novos beneficiários, já que se trata de um sistema contínuo.

O responsável aclarou que existem projectos do género nos municípios do Chitembo, Kunhinga, Katabola e Andulo, onde alguns já "foram financiados, garantindo que na segunda fase do projecto os jovens de todos os municípios estarão integrados.

A criação da massificação do associativismo juvenil é um outro programa em curso da direcção da Juventude e Desportos que tem permitido a organização de jovens no sentido de congregarem associações para poderem propor determinadas soluções dos seus problemas ao Governo.

Por isso, com a implementação deste programa de massificação do associativismo juvenil, ao nível da província estão criadas cinquenta e sete associações. Recorde-se que o programa "Crédito Jovem", criado recentemente pelo Governo, está a ser implementado em todo o país.

## 2.17 Zungueiras adoptam nova forma de vender

*Semanário Factual 26/09/2008*

Tal prática, segundo explicou ao Factual uma "zungueira", de nome Kubindama Kudia Kua Ngongo, "é fruto dos constrangimentos vividos no dia-a-dia na "zunga", quando somos confrontadas com a presença dos fiscais das administrações municipais" que nunca nos deixam em paz".

Outro motivo é evitar muito desgaste físico e mental e a perda de dinheiro como acontecia anteriormente quando fugiam dos fiscais ou da polícia.

Para a "zungueira", "não ganhamos quase nada mas temos paz; na zunga ganha-se mais e quando o negócio é levado pelos fiscais ali sentimos a necessidade de ver Luanda ao avesso".

"Senhor jornalista, a "zunga" consome as nossas energias físicas, emocionais e espirituais", elucidou Kubindama Ngongo, que divide o seu dia entre o prédio do livro da Maianga e as redondezas do Largo da Mutamba.

Segundo enfatizou, os produtos comercializados na "zunga" não diferem dos da Kakitanda kia Kinda (termo em língua nacional kimbundo, que significa "pracinha" em português).

De tudo as zungueiras vendem: repolho, alface, salsa, couve, alho, tomate, cebola, e os preços por monte ou unidade variam entre 100,200 e 500 Kwanzas.

Os tubérculos e as frutas constam no segundo plano. Um monte de batata rena ou doce custa 200 Kwanzas, enquanto uma banana-pão ou de mesa pode ser adquirida, respectivamente, ao preço de 50 ou 100 Kwanzas. Um monte de quatro laranjas, tangerinas ou limões, equivalem entre 250 e 300 Kwanzas.

O pão superabunda mas a sua aquisição pode variar entre os 25 e os 30 Kwanzas. No musseque, um pão é comprado na porta do vizinho com recheio ou simples, e na baixa é adquirido na "pracinha", dividido em duas metades (recheado) com "cachorro frio", isca ou laminado de chouriço, fiambre, no valor de 50 ou de 100 Kwanzas.

O peixe seco, o feijão, o inhame (vulgo batata branca ou castanha), o azeite de palma, a carne seca, a mandioca, a farinha musseque ou fina, entre outros produtos preferidos pelos luandenses aos finais de semana para os preparativos do muzongué e do calúlú, custam mais ao bolso do cidadão. Se não se tiver quinhentos ou mil Kwanzas não é possível uma refeição requintada.

E o pior é que "as zungueiras" trabalham despreocupadas sob o olhar impávido da polícia ou dos fiscais

que permitem a venda de produtos, muitos dos quais perecíveis, em tudo quanto é canto.

Se por um lado o trabalho das "zungueiras" antes andantes e hoje sedentárias facilita o trabalho das donas de casa, por outro causa embaraços aos transeuntes e aos próprios moradores pelo aglomerar de vendedoras e de produtos "de qualquer maneira".

### A SOLIDARIEDADE DA CLIENTELA

Os clientes da "pracinha" consideram que este tipo de negócio é bem vindo na medida em que as senhoras que o praticam cuidam, ao longo do dia, da higiene dos locais onde se instalam, poupa o bolso do cliente e evita os transtornos com os engarrafamentos rodoviários que se verificam em Luanda.

Para a cidadã Maria da Fonseca Godinho, "com o pouco que se ganha, se tiver de me deslocar ligar à cidade por táxi, pouco ou nada resta para fazer uma despesa em condições".

"Você já imaginou ligar a baixa de Luanda com o mercado do São Paulo carregado de compras e sem táxi à vista?", questionou Maria Godinho, em jeito de remate.

Questionada sobre os produtos alimentares como açúcar, óleo alimentar, arroz, sabão, entre outros, ela explica que a sua aquisição é feita normalmente em sacos ou caixas.

"Não vemos o motivo de correr com as senhoras porque poupam tempo à nossa ação social no seio da família e corremos menos riscos de assaltos dos meliantes, o prato nosso de cada dia", referiu ainda Maria Godinho.

## 2.18 Administração quer acabar com mercados de rua no Golfe

*Jornal de Angola 26/09/2008*

Os mercados de rua que proliferam na comuna do Golfe, município do Kilamba Kiaxi, estão com os dias contados, advertiu ontem, em Luanda, o administrador local, Pascoal Fortunato Paulo.

Em declarações prestadas à ANGOP, o responsável avisou que nos próximos dias a sua instituição, em colaboração com a V Divisão de Polícia, vai desencorajar as pessoas a venderem na rua, "porque essa prática contribui para uma imagem negativa da circunscrição". Pascoal Fortunato fez saber que os vendedores de rua já foram admoestados, adiantando que a essas pessoas foram indicados espaços para comercializarem os seus produtos, nomeadamente nos mercados do Quintalão do Petro, situado na comuna do Golfe II, e no dos Correios, mas ainda assim, preferem vender na rua.

Essa prática é mais visível no chamado Largo do Avô

Kumbi em toda a sua extensão, até ao Mercado dos Correios. Também é verificável na rua defronte ao Hospital do Golfe, na rua Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", até ao Golfe II, entre outras vias.

## **2.19 “Mercado do sábado” é a melhor opção para comprar produtos do campo**

*O Independente 27/09/2008*

De segunda a sexta-feira a vida destas pessoas é feita no campo, cultivando a terra e valorizando a enxada, tal como o estudante o faz com a lapiseira. Chegando o dia de sábado, os agricultores mostram as suas capacidades e o quanto podem fazer se continuarem a ter apoios por parte de quem de direito. Vários são os produtos comercializados neste mercado, que depois chegam aos outros como os do Kikolo, Roque Santeiro, dos Kwanzas e até do Panguila.

Teresa António, vendedora do mercado há mais de cinco anos, sente-se satisfeita pelo trabalho que faz. "É para aqui que conseguimos evacuar os produtos das lavras. Já temos clientes que compram a grosso para irem revender.

Esperamos que tudo corra bem para que, neste ano agrícola, possamos colher mais toneladas", explica a vendedora.

A anciã, de 68 anos de idade, quarenta dos quais dedicados ao campo, reconhece que a actividade desenvolvida, nos últimos tempos, tem vindo a melhorar, fruto da atenção prestada ao ramo pelo Governo. "As dificuldades, na sua maioria, já fazem parte do passado.

Hoje já é possível sustentar a família com mais facilidade. Os nossos produtos são aceites e bem vendidos neste mercado. Mostramos a qualidade que vem da nossa terra", gaba-se.

Cinco mil clientes por semana

Durante o dia, mais de cinco mil pessoas correm ao Mercado do Sábado, com o fim de comprarem produtos como a banana, batata rena e doce, repolho, couve, entre outros, a custo baixo em relação aos outros mercados.

Para Carlos Moisés, o mercado é uma mais valia para os municípios de Cacuo e também para todos que procuram produtos do campo a preços justos. "Aqui compro tudo que necessito para a satisfação da minha família, que muito gosta de verduras", revela.

Fausta Morais, que trabalha no município da Ingombota e reside em Cacuo, explica que não tem tempo para fazer as compras para a casa. Mas tem o sábado reservado para este mercado, porque consegue adquirir os bens que necessita a um preço muito

inferior ao dos outros mercados.

Margarida Mbuta, carregando o filho de um ano às costas, chega todos os sábados às seis horas e trinta minutos ao mercado, para comprar tudo quanto necessita para ir revender no mercado Roque Santeiro. "Este é o meu trabalho, comecei com dois mil kwanzas. Continuo a vir aqui porque os preços são acessíveis e dá para revender e tirar lucros".

Verduras atraem chineses

O Mercado do Sábado é também um dos lugares mais concorridos pelos chineses para comprarem aquilo de que mais gostam: as verduras.

A procura é muita e a oferta ainda satisfaz a demanda. "Posso dizer que esta é uma feira de verduras. Só se vende aos sábados, mas neste único dia é visitada por mais de cinco mil pessoas, que levam consigo as melhores coisas existentes.

Como tudo é bom, então os clientes levam mesmo tudo quanto os agricultores apresentam", reconhece Mateus Pedro, motorista do carro que transportava os chineses.

O mercado é devidamente organizado por filas de produtos, onde não são visíveis as tendas e barracas que temos visto nos outros mercados. O nome Praça (ou Mercado) do Sábado surge por funcionar somente neste dia.

A fiscalização também mora aqui.

Os mais de dez fiscais que lá trabalham procuram manter a ordem e o local limpo. Para o êxito das vendas os vendedores pagam uma taxa todos os sábados. A maior preocupação dos vendedores é que o mercado possa vir a abrir nos dias normais.

A exemplo deste mercado, que comercializa na sua maioria produtos agrícolas, há o mercado do Catintom, localizado no município da Maianga.

## **2.20 Especulação e anarquia marcam o comércio em Luanda**

*Agora 27/09/ 2008*

Com os produtos básicos a atingirem o maior aumento de preços do ano, grossistas e agentes retalhistas, não desarmam e garantem que o factor da subida dos preços são a crise financeira internacional e as taxas aduaneiras angolanas sobre a classe de alimentos, resultando desta forma a redução do poder de compra dos consumidores.

Numa ronda efectuada pelo AGORA aos principais armazéns de Luanda deu para constatar que o quadro está longe de se alterar caso as autoridades não definam políticas concretas que possam inverter à situação.

Todavia, os agentes grossistas e fornecedores referem insistentemente que situações adversas à sua actividade

concorrem para a especulação dos preços nos armazéns e mercados apontam o agravamento das taxas sobre os produtos importados e comercializados no país.

Os grupos Arosfram, Ematicom, Atlas Group, Cabire e Inter Inalca, são especializados na importação de produtos alimentares básicos como o arroz, massa, feijão, óleo vegetal, farinha de milho, carnes, ovos e outros, registaram ruptura nos seus stocks com o aumento da procura de alimentos mesmo com os preços alterados em relação ao mês de Julho.

Dionísio Armando, da Arosfram; mostrou-se preocupado com as barreiras impostas pela nova pauta aduaneira mesmo com a isenção aplicada aos produtos alimentares, uma forma de compensar o défice de produção alimentar que o país apresenta. O interlocutor lembrou, no entanto, que "Angola é um importador líquido de produtos alimentares".

Avançou também que a isenção de taxas dos produtos alimentares que a nova pauta aduaneira contempla, está ligada ao plano do Governo de assegurar a logística da rede de supermercados Nosso Super, único que comercializa a cesta básica no país. Mas, segundo ele, este pressuposto poderá afectar a vida económica de muitas famílias "que não conseguem comprar a cesta básica do Nosso Super, porque está acima do salário mínimo da função pública, enquanto que os preços nos armazéns grossistas até Julho, os cidadãos conseguem comprar muitos bens alimentares a grosso".

Embora o saco de 25 quilogramas de arroz, que até em Julho último custava 2.500 kwanzas, esteja a ser vendido actualmente a 4.000 kwanzas e a caixa de coxas de frango e entrecosto, na Inter Inalca e nos armazéns grossistas do mercado dos Congolenses os consumidores pagarem 3.950 e 4.560 kwanzas respectivamente, o quadro é o mesmo na Atlas Group, e Cabire. Os preços foram alterados e os consumidores e retalhistas estão preocupados.

João Mande, que se dedica ao comércio precário na rua das pedrinhas no bairro da Terra Nova, disse que não consegue abastecer a sua cantina como fazia há três meses. "Temos que desembolsar avultados valores para a aquisição de bens alimentares para retalhar, mas em termos de lucros não se pode esperar muito, porque as pessoas não acorrem aos nossos estabelecimentos alegando que os preços estão altos", disse.

Xavier Nkunzica estivador da Ematicom na Vila Alice, revelou que a procura baixou consideravelmente. "Para nós também ficou complicado. Já não se consegue levar dinheiro para casa como antes. Não há gente que procura os nossos serviços, por isso, até os estivadores diminuíram", lamentou.

O operador de cargas da Ematicom, Fiel Castanheira reconheceu que a produção interna não consegue satisfazer a procura e, em função da procura que acaba por ser maior, os negociantes aproveitam para

especular.

"Estamos com um défice de produção interna elevado. Grande parte de cereais e outros bens materiais comercializados em Angola é importada. E nos últimos meses o Governo adoptou a política de priorizar o material de construção protelando para o segundo plano a descarga de navios com produtos alimentares. Esta situação criou uma crise nos stocks dos armazéns grossistas que servem de fornecedores dos pequenos comerciantes", disse.

Hernâni Mafuta, 45 anos, há mais de 15 anos como retalhista, na zona do Cacuaco, disse que teve que mudar de preferência de produtos a comercializar, para assegurar a sua actividade.

Vendia todo o tipo de produtos alimentares, mas foi obrigado, pelas circunstâncias de momento, a vender perecíveis e cereais, porque, justificou, "tenho bons lucros nas vendas". Tendo referido também que por cada caixa de massa, actualmente o consumidor paga 2.400 kwanzas, contra os 1000 kwanzas anteriores.

Maria Cassanje, 40 anos, que se dedica a venda de refeições no centro da cidade, disse que com a alta dos preços dos produtos, o número de clientes no seu refeitório diminuiu, visto que teve de aumentar o preço das refeições, porque o seu mercado de aquisição é o informal.

"Tivemos que alterar a tabela de preços dos pratos que servimos diariamente, e como consequência, os clientes diminuíram consideravelmente", sublinhou, acrescentando que o mercado paralelo tem sido o recurso, "mas não se trata da escolha mais certa". Aconselha, porém, que não é certo recorrer ao mercado paralelo. "A praça do Rocha Pinto tem sido o nosso recurso onde diariamente compramos as verduras e o feijão, mas lamento que não é o melhor lugar em termos higiénicos".

Luzia Mateus, vendedora ambulante de leite na rua Lino Amezaga, explicou que muitos agentes comerciais, sobretudo dos produtos lacticínios, perecíveis (frescos) e cereais em alguns armazéns alteraram os preços, "por isso, estamos a vender a lata de leite nido a 1700 kwanzas".

E Mónica Cassule Nanga, proprietária de uma cantina, lembrou que o período das eleições foi o factor fundamental para que o comércio registasse esse desequilíbrio dos preços.

De acordo com esta comerciante, muitos estrangeiros e proprietários de grandes armazéns, deixaram o país antes das eleições e esta situação contribuiu para que os preços subissem. Criticando o olhar silencioso das autoridades que não conseguem punir os especuladores, refere que caso a situação se prolongue terá de fechar a cantina e fazer outro negócio.

"Terei de pensar em fazer outro negócio porque não sei

fazer outra coisa. Com as vendas estou a formar os meus filhos, por isso, vou lutar para garantir-lhes o suficiente para que não virem marginais", sublinhou.

Muitos vendedores que encontramos na entrada dos armazéns, acreditam que as coisas estão a piorar cada vez mais. A vontade de ver uma mudança da actuação do Estado no sector do comércio no sentido de se equilibrar os preços no mercado é maior, "mas não conseguimos fazer nada porque ninguém nos ouve". "O que estamos a assistir nos últimos dois meses é um roubo claro, infelizmente ninguém diz nada", lamenta Catarina Tyikusso.

Apesar do aumento da especulação que se gerou em todo o país, os mercados informais continuam a ser o refúgio para muitas famílias em Luanda, porque, segundo dizem, não conseguem fazer compras a grosso nos armazéns como anteriormente.

"Não há dinheiro para assegurar as compras semanais e mensais que fazíamos. A solução é a praça. Garantimos que os armazéns perto dos mercados duplicaram a tabela de preços dos produtos e não há sinais para combater esta prática", lamentou Joaquina Dumbo.

Paralelamente à crise e à preocupação de muitos consumidores, a Direcção Nacional do Comércio Interno (DNCI) garantiu que serão sancionados todos os agentes que não cumprirem com os princípios estabelecidos na Lei das actividades comerciais em vigor no país com outros órgãos de fiscalidade.

Em função desta situação, segundo a DNCI, já foram accionados mecanismos para inverter o quadro e levar os criminosos à Justiça, no sentido de se repor a legalidade no sector.

O director nacional do Comércio Interno, Gomes, Cardoso disse que não existem razões para o aumento dos preços dos produtos básicos. "O Governo, em parceria com o Entrepósito Aduaneiro de Angola, tratou de aprovisionar os produtos básicos e pô-los à disposição da população através da rede de supermercados retalhistas", afirmou, assegurando que foram mobilizados todos os comerciantes, grossistas, retalhistas e de prestação de serviços mercantis para a comercialização de produtos com regularidade e qualidade.

Os operadores comerciais, que optaram pela especulação de preços, estarão sujeitos a medidas punitivas e correctivas, pelos órgãos competentes de inspecção e fiscalização.

Gomes Cardoso assegurou que a rede comercial e de prestação de serviços mercantis em Angola está estimada em 44 mil e 387 estabelecimentos, por isso, o Governo não vai tolerar aqueles que usam métodos de exploração.

Avançou também que o comércio externo, registou, em

todo o país, 11 mil e 399 operadores, dos quais dez mil 263 importadores, 411 exportadores e 925 agentes de comércio de representação.

Esses dados, segundo o responsável, são referentes ao novo licenciamento efectuado pela DNCI, em todo o território, desde 2000.

## **2.21 Penalizações de empreiteiras**

*Jornal de Angola 27/09/ 2008*

A notícia de que o Governo da Província de Luanda poderá sancionar algumas empresas de construção por não estarem a honrar os compromissos assumidos em contratos rubricados para dar outra imagem à nossa capital já devia ter sido tomada há mais tempo porque nós próprios, munícipes, ficamos muitas vezes sem saber o que, de facto, se passa com as obras.

Ainda por cima desconhecemos de quem é a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização de uma determinada empreitada cujo governo dispense milhares de dólares. Por exemplo, eu vivo na rua Rainha Ginga e há mais de cinco meses que os trabalhos de reabilitação da via não terminam.

A minha preocupação está nas quedas pluviométricas que poderão começar a cair e "estragar" todo um trabalho ou melhor esforço. Oxalá as que caíram o ano passado não se repitam porque senão será um desastre. Se as autoridades não pagam, surgem logo os comentários, o inverso, porém, não acontece. Por isso, é bem-vinda, esta medida do GPL e as que estarão na "lista negra" devem ser denunciadas e os seus contratos anulados.

Benvindo Surpresa/Coqueiros

Iluminação e água na Nova Urbanização

De certa forma estou muito feliz pelas obras que estão a ser efectuadas na Nova Urbanização, Bairro "4 de Fevereiro", município do Cacuaco, sobretudo na terraplanagem e compactação dos solos para a construção e asfaltagem das ruas. Pude constatar isso mesmo quinta-feira quando ali me desloquei para acompanhar o estado de desenvolvimento das obras da minha futura casa.

No entanto, devo manifestar aqui a minha insatisfação por, até agora, ainda não dispormos de água canalizada e electricidade por razões até agora desconhecidas. As senhoras são obrigadas a utilizar o ferro a carvão para engomar e gerador para quem tem capacidade financeira de comprá-lo. São apenas estes comentários que gostaria de deixar aqui expressos.

## **2.22 Mercados de grande dimensão no Huambo nos próximos meses**

*Jornal de Angola 27/09/ 2008*

Os vendedores do antigo mercado informal do São Pedro, actualmente conhecido por Alemanha, poderão ver as suas condições de trabalho completamente melhoradas nos próximos quatro meses com a implantação na província de um mercado de grande dimensão.

Semelhante acção está a decorrer na província vizinha do Bié, onde as obras do mercado com as mesmas características do primeiro se encontram ligeiramente adiantadas.

Numa visita de campo, efectuada pelo vice-ministro do Comércio ao Huambo, Manuel da Cruz Neto, com intuito de inspecionar e constatar o andamento das obras, foi possível divisar, que os projectos, a julgar pela sua dimensão, decorrem a bom ritmo.

A entrega está prevista para daqui a quatro meses. O mercado comportará uma série de serviços de apoio diversificados e modernos, revolucionando e abrindo novas perspectivas no modo de fazer comércio.

O mercado que está a ser construído de raiz pela empreiteira chinesa SinoHydro espelha bem os apanágios da modernidade, ao proporcionar quer ao vendedor quer ao comprador condições de comodidade.

Infra-estruturas desde serviços de apoio logístico, espaços para instalação de câmara de congelação e conservação, até à instalação de quatro fábricas de gelo em barra e quatro em cubo e depósitos de águas destinadas ao fabrico de gelo com sistemas aplicados de purificação, são os serviços, que num futuro breve, o mercado em construção porá à disposição dos seus utentes.

O mercado que ocupa uma área total de 29 mil metros quadrados, contará com peixarias, restaurantes, padarias, matadouro, parque infantil, creches, farmácia, centro médico, posto de segurança, área administrativa, bem como armazéns de apoio as cinco mil bancas do mercado.

Com estas acções, segundo Gomes Cardoso, o Governo pretende salvaguardar a qualidade dos produtos e fazer valer os direitos do consumidor, avançando a informação segundo a qual, mais cinco mercados de grande dimensão vão ser construídos. Além da construção de um total de 164 em todos os municípios do país até 2011.

Os mercados a serem construídos, além dos que já estão a ser construídos no Huambo e Bié, estarão

distribuídos em três categorias, (pequena, média e grande dimensão) dependendo da densidade populacional de cada município.

Para o vice-governador da província do Huambo, Agostinho Ndjaka, a construção destes mercados de grande, média e pequena dimensão, representam uma enorme vantagem para a população, pois além de fomentar o emprego e imprimir melhorias no desempenho dos agentes económicos, permitirão igualmente que os comerciantes exerçam a sua actividade em condições higieno-sanitárias aceitáveis.

Contribuir para fomento da produção interna, assim como abrir oportunidades de emprego para uma franja considerável de jovens, representa, na visão do governante, políticas a ter em conta para combate à pobreza e o desemprego.

## **2.23 Quitadeiras de Caxito beneficiam de Micro-Crédito Amigo**

*Jornal de Angola 27/09/ 2008*

Cinquenta quitadeiras da cidade de Caxito, província do Bengo, beneficiaram ontem de um "Micro-Crédito Amigo", estimados em quinhentos dólares norte-americanos, no quadro do Programa do Governo, em parceria com o Banco de Comércio e Indústria (BCI).

No acto de entrega o vice-governador da província do Bengo para a Esfera Social, Silo Marques, disse que com o lançamento do Micro-Crédito Amigo os contemplados vão poder desenvolver e gerir melhor os seus pequenos negócios.

O vice-governador disse que é um esforço do Governo que, através do MAPESS numa fase inicial contempla um pequeno grupo composto por cinquenta elementos. E paulatinamente se vai desenvolver outras acções no mesmo sentido do projecto Micro-Crédito Amigo com um número maior.

No acto de entrega apelou aos beneficiários a redobramos esforços, no sentido de cumprirem com os prazos estabelecidos nos contratos ora assinados, para que possam possibilitar outros a beneficiarem do mesmo pacote.

Por seu turno o administrador do BCI para a Área Económica, Adriano Agostinho da Silva, disse que o objectivo fundamental do Crédito Amigo e de relançar a actividade do Empreendedorismo nas comunidades, bem como apoiar os pequenos comerciantes com um valor inicial.

O administrador fez lembrar aos beneficiários que o período de reembolso é de doze meses, na medida que vão gerir os seus negócios quem posteriormente pagar a tempo e hora e quiser mais crédito poderá ter Um montante mais elevado.

## **2.24 Mercado municipal da baixa está reabilitado**

*Jornal de Angola 7/09/ 2008*

As obras de reabilitação do mercado municipal da província do Huambo estão quase na fase final, faltando apenas ajustar alguns pormenores, como é o caso do piso, electrificação, serviços de saneamento, entre outros.

Com 630 bancadas, terá nove lojas, dois talhos, uma peixaria, restaurantes, cinco cozinhas para apoio às bancadas, bares e snack-bar, representando uma nova fase para os municípios da cidade planáltica.

Loja pedagógica

No quadro das parcerias público-privadas, o Presild não ficou somente pela construção do "Nosso Super", mercado de grande dimensão e reabilitação do mercado municipal. Doravante, os comerciantes e agentes económicos da província poderão passar por acções de capacitação em matéria de abordagem e gerência com a implantação de uma loja pedagógica.

Numa sincronia de teoria e prática, o estabelecimento poderá formar e capacitar comerciantes da região. Os primeiros instruendos em número de 26 começam a ser formados na primeira quinzena de Novembro.

## **2.25 Incómodos quando o negocio é feito em horas impróprias**

*Jornal de Angola 28/09/ 2008*

Eles começam a actividade logo ao amanhecer. Estão em quase todas as esquinas de Luanda. No interior de bares, restaurantes e similares e, muitas vezes, no próprio local dos seus concorrentes. Estamos a falar de vendedores ambulantes, zungueiros ou incómodos, como os apelidou, recentemente, alguém.

Na baixa de Luanda, a escassos metros de uma conceituada livraria, está um casal jovem a "bater um papo". É segunda-feira, 22 de Setembro. O rapaz pronuncia algumas palavras junto ao ouvido da moça e ela abana a cabeça em sinal de consentimento. Sinal de que está a gostar do que está a ouvir.

Assim que o jovem pega no ombro da amiga, depois de exhibir um sorriso, um outro jovem, vendedor ambulante, que na ocasião promovia e ao mesmo tempo vendia os seus produtos – linhas, lapiseiras, chapéus e camisola interior – aproxima-se do casal e atira: "Mano, temos aqui camisola interior e linhas para a mana coser o vestido em casa".

A moça abana a cabeça em sinal de recusa. Depois de o incómodo passar, o casal volta a conversa amena. Não satisfeito com a resposta, o vendedor pergunta:

"Mano, não vai levar mesmo nada? Posso ir?". O jovem fica meio irritado e diz. "Já dissemos que não. Vai p'ra...".

"Filmes" como estes não se assistem apenas nas ruas como constatou a reportagem do suplemento Fim-de-Semana.

Sexta-feira, 26 de Setembro, por volta das 13 horas, dois mais velhos estão à mesa de um restaurante, com quatro assentos na baixa de Luanda. Pedem algo para refrescar. Enquanto aguardam, vão trocando um dedo de conversa.

Assim que o empregado começa a servi-los, são "invadidos" por um incómodo. Senta-se sem sequer cumprimentar ou pedir permissão. Sob olhar atento do empregado de mesa, tira de um dos bolsos do casaco amarrotado que veste, um relógio. Poisa sobre a mesa e diz: "Papoites, bom relógio. É francês.

Estou a fazer preço da igreja". Furioso, o empregado manda-lhe retirar-se. Ele ainda "põe barra", afirmando que os mais velhos é que lhe permitiram sentar-se ali. Dada a insistência do empregado em mandá-lo para fora, apresenta uma cara de alguém que está a ser injustiçado e encarecidamente diz ao empregado de mesa. "Mó mano, sou ser humano como você. Quero sou ir no quarto de banho".

O empregado, educado como é, porque também é humano, permite. 'O jovem apanha distraído O trabalhador do restaurante, vai sentar-se numa outra mesa e faz o seu pequeno negócio, comportamento que enfurece o gerente e outro pessoal de serviço, que põem fora à força. "Não façam isso, vocês me conhecem bem. Estou só a fazer a minha vida. É melhor assim que roubar", diz, quando é retirado.

## **2.26 Camponeses recebem financiamento bancário**

*Jornal de Angola 29/09/2008*

Cento e sessenta mil dólares norte americanos é o valor financeiro que os camponeses filiados na União Nacional das Associações dos Camponeses Angolanos (UNACA) no Bié receberam este ano em crédito do Banco Sol.

A informação foi prestada na cidade do Kuito, província do Bié, pelo responsável provincial da UNACA, Mariano Sassoma, que sublinhou que a iniciativa tem contribuído para o aumento da produção e produtividade agrícola na província.

O projecto beneficiou 20 cooperativas de camponeses nos municípios do Andulo, com nove, Kuito (cinco) e Camacupa (três), Catabola (três), tendo os beneficiários recebido um valor médio de oito mil dólares norte-americano, afirmou aquele responsável.



Mariano Sassoma sublinhou que os camponeses beneficiaram, igualmente este ano, do governo da província, de instrumentos de produção e inputs agrícola como enxadas, catanas, limas, fertilizantes e sementes diversas.

Convidou os empresários da província a investirem mais na produção agrícola com vista a contribuir no crescimento da economia da região e, consequentemente, na melhoria da vida das populações da região.

A União Nacional das Associações dos Camponeses Angolanos (UNACA) no Bié tem sob seu controlo 40 cooperativas e 62 associações de camponeses.

## **2.27 Capitais provinciais beneficiam de mercados com grande dimensão**

*Jornal de Angola 29/09/ 2008*

O país poderá contar com cinco mercados, denominados "Mercados de Grande Dimensão", um projecto que está a ser levado a cabo pelo Presild. Trata-se dos mercados do Kuito-Bié, Huambo, Malange, Luanda e Lubango, numa primeira fase.

A intenção é de implantar, em todas as capitais do país, mercados de grande dimensão, tal como está a decorrer com os "NossoSuper".

Todavia, a implementação do projecto para as capitais dependerá, segundo o vice-ministro do Comércio, Manuel da Cruz Neto, da capacidade de financiamento que o Governo tiver.

Embora a construção destes esteja a conhecer avanços significativos só nas províncias do Huambo e Bié, o projecto não pára somente nas cinco províncias. Ele se estenderá para as restantes capitais provinciais em todo o país.

Além dos mercados de grande dimensão, o PRESILD está também a reabilitar e construir os mercados de menor dimensão em todas as sedes municipais, prevendo ainda construir um total de 163 empreendimentos em todos os municípios do país.

Nesta perspectiva, o objectivo circunscreve-se na necessidade de criar melhores condições, quer de operação, quer de consumo e trazer para dentro dos mercados maior número possível de operadores do sector informal.

Pretende-se criar capacidades dentro dos mercados, para que haja melhores serviços de higiene, salubridade e inclusive um número considerável de serviços complementares, que as próprias instituições públicas poderão levar aos operadores (bancos, seguradoras, gasolineiras, e outros).

O processo decorrerá num ambiente comercial, onde, por exemplo, o operador poderá comprar as suas mercadorias para revenda no próprio local, não gastando dinheiro com o transporte, entre outras vantagens, poderá também fazê-lo em condições aceitáveis e recomendadas.

"Queremos criar uma cadeia que permita um certo controlo dos produtos a partir da sua origem, qualidade, preços, e quantidade", salienta, o governante acrescentando ser necessário criar um sistema onde será possível agimos mercados de origem, no grossista e também no mercado retalhista.

Com o objectivo de aumentar o controlo dos preços, as redes "Nosso Super" e as lojas de proximidades são disto, a prova evidente de que o processo é possível, numa altura em que o rosto mais visível é o retalhista, uma vez que Angola importa ainda cerca de 80 por cento.

Apesar de o objectivo ser o de aumentar a participação da produção interna no consumo, o Vice-ministro do Comércio reconhece que actualmente, a produção agro-pecuária é colocada no mercado de forma precária pelo facto de muitos camponeses não terem a formação adequada para lidar com a situação.

Daí que para o vice-ministro, haja necessidade de acções de formação para os produtores. "Quando terminarmos a construção dos CLOD, que possuem um mercado abastecedor, as mercadorias daí resultantes poderão ser comercializadas com a qualidade requeri da", referiu.

A perspectiva é que a médio prazo, a distribuição agro-alimentar se reduzam as importações para 40 por cento, na medida em que não se pode excluir alguns produtos, que são mais específicos face à própria procura interna.

O vice-ministro do Comércio sublinha ser viável que a população consuma mais a produção interna. Para o efeito é necessário que a produção interna entre para o mercado como uma qualidade similar aos produtos importados, sem esquecer a necessidade de se dar ao cidadão opção de escolha.

Na sua visão, Angola poderá atingir níveis de produção que exigirão a que se dê um destino aos seus excedentes. A ser assim, será preciso que a criação de infra-estruturas adequadas de transformação, armazenagem e inclusive mecanismos que agreguem um valor acrescentado à produção.

## **2.28 Codex Angola desencoraja venda fora dos mercados**

*Jornal de Angola 30/09/2008*

Codex Alimentar em Angola (CodexAngola) continua a persuadir os vendedores no sentido de evitarem a comercialização, principalmente de produtos alimentares, nos arredores dos mercados, por constituir um atentado contra a saúde pública.

Segundo o secretário-executivo do CodexAngola, Domingos Miguel, a prática constitui igualmente uma transgressão às normas comerciais nacionais e internacionais e um desrespeito aos bons hábitos e costumes.

Numa visita de ajuda metodológica aos mercados dos Congolenses e do São Paulo, efectuada no primeiro semestre do corrente ano, o Codex Angola constatou como aspectos negativos a venda de alimentos perecíveis à volta desses estabelecimentos.

Outro aspecto negativo verificado pelo Codex nos dois mercados é a utilização de câmaras de conservação de produtos sem estrados plásticos, tendo em função disto, recomendado a aquisição urgente destes artigos.

O responsável recomendou, por outro lado, ao Governo da província de Luanda a solucionar a problemática da venda nos arredores dos recintos comerciais.

Domingos Miguel referiu que as visitas são regulares e durante as mesmas os técnicos do organismo avaliam as condições higiénico-sanitárias, de conservação dos alimentos e realizam palestras dirigidas aos vendedores sobre as regras básicas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

# 3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

## 3.1 Receitas fiscais no Kuito atingem 468 milhões de kwanzas

*Jornal de Angola 15/09/2008*

Quatrocentos e sessenta e oito milhões, cento e trinta e dois mil e cento e sessenta kwanzas são os valores arrecadados e depositados aos cofres do Estado de Janeiro a Setembro, pela Repartição Fiscal do Kuito, conforme anunciou o seu chefe Pedro Custódio.

O chefe da Repartição Fiscal sublinhou que o valor arrecadado aumentou pelo facto da dinâmica realizada pela instituição no sentido dos contribuintes fazerem os seus pagamentos antecipadamente aos cofres do Estado.

Os valores arrecadados são provenientes dos impostos de rendimentos de trabalho, impostos de selos, indemnizações e restituições, bem como as receitas dos serviços de conservatória e notariados.

Para Pedro Custódio, há uma tendência de diminuição da fuga ao fisco porque as medidas utilizadas actualmente pela Repartição Fiscal junto da Polícia Económica têm surtido efeitos no controlo das actividades.

O responsável sublinhou que o imposto sobre o rendimento de trabalho constitui a maior fonte de receitas.

Neste momento, "Está a ser implementado um novo sistema de trabalho que será informatizado. Por isso, muitos funcionários estão a participar na formação e vai possibilitar que o volume de receitas arrecadadas cresça a cada dia que passa.

Pois, será mais eficaz e dinâmico e, tão logo esteja disponível, vamos informar o público para acederem os nossos balcões para possuírem o novo sistema de cadastramento", disse.

## 3.2 Os desafios das autárquicas

*A Capital 20/09/2008*

Analistas da política doméstica consideram o desafio das eleições legislativas como aquele que vai determinar o exercício do poder político, em benefício concreto

das comunidades, enquanto unidades «atomizadas» e que vai requerer, para já, um alto grau de eticidade da acção prática dos administradores locais.

Habitados a encarar a actividade política e de governação, como o meio pelo qual se buscam oportunidades de crescimento pessoal em termos materiais, retirando daí várias benesses na sequência do tráfico de influências, entre outras coisas, doravante o quadro deverá alterar-se profundamente.

É por aí que se percebe a humanização da acção governativa e política que estarão mais próximos dos problemas dos cidadãos, permitindo, deste modo, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Impensável será verificar-se um cenário em que, por exemplo, uma província como o Kwanza-Norte, que é a mais MPLA das províncias do país, pela presença de 94,5 por cento de eleitores afectos àquele partido, mas, em contrapartida, não receber índices satisfatórios de investimentos públicos em equipamentos sociais para a sua população.

A particularidade do ~ candidato à autarca manter um contacto pessoal com os votantes e governados implicará uma ética de responsabilização aos políticos para continuar a atrair as simpatias dos eleitores.

Normalizada que está a vida política e institucional, com a realização das eleições legislativas de cinco de Setembro, o grande desafio político para os partidos coloca-se agora ao nível das autarquias que deverão se realizar até ao ano de 2012.

## 3.3 A problemática das estatísticas em Angola

*Folha 8 20/09/ 2008*

A estatística é uma disciplina matemática aplicada que consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos. Assume grande utilidade, uma vez que permite estabelecer relações entre variáveis; tomada das melhores decisões e fazer projecções da evolução de certos fenómenos no futuro através dos dados produzidos.

A questão da estatística encerra uma grande importância por ser um dos principais instrumentos de base para o planeamento e tomada de boas decisões. Sem um estudo preciso da realidade, pode-se, por exemplo, decidir construir uma escola para 1000 alunos numa localidade em que só existam 100 crianças fora do sistema de ensino, o que poderia ser um desperdício, ou no caso contrário fazer uma escola para 100 quando existem 1000 crianças a necessitarem, resultando em exclusão das restantes 900 no usufruto deste bem público. Este é um exemplo mais ou menos empírico para mostrar a importância da existência de estatísticas (factos ou dados numéricos).

A falta de estatísticas fiáveis é um obstáculo para a concepção e aplicação realista de programas e projectos. Estatísticas verdadeiras permitem, também, avaliar o impacto das políticas implementadas em termos de progressão ou regressão nas variáveis alvo das mesmas.

Os dados segundo os quais o PIE (Produto Interno Bruto) per capita de Angola é de 3.500USD levanta algumas apreensões, porque este indicador em si já não é muito elucidador da realidade. Trata-se de uma média e, como se sabe, as médias apresentam desvios, ou seja, está a tentar-se dizer que todos os angolanos têm uma renda média anual de 3.500 USD, mas, na realidade, podem existir pessoas que têm uma renda muito acima desta média e outras que nem por sonho têm este rendimento em termos de bens e serviços usufruídos.

Não é senão um valor de referência e como diz uma economista colega minha, citando um professor seu que durante as aulas dizia: " se existem dois frangos para duas pessoas e uma delas comer os dois, em média cada comeu um", o que não aconteceu. O PIE per capita resulta da divisão do PIE (rendimento) pelo número de habitantes e no nosso caso a fraqueza deste indicador é agravada pelo facto de se não saber exactamente o número de habitantes que temos e o PIE ser sempre apresentado em termos aproximados.

A realização de um censo populacional impõe-se em Angola devido ao conjunto de informações importantes que proporciona e porque o último foi realizado há mais de trinta anos, quando o normal seria realizá-lo de cinco em cinco ou de dez em dez anos.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) estima a população angolana em 16.200.000 habitantes, enquanto no site <http://pt.wikipedia.org/wiki/angola>, ela é estimada em 16.900.000 habitantes e existem estimativas optimistas (18.000.000) e outras pessimistas (14.000.000). Este mesmo site estima o PIE de Angola (2006) em 53,939 mil milhões de USD e um PIE per capita de 4.500 USD, enquanto o Banco Mundial apresenta um produto de USD44 biliões, com a previsão de atingir os 100 biliões até 2010.

Outro indicador questionável é a taxa de desemprego que as entidades oficiais estimam entre 25 e 30%, mas outras fontes costumam situá-la acima dos 40 %. Os dados oficiais são baseados na procura e oferta de trabalho registadas nos centros de emprego (como se faz em muitos países), só que no caso de Angola estes não têm expressão, a maioria dos desempregados não recorre a eles e as próprias empresas não canalizam para lá as suas ofertas de emprego.

Uma das várias instituições estrangeiras, que vem produzindo estatísticas mais próximas da realidade em termos de indicadores sociais ligados à saúde, é a OMS e, através dos vários projectos que se desenvolvem em Angola, tem um conjunto de informações sobre as

várias povoações a nível do País, faz também uma espécie de vigilância epidemiológica e podem dizer-se até o número de habitantes de cada uma delas.

Neste cenário de existência de vários números para um único indicador, fica difícil para os fazedores de política, decisores, investigadores, analistas, etc. trabalharem com base nestes dados, pelo que é necessário potenciar o INE com meios humanos e tecnológicos para o dotar de capacidade de tratamento da informação estatística, porque até aqui tem estado muito aquém das necessidades e ainda trata de muita informação como se fosse segredo do Estado.

Os seus boletins estatísticos (assim como os dos BNA) devem ser difundidos nas livrarias, quiosques, universidades, etc. A informação já não é poder há muito. Esta instituição deve garantir a sua fiabilidade; os dados não devem sofrer tipos de "massagem" para agradar ou deixar de agradar alguém, devem ser apenas verdadeiros.

Outra questão que me vem chamando atenção é inflação publicada pelo INE, o que, às vezes, parece não reflectir a sentida no bolso dos cidadãos, porque se fica com a noção de que as variações mensais em alguns bens que compõem o cabaz de bens eleitos por este instituto não são aquelas que as pessoas verificam e sentem na realidade.

A própria sexta básica (demasiado básica) registou um aumento de 20%, o que aumenta a desconfiança sobre a fiabilidade do IPC (Índice de Preço no Consumidor) mensal, publicado pelo INE. Apesar das limitações, a rubrica que o Dr. Paulo de Carvalho vinha publicando no jornal oficial permitia acompanhar a evolução dos preços de determinados bens e serviços e compará-los com os dos vários estabelecimentos comerciais. Era um bom exercício, resultando numa fonte alternativa de informação.

É preciso fortalecer as nossas instituições, criando nelas uma cultura de registo e tratamento científico dos dados estatísticos resultantes das suas actividades para que as informações oficiais sejam credíveis, o que não tem acontecido na maioria dos casos, porque fica mais fácil recolher certos dados através de organismos internacionais. Estamos na era da informação, e, como já disse, a informação há muito que deixou de ser poder.

Ela deve ser pública. É só ver que um dos itens que fez o ministro das finanças de Angola ter sido escolhido como o melhor de África e um dos melhores do mundo é a publicação de informação actualizada.

Portanto, os nossos gestores, administradores e servidores públicos devem inculcar dentro de si que a questão da produção de estatísticas credíveis é uma necessidade no mundo de hoje.

### **3.4 Maria João da Baía-farta “Estamos para dar vida ao município”**

*Cruzeiro do Sul 24/09/2008*

Satisfeita pela dimensão dos projectos de melhoria e oferta dos serviços básicos à população em execução no seu município, Maria João, vai redireccionar as suas preocupações para a expansão da rede escolar que segundo ela, ainda não é das melhores. "Se tiver em conta o número de alunos que estudam debaixo das árvores temos que só na sede municipal mais oito novas salas pré-fabricada para a escola primária Cmdte Cow Roy". Declarou.

A coordenadora da comissão de gestão da Baía farta, entende que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela educação e saúde. A reabilitação do hospital municipal, das estradas, das pontes e outras infra-estruturas, são acções que visam devolver a dignidade aos municípios.

A Baía farta que tem a produção pesqueira (37 unidades), a congelação, a., salineiras (5 unidades) que produzem mais de 20 mil toneladas/ano e o turismo como o seu melhor postal industrial, espera melhorar o sistema de retenção de receitas para reinvestimentos.

No domínio da habitação e turismo, Maria João, falou das potencialidades da Baía Azul que são cada vez mais atraentes e que brevemente se vai juntar há um projecto revolucionário de caris residencial e turístico que é a "Benguela Blue Oceano Projecto imobiliário ocupará uma área de 1350 hectares cuja infra-estruturação custará perto de 150 milhões de dólares. De iniciativa privada, o projecto já tem aval do governo de Benguela para fazer nascer no Plateau da Baía Azul, uma nova cidade com vista privilegiada para o azul do oceano Atlântico.

"Estamos a trabalhar para melhorar e dar vida ao município da Baía-farta, lutando, por outro lado, para a construção de unidades hoteleiras de referência", disse Maria João em exclusivo ao cruzeiro do Sul deixando um apelo aos empresários e demais interessados em investir no município.

A coordenadora da comissão de gestão da Baía farta mostrou-se preocupada com a proliferação de resíduos de peixe que ameaçam a saúde pública. Para tal defende a construção de uma fábrica de farinha de peixe para tratar dos seus resíduos.

Sendo o maior município da província com uma extensão territorial de 6.744 km, a emanção do deserto do Namibe tem provocado efeitos devastadores na sua região costeira. A vegetação escasseia devido aos ventos fortes, a inclemência climática e ao corte anárquico das árvores para fins de lenha e carvão.

Maria João é licenciada em ciências de educação pelo ISCED/Benguela. Já exerceu as funções de directora dos Assuntos Sociais do município do Lobito e, durante 5 anos, de administradora adjunta da Catumbela.

### **3.5 Afinal quantos somos?**

*Agora 27/09/ 2008*

Realizar um censo populacional não é empreitada menor. Só que torna-se ainda mais quando se fica 30 anos sem fazê-lo, como sucede no país.

Ensina o velho adágio popular que vale mais tarde do que nunca e é o que vai fazer o Instituto Nacional de Estatística (INE). A data do arranque do registo não está ainda definida, mas de acordo com a directora do INE, Maria Ferreira, "as acções referentes à sua preparação já vão bem avançadas", sublinhando que "a operação referente ao próximo censo está a ser cuidadosamente preparada, quer a nível logístico quer dos recursos humanos".

A ideia nuclear é aproveitar a experiência do registo eleitoral que durou nove meses, entre 2006 e 2007, uma vez que "a Infra-estrutura pode ser aproveitada para o censo populacional", sendo a estabilização da população um quesito fundamental.

Maria Ferreira não adiantou prazos, não se sabendo, deste modo, quanto tempo se levará a realizar o censo. Assim sendo, as eleições presidenciais do próximo ano ainda vão realizar-se como as recentes legislativas, ou seja, sem estatísticas minimamente fiáveis sobre quantos somos. Há quem fale em 14 milhões de habitantes, que pode subir mais um milhão, falando os mais especuladores em 16 milhões. Por agora qual o número mais próximo da realidade?

### **3.6 Autárquicas precisam-se**

*Agora 27/09/ 2008*

Não constituindo as eleições as únicas formas de aferir o "estado de saúde" de um regime democrático, elas constituem sempre o sinalizar de uma direcção positiva. Infelizmente, num bom número de países do "terceiro mundo" foi-se já tomando corriqueiro os vencidos esgrimirem o argumento da fraude eleitoral, advindo dessa postura não apenas consequências políticas mas até chacinas humanas.

Em Angola não se reuniram todos os requisitos – como a ausência de um censo populacional actualizado – mas realizaram-se as eleições possíveis, habituados que estamos há mais de três décadas a viver sob uma desmesurada carga propagandística, como essa de se inventar que as (nossas) eleições foram um exemplo para a África e o mundo, o que então teria mesmo de servir por este mundo fora onde se realiza escrutínios sem tumultos ou outras complicações. Pobre África,

sempre vista em termos de menoridade. E quanto ao mundo não deve perder de vista que engloba a própria África, as Américas, a Europa, Ásia e a Oceânia. Para todos eles Angola foi um exemplo? E os exemplos dos outros?

Uma boa parte da nossa mentalidade soçobra facilmente aos modismos. Em Setembro do próximo ano teremos eleições presidenciais, que certamente decorrerão na normalidade, e vai escasseando pachorra para a repetição destas tiradas avulsas.

Lavrado o democrático protesto, passemos, então, ao cerne da questão que aqui nos trouxe. Com a experiência destas legislativas mais a experiência a acumular nas presidenciais de 2009, estes passos somados permitem visualizar um horizonte temporal para se realizarem as primeiras eleições autárquicas no país em 2010, o mais tardar no ano seguinte.

Tudo indica que os actuais governadores continuarão a ser nomeados pelo PR com a agravante de muitos deles permanecerem longos anos nos cargos. Pelo crivo das urnas passarão os administradores municipais (as administrações vão passar a designarem-se câmaras municipais?), e as competências do poder local terão de ser substancialmente ampliadas, além do que a autonomia financeira é um pressuposto indispensável. Dispensada de um círculo nacional, o voto em eleições autárquicas destina-se a eleger o presidente da câmara e respectivos vereadores, sendo os pelouros distribuídos em função da representatividade de cada partido.

Agindo assim, encerrava-se um ciclo de três eleições consecutivas, colocando o país, a esse nível, no trilho da "normalidade democrática" que se vai repetindo em função da periodicidade eleitoral que ficará plasmada na nova Constituição.

Estas últimas legislativas tiveram a vantagem de reduzir drasticamente o voto étnico, se bem que em algumas províncias a leitura deve ser feita ao inverso.

Para os partidos da oposição que venham a concorrer ao futuro escrutínio que legitimará o poder local, será estrategicamente errado concentrarem as suas baterias contra o MPLA em Luanda, muito embora seja a partir da capital do país onde o Partido no poder concentra a sua maior pujança.

Um regime com as características do actual deve ser "cercado" a partir do interior, levando até em conta as gritantes assimetrias entre as 18 províncias que conformam a divisão administrativa do país. Que, como se sabe, reparte-se por 164 municípios, o que exige um igual número de administradores sufragados.

Os partidos com muita escassa inserção no tecido nacional deviam seriamente repensar a existência de mais coligações e as eleições autárquicas poderiam funcionar como um teste para muitas forças políticas evitarem minguar ao extremo em que desaparecerão da cena política.

Dado o pontapé de saída com as legislativas não se devia perder o balanço nem esperar demasiado tempo para termos um poder local legitimado pelo voto do cidadão.

# 4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

## 4.1 Liberdade de imprensa e direito à informação em tempo de eleições em Angola: desafios e perspectivas

*A Capital 9/09/ 2008*

Democracia não é mais do que a comunicação e interação livre, aberta e responsável, da diversidade de ideias e ideais que as mulheres e os homens partilham sem necessariamente terem de concordar em tudo, mas com o único objectivo de juntos forjarem uma convivência harmoniosa, pacífica e justa para todos.

A democracia não tem somente a ver com teorias e filosofias políticas, mas também com o pacto social, político e económico que os cidadãos dum país decidem estabelecer para as suas relações na sociedade e com a gestão dos assuntos públicos.

No estabelecimento de um estado democrático de direito a liberdade de expressão e o direito a informação são os pilares e os garantes principais que o povo tem ao seu alcance, para poder proteger e promover os seus direitos, controlar e denunciar os excessos e abusos dos governantes, que muitas vezes apropriam-se do estado e dos bens públicos, transformando os cidadãos em inquilinos e clientes e eles os donos e senhorios em vez de ser o contrário.

Sem uma liberdade de expressão real e o direito a informação, o estado democrático de direito toma-se uma autêntica utopia e falsidade e os seus valores moribundos e defuntos. São valores e princípios bem escritos no papel, mas institucionalmente golpeados pelos próprios governantes simplesmente porque temem a própria democracia. Não acreditam nela, como a forma mais responsável, justa e participativa de governação.

Um estado democrático de direito depende necessariamente do cumprimento e na aplicação rigorosa das leis, sem favorecer o partido A ou B e sem prejudicar o C ou D só porque o A e o B são os garantes da minha sobrevivência social e económica ou pior da minha convicção política. Um estado e todas as suas estruturas públicas não são propriedades nem o monopólio daqueles que em nome dos cidadãos deveriam administra-lo com honestidade,

imparcialidade e justiça.

Os cidadãos honestos pagam os seus impostos para que sejam utilizados pelos servidores públicos duma maneira honesta e responsável.

A construção dum estado democrático de direito depende grandemente de cidadãos responsabilmente educados e informados e com acesso livre a várias fontes de informação, e não somente a uma ou duas fontes que estão totalmente controladas, manipuladas e instrumentalizações pelos interesses político partidários que é uma flagrante violação a lei constitucional.

O acesso livre a várias fontes de informação permite aos cidadãos escolherem de maneira consciente os seus representantes políticos e participar livre e responsabilmente na vida política, social e económica sem coação, intimidação, intoxicação ou manipulados pela propaganda mas sim através da informação e do conhecimento.

A manipulação e instrumentalização da imprensa, a obstrução do direito a informação e o controlo do conhecimento pelo governo num país que supostamente se pretende democrático e de direito só produzem ignorância; a ignorância produz apatia; a apatia produz alienação e exclusão da maioria da população fortalecendo deste modo, o monopólio dos interesses da minoria que normalmente viola os valores da democracia.

Muitos governos repressivos e partidos políticos em África apregoam valores da democracia mas ao mesmo tempo têm um medo horrível dela, como o diabo o tem da cruz. Tais governos fazem tudo mais alguma coisa para instrumentalizar a imprensa, bloqueando assim o direito a informação na tentativa desesperada de manter o povo na ignorância, apatia e auto exclusão.

O que mais existe em África são políticos que se auto intitulam democratas, mas que na verdade têm medo da democracia e evitam caminhar pelas avenidas principais da democracia violando descaradamente as leis.

A seriedade, maturidade e liberdade no estabelecimento dum estado democrático e de direito é medida pelo nível da capacidade o a vontade com que os governantes interagem e abordam os valores e princípios da democracia sem tabus nem medo de fantasmas e pela capacidade dos cidadãos se exprimirem livre e abertamente e serem informados e formados sem agendas do controlo e manipulação da sua consciência.

Os médias são definidos como o quarto poder duma sociedade. Mas quando este quarto poder é controlado, manipulado e instrumentalizado para servir a propaganda e os interesses dos poderes políticos, sociais e económicos e mesmo ideológicos como tivemos a desagradável experiência durante a terminada campanha eleitoral, este dito quarto poder perde a

razão de existir porque transforma-se num aliado fiel e instrumento submisso da propaganda, desinformação, intoxicação e lavagem cerebral dos cidadãos que não possuem a capacidade de comparar as coisas e discernir a realidade os acontecimentos.

Para que Angola seja na verdade um estado democrático de direito em que os pressupostos constitucionais sobre a liberdade de imprensa e de expressão são cumpridos e aplicados e os direitos dos cidadãos garantidos e salvaguardados pelos tribunais de direito, o estado e a sua governação terá de ser devolvido aos cidadãos através de eleições regulares, livres e justas.

O governo a sair das próximas eleições terá a obrigação e responsabilidade perante todos os cidadãos em particular aqueles que pagam os seus impostos ao estado, de libertar e despartidarizar com urgência o espaço de actuação e do funcionamento da imprensa e do direito a informação que a constituição dispensa aos cidadãos. A liberdade de imprensa e o direito a informação são um direito e não um favor dos governantes aos cidadãos.

É grossa utopia acreditar-se que Angola é uma democracia simplesmente porque possui mais do que um partido político e uma Assembleia multipartidária. A existência de muitos partidos políticos não significa a existência da democracia.

O estado democrático de direito exige a existência de instituições e sistemas que em nome do estado e do povo promove, protege com isenção e independência absoluta as leis constitucionalmente estabelecidas.

Enquanto existir no país uma imprensa pública cativa aos interesses dos político-partidários, e em que o direito a informação é uma caridade dos poderes políticos, Angola estará sempre refém a demagogia e a retórica da democracia.

O estabelecimento e a consolidação dum estado democrático de direito real que os cidadãos anseiam ficará adiada enquanto a governação continuar ser incapazes de entender e cumprir com o que esta estipulado na lei constitucional do país.

## **4.2 Um quarto dos eleitores cadastrados não foi às urnas**

*A Capital 13/09/2008*

As autoridades angolanas, acompanhadas, em coro, por analistas políticos, recorrem à expressão «participação massiva» quando se referem à aderência de eleitores à votação do dia 05 de Setembro. Indicadores, porém, disponibilizados pela própria Comissão Nacional Eleitoral são sugestivos de que a participação, embora

em grande número não esteve ao mesmo nível da aderência popular registada nas primeiras eleições legislativas da história de Angola realizadas em 1992.

Nas eleições do passado dia 05 de Setembro, pelo menos um quarto dos eleitores registados não exerceu o seu direito de voto. Em outras palavras, esse dado aponta para um elevado índice de abstenção, registado no pleito ora terminado, porquanto reporta a 25.6 por cento de eleitores que, por várias razões, não votaram simplesmente.

Não se sabe, se as razões de um índice, de certo modo acentuado de abstenção decorrem dos atrasos na abertura das assembleias de voto, a exemplo de Luanda, (da falta prematura de boletins de voto) ou se tais eleitores, simplesmente, decidiram não acorrer aos locais de votação.

O que é facto mesmo e isso consta dos dados estatísticos da CNE, é que de um total de 8 milhões 256 mil e 584 de votos possíveis - reportando o número total de cidadãos detentores de cartão eleitoral - só foram contabilizados 6 milhões 138 mil e 596 votos. A diferença entre ambos os números aponta, pois, para uma margem de 2 milhões 117 mil e 988 eleitores que não votaram.

Este indicador, para já, contraria as referências a uma participação massiva da população eleitoral nas eleições agora terminadas, sobretudo pelo facto de o índice de abstenção, nas legislativas de 1992 – note-se que foram realizadas sob o fantasma da guerra – se ter fixado em 8,65 por cento. Dos cerca de cinco milhões de eleitores cadastrados em Angola, em 1992, apenas uma pequena margem, como aliás sustenta essa percentagem, não foi às urnas.

Abstenção nas províncias.

Nos círculos provinciais, a mancha da abstenção foi, pois, menos negra na província do Kwanza-Sul, embora, de uma maneira geral, todas as províncias tenham registado índices superiores à 10 por cento. No Kwanza-Sul, a abstenção de eleitores não ultrapassou os 14,7 por cento, dois pontos percentuais inferiores ao indicador que, nesse domínio, coube à província do Huambo portanto, 16,6 por cento. Na casa dos 10 por cento estiveram ainda as províncias de Benguela (18,6%) e Lunda-Sul (19,9 %).

No outro extremo ficaram claro as províncias que registaram maior índice de abstenção eleitoral. Em Cabinda, a confirmar rumores que circulavam mesmo antes do dia da votação a abstenção atingiu o nível mais alto. Exactamente 34,7 % dos eleitores registados não acorreram às urnas. A situação de Cabinda é, todavia, muito mais fácil de entender que noutras realidades do país a exemplo da Lunda-Norte, onde a diferença entre o número de eleitores e o total de votos contados fixou-se em 34,7 por cento.

Ressalta-se o dado curioso de ter havido maior índice de abstenção nas províncias do norte do país. À



semelhança de Cabinda e da Lunda-Norte (nesta caso, do Leste) a província do Uíje também ficou na faixa dos 30 por cento. Nesta província, a abstenção rondou os 33,] por cento, um pouco acima da capital do país, Luanda.

Nesta província, onde funciona o centro do aparelho político administrativo, esperava-se números mais tímidos em matéria de abstenção. Teria se calhar sido assim não fosse os constrangimentos registados no exacto dia de votação.

Enquanto nalguns casos as assembleias não abriam noutros estas simplesmente estavam desprovidas de boletins. Muitos eleitores decidiram por isso, regressar às suas casas a ter de esperar por mais tempo não valendo para atenuar isso, a extensão da votação para o dia seguinte 06 de Setembro.

Luanda apesar dos esforços registou uma diferença entre o número de eleitores inscritos e o total de votos na ordem dos 29.3 por cento.

Em nível intermédio entre os círculos provinciais que registaram maiores e menores índices de abstenção respectivamente estiveram províncias que se quedaram na casa dos 20 por cento. Neste grupo estão pois as províncias do Cuando Cubando (28.8º0). Cunene (27.9º01. Kwanza-Norte (27.7º0) e da Huíla (26.9º0). Neste mesmo grupo enquadraram-se as províncias do Zaire (25.8º0) Namibe (25.4º0). Moxico (24,600}. Bengo (20.4º01 e Bié (200ól.

### **4.3 Igrejas dizem que fé dos cristãos salvou a democracia**

*A Capital 20/09/ 2008*

Mais de 800 mesas de voto e 16 mil membros de mesa das assembleias de voto se empenharam a fundo para o êxito que se pretendia o que proporcionou aos "kwanzaSulinos» exercerem o seu direito de cidadania no mesmo dia e em toda província simultaneamente.

O reconhecimento por líderes dos partidos políticos da vitória do MPLA nas legislativas foi no entender de algumas igrejas obra do Criador do céu e da terra «o Deus no universo».

F alando sobre a propalada maculação do processo por alguns círculos internacionais e sobretudo de Portugal o pastor auxiliar da Igreja Assembleia de Deus Pentecostal. José Maneco caracterizou-as de infundadas e sem qualquer sustentabilidade pois para ele os detractores de Angola e dos angolanos estão sedentos de ver os angolanos a digladiarem-se.

Porém como a vontade do povo foi expressa nas umas cumprindo o princípio de que em Angola só os angolanos resolvem os seus problemas, tentaram e tentam a todo o custo, fazer passar mensagens caducas

e da imagem distorcida do país.

«Assim sendo da informação ou pelo menos dados estatísticos, ainda que provisórios que a CNE está a passar vendo que o partido que está à frente e o que lhe segue há uma diferença abismal foi suficiente para que os próprios angolanos entre si reconhecessem a vitória do MPLA, que durante quatro anos vai dirigir os destinos da Nação e dos angolanos» frisou. Para adiantar que o que aconteceu em Luanda não é motivo para que seja agora visto como um cavalo de batalha por desinformados.

O reverendo apelou por outro lado para que haja condições para todos angolanos. «Queremos uma Angola pacífica uma Angola que progrida. Já vimos que em seis anos de paz se fez muita coisa do que em 30 anos que vivemos em guerra. Por isso, a continuidade do MPLA demonstra, mais uma vez que é preciso terminar o que se começou» frisou.

Por sua vez, a Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) na pessoa do reverendo Domingos Chipindula, todo empenho dos intervenientes do processo eleitoral devem merecer o reconhecimento da sociedade angolana. de África e do Mundo porque o país acaba de dar uma lição.

Segundo o reverendo, todos aqueles que na diáspora acham ter informações de Angola, devem retratar o país no verdadeiro sentido, com informações credíveis e aceitáveis. E na sua óptica ilícito que uma certa imprensa almeje que os angolanos ainda andem à pancada. Sabendo que em seis anos de paz o espírito de irmandade está mais do que evidente no seio dos «mwangolé».

«As eleições foram preparadas durante muito tempo e por isso, foram esperadas durante muito tempo. Esta espera galvanizou o povo para esse exercício. Podíamos chamar até de eleições modelo a nível de África. Pois que muitos países africanos nem enveredam pelas eleições e, quando isso sucede como sabemos é que sempre há problemas».

Já para o bispo da Diocese do Sumbe.

Sua Reverendíssima Don Benedito Roberto a aceitação ou reconhecimento da vitória do MPLA nas umas pelos outros partidos, não significa que haja partidos considerados inimigos dos outros porque tal aceitação se assenta sobretudo na fé dos cristãos.

O prelado católico afirmou ainda ser pura ilusão quando ainda existem angolanos com pensamentos negativos isto é, denegrindo a posição de outros partidos.

«Podemos correr a ilusão de que talvez porque eu sou do partido xis eu sou do outro partido e talvez o meu partido é mais forte e talvez não precise de outro..ilusão. A força de cada um dos partidos angolanos está na união. Isto não significa que o

partido que não é meu é o partido inimigo». Frisou.

Don Benedito Roberto destacou a coragem e vontade dos angolanos em viverem em paz o antídoto ideal para que as presidenciais do próximo ano sejam de igual modo livre, claro e transparente. «Pedimos a Deus que ajude os angolanos a aceitarem os resultados do dia 5 de Setembro, não como vitória deste ou daquele partido e menos ainda como derrota de outros partidos, mas sim, como vitória de todos os angolanos, porque é a vitória da democracia em Angola. Estamos pedindo a Deus para que faça com que a mãe Angola apoiada na fé do seu povo crente tenha na ocasião soberana das próximas eleições: uma oportunidade de mostrar aos angolanos e ao mundo que também em África se podem realizar eleições justas, claras e transparentes», enfatizou.

O Magistrado do Ministério Público e Procurador provincial adjunto do Kwanza-Sul Lucas Ramos dos Santos deu também o seu subsídio sobre a realização das eleições legislativas.

Para Lucas Ramos, é incomparável o que aconteceu em Angola em 2008. O magistrado disse que a organização das legislativas em 2008 superou as expectativas o que deixa todos angolanos orgulhosos de si mesmos.

O exercício de cidadania segundo Lucas Ramos, demonstrado pelos angolanos, deixou de queixo caído a comunidade internacional e segundo ele, é assim que será daqui em diante.

«A comparação que posso fazer é que em relação a 1992, este processo que nos leva hoje ao culminar da votação e conseqüentemente a espera dos resultados definitivos, é um processo melhor organizado, significa que as autoridades de direito se empenharam bastante para que o dia 5 se tomasse realidade». concluiu.

#### **4.4 As eleições e alguns desafios para a sociedade civil**

*Cruzeiro do Sul 24/09/2008*

Apesar das suas reconhecidas fragilidades, as organizações da sociedade civil angolana têm demonstrado ser, desde o início dos anos 90, um dos segmentos mais dinâmicos da sociedade angolana.

É injusto não reconhecer o seu papel no período mais difícil da crise humanitária que afligiu o País, como prestadoras de serviços aos cidadãos, mas também na promoção e consolidação da paz e da reconciliação nacional, na ajuda ao combate à pobreza e à exclusão, à construção da cidadania, à criação de organizações comunitárias, à promoção do diálogo entre os cidadãos e as instituições do Estado.

Actualmente, uma das experiências que está a mudar os aspectos materiais da vida das comunidades pobres e

excluídas e a fomentar o diálogo e a cidadania, são os fóruns e conselhos de auscultação e concertação que funcionam a nível local por iniciativa de instituições públicas e de várias ONGs. Infelizmente, os órgãos de comunicação social não divulgam tais processos e os académicos e os fazedores de opinião não têm conhecimento de tais realizações, o que, no mínimo, se revela preocupante.

Este esforço extraordinário não podia deixar de ter efeitos no processo eleitoral. Para o enaltecido comportamento cívico dos cidadãos, o baixo ou inexistente nível de conflitos, o modo como os cidadãos votaram e os partidos reagiram aos resultados da votação, muito contribuiu a acção da sociedade civil. Isto permite-nos pelo menos duas leituras.

A primeira é que essa acção cívica não pode deixar de ser entendida, também, como uma acção política. A segunda, é que não são justas as críticas superficiais e irrealistas ao comportamento da sociedade civil, pois, nas suas condições, seria muito difícil fazer melhor, a não ser que tivesse aparecido alguém a fazer por ela, coisa a que me oponho com determinação. A ideia de vanguardismo aplicado à sociedade civil parece-me tão errada como quando ela é aplicada à vida partidária.

Todos conhecemos os maus exemplos das vanguardas organizacionais e dos líderes iluminados, os "chefes" de quem tudo depende e a quem todos os cidadãos devem tudo, incluindo a água potável, a escola, ou o centro de saúde. Ninguém, na sociedade civil pode pretender representar a sociedade no seu todo, mas apenas pequenos segmentos dela.

Só quando o processo de articulação entre as organizações tiver dado passos mais consistentes poderemos pretender voos mais alargados. Então, a criação de espaços de articulação e concertação da sociedade civil, bem como o fortalecimento dos já existentes, parecem constituir desafios urgentes para os próximos quatro anos.

As relações entre Estado e sociedade civil em Angola têm sido muito marcadas pela avaliação da prestação de serviços que caracterizou a actividade muitas organizações no período de guerra. Na mente de muitos governantes e responsáveis perdura a ideia de que para ser "boa", uma ONG tem de se limitar a ser uma parceira do Governo. Por outro lado, muitas organizações da sociedade civil, no cumprimento do seu papel cívico, confrontam-se frequentemente com dificuldades para delimitarem as fronteiras entre a política partidária e as políticas públicas.

Dadas as condições em que tem sido forjada a luta pela cidadania – confundiu-se desde sempre com as lutas pela independência, por exemplo, é natural que instituições públicas e ONGs sintam dificuldades em estabelecer tal distinção, e daí a ideia absurda de que as ONGs, que são chamadas a ajudar a resolver os problemas dos cidadãos, não podem contribuir para a

definição de políticas públicas para solução de tais problemas, nem para a defesa dos direitos desses mesmos cidadãos, pois se o fizerem estarão a fazer política, como se a Lei Constitucional vedasse aos cidadãos o direito de fazer política. Lutar para modificar as relações entre Estado e sociedade civil e fazer progresso no entendimento do papel político da sociedade civil I. ser outros desafios prioritários.

A estrondosa vitória do MPLA tem provocado alguns receios naturais em muitos cidadãos, motivados pelo espectro da redução do espaço democrático, ou, no limite, do regresso a um regime de partido único. Do mesmo modo que sempre achei que não havia condições para o regresso à guerra com as eleições, acredito que as hipóteses de um retorno à ditadura são muito remotas. O MPLA adoptou em 2007 a Agenda Nacional de Consenso, onde o compromisso para com a democracia está bem vincado.

O modo como foi gerida a vitória governamental sobre as forças militares da UNITA mostrou que não houve a intenção de aniquilar ou humilhar o adversário. Seguramente que vai haver dificuldades na gestão do diálogo e da negociação, no acesso de vozes críticas à comunicação social pública, na independência dos tribunais, etc., e sobretudo, na aprovação da nova Constituição. Poderemos vir até a viver situações de "demodura", isto é, de situações em que será mais vincada a fragilidade ou ausência de cultura democrática, mal que atravessa a sociedade no seu todo. Um desafio crucial para a sociedade civil será organizar-se para fazer a monitoria das políticas públicas nos anos que se aproximam, procurando, mais do que apontar falhas, sugerir caminhos para elas sejam superadas.

Ademais, as organizações da sociedade civil devem ser imparciais no jogo partidário, desenvolver o compromisso social com os desfavorecidos e excluídos, lutar pela justiça social e posicionarem-se de modo independente em relação ao Estado. Elas terão um papel importante em levar a disputa democrática para espaços não formais, tão importantes no nosso tecido social e no desenvolvimento de novas relações sociais.

Finalmente, ocorre-me o que disse Julius Nyerere nos anos 70, substituindo a palavra "liberdade" por ele usada por "democracia": "desenvolvimento e democracia são como a galinha e o ovo, pois sem ovos não há galinhas, e sem galinhas não há ovos, e também sem democracia não há desenvolvimento, e sem desenvolvimento não há democracia". Isto só será possível se os direitos humanos forem encarados como uma questão nacional, em sentido amplo, o que significa um equilíbrio entre os direitos económicos e sociais (mais justa distribuição da renda e acesso a serviços, entre outros), por um lado, e os cívicos e políticos (cidadania e liberdade de expressão e de associação, por exemplo), por outro. Nestas circunstâncias a democracia poderá ser mais participativa e ganhar substância para se evitar aquilo que tem acontecido em muitas democracias

tradicionais: democracia formal na política a dar cobertura a situações de despotismo e injustiça no social. A realização de eleições para o poder local poderia constituir um momento importante para se iniciar uma verdadeira mudança no modo de fazer política" em Angola. Este é o último desafio que trago para o debate. CS

## **4.5 O compromisso eleitoral do MPLA as responsabilidades jurídico fundiárias**

*A Capital 27/09/ 2008*

### **1. Ponto Prévio**

É ainda bastante fresco o clima das eleições que tomou conta da vida de todos cidadãos. Uns mais conscientes que outros sobre as responsabilidades do momento, mas afinal todos acabaram, voluntária ou involuntariamente de entrar no ambiente das eleições.

Afinal, muitos acabaram por conquistar aquilo que um jurista moderno poderia dizer: personalidade jurídica eleitoral. Ou seja, se nas eleições de 1992 grande parte dos hoje eleitor não exerceu este nobre direito, em 2008 tiveram este privilégio. Então, fazendo uma certa analogia com o n.º 1 do artigo 5.º do Código de Processo Civil, diríamos que a personalidade eleitoral é a susceptibilidade de votar ou de ser votado. Sem que isto signifique maioria eleitoral.

Mas não é este o centro do nosso artigo. Durante a fase da propaganda eleitoral, os partidos políticos foram apresentando os seus programas de modo a conquistarem o maior número possível de eleitores e consequentemente o maior número de votos.

Resulta que entre todos partidos, e pelos resultados eleitorais, o programa que do ponto de vista democrático conquistou mais eleitores é o do MPLA.

Desta forma, e pelo mau hábito de abordarmos questões jurídico fundiárias, urge fazer uma breve análise sobre o que pode significar para o MPLA o compromisso que assumiu, no que concerne a política fundiária, que diga-se em abono da verdade, foi o ponto que mais paixões criou e que mais expectativas criou: todos angolanos querem habitação condigna.

### **2. Sobre a Questão**

Com o nosso artigo nós queremos simplesmente saber o seguinte:

Partindo do compromisso do MPLA durante a fase de propaganda eleitoral, e tendo sido este partido o vencedor das eleições legislativas, quais são as responsabilidades em matéria de gestão fundiária para com o seu eleitorado?

E aqui queremos alertar que a designação "M~LA" será indistinta entre partido e Governo, uma vez que é

possível depois concluirmos que o compromisso eleitoral do MPLA tenha começado quer nas vestes de executivo, quer nas vestes de legislativo.

Para a nossa abordagem é imprescindível espreitarmos o Manifesto Eleitoral do MPLA, para depois então procurarmos fazer uma subsunção ao quadro jurídico fundiário do país. Ou seja: qual é o acolhimento jurídico fundiário do compromisso do MPLA em matéria fundiária?

E a importância desta análise está no seguinte: todo compromisso político tem que ter uma base jurídica. Dito doutro modo: as promessas políticas têm de ser executadas dentro de um quadro jurídico-legal, constituído ou por constituir. E tem mais: se não houver uma base jurídico-legal para que a gestão fundiária apresentada no manifesto do MPLA seja exequível ou permitido, podemos desenhar o médio, longo ou curto prazo da sua execução, atendendo a necessidade da criação das bases jurídico legais para o efeito.

3.0 Sobre o Compromisso Fundiário no Manifesto Eleitoral do MPLA. Compromisso fundiário do MPLA no seu manifesto, apresenta uma redacção bastante simples, mas que encerra um conteúdo bastante amplo e desafiante. Sob a epígrafe de HABITAÇÃO, o MPLA promete o seguinte:

"Garantir o direito de habitação para todos, prestando uma atenção especial à promoção e construção de habitações sociais, de renda resolúvel, para os agregados de renda baixa e média;

Construir cerca de um milhão de habitações, das quais mais de 500.000 serão construídas nas áreas rurais;  
Prosseguir a venda de imóveis do Estado a cidadãos angolanos, melhorando por essa via a arrecadação de rendimentos, susceptíveis de aplicação em programas de fomento habitacional;

Criar mecanismos de concessão de crédito com juros bonificados, para facilitar o acesso dos jovens à habitação, particularmente daqueles que constituem família;  
Promover a reforma urbana e a eliminação progressiva dos musseques".

Se do ponto de vista sociológico existe alguma surpresa, juridicamente as condições já estavam basicamente criadas para que o MPLA possa dar cumprimento a estas promessas em matéria fundiária. E estas condições jurídicas foram criadas quer nas vestes de executivo quer nas vestes de legislativo.

E dissemos condições básicas porque poderemos concluir que apesar de existirem estas condições, faltarem instrumentos jurídicos de natureza adjectiva para darem corpo a estes instrumentos, que grande parte deles têm natureza substantiva.

Então vejamos as bases jurídicas capazes de corporizar o compromisso do MPLA em matéria fundiária:

1.º Lei nº 3/07 de 3 Setembro, Lei de Bases de Fomento Habitacional.

Esta lei apresenta o núcleo para a concretização das promessas do MPLA no domínio de gestão fundiária. Um dos pontos que se pode notar no manifesto do MPLA é a garantia da habitação. E não foi em vão que a epígrafe no que concerne a gestão fundiária é mesmo esta: habitação.

Esta lei consagra no seu artigo 5º os tipos de habitação consagrado no manifesto do MPLA. A reforma urbana encontra-se igualmente consagrada no artigo 12º da mesma lei. Logo, estamos perante uma promessa com uma base jurídica criada.

Desafios:

Em todo caso, esta lei exige do MPLA enquanto órgão executivo, que adopte medidas pragmáticas, pois tratando-se de uma Lei de Bases, não daria resposta detalhada aos desafios. E alguns dos desafios que esta lei apresenta são:

1.1- O funcionamento efectivo do Fundo para o Fomento Habitacional, consagrado no artigo 19º;

1.2- A aprovação do regulamento para o recurso ao fundo de fomento habitacional, nos termos do artigo 24º;

1.3- A aprovação do diploma que estabelece os requisitos para obtenção de créditos com juros bonificados, nos termos do artigo 27º.

2º Lei nº 9/04 de 9 de Novembro, Lei de Terras.

A garantia da venda do património imobiliário do Estado a cidadãos angolanos constantes do Manifesto, encontra o seu respaldo quer no artigo 12º nº 4 da Lei Constitucional, quer na alínea a) 34º da Lei de Terras, isto sem prejuízo de legislação específica em matéria de alienação do património imobiliário do Estado.

Desafios:

É necessário que sejam aprovados diplomas instrumentais para que em matéria fundiária a propriedade privada sobre os terrenos esteja melhor orientado. Hoje apesar da Lei de Terras consagrar aquele direito, na verdade faltam actos administrativos concretos para que esta venda seja realizada.

3º Decreto nº 80/06 de 30 de Outubro, Regulamento de Licenciamento das Operações de Loteamento, Obras de Urbanização e Obras de Construção.

Este é o diploma que nos termos do seu artigo 1º estabelece as normas para as operações de loteamento, urbanização e construção. Todas as acções no domínio habitacional passam necessariamente, e em sequência lógica, por loteamento, urbanização e finalmente a construção do edifício. Isto de acordo com o artigo 6º.

Desafios:

Este é no nosso entender o instrumento fundamental para que os governos provinciais enquanto responsáveis

pelo licenciamento para loteamento, urbanização e construção apliquem nas políticas de fomento habitacional. Infelizmente, as constatações dizem haver um fraco domínio deste diploma.

Por aquilo que se pode depreender do compromisso do MPLA é necessário um grande domínio deste diploma, pois as habitações são territorialmente implementadas nas provinciais e suas circunscrições administrativas. E chamamos a atenção pelo facto deste diploma exigir um grande conhecimento dos instrumentos de planificação territorial criados ao abrigo da Lei n° 3/04 de 25 de Junho e seu Regulamento.

4.º Concluindo:

1.0 O MPLA tem as bases jurídicas para que possa cumprir com as promessas fundiárias previstas no seu Manifesto Eleitoral. Em todo caso:

2.º Que aprove urgentemente os diplomas complementares às leis e regulamentos existentes no domínio da gestão jurídico fundiário. II

# 5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

## 5.1 Mais de 200 jovens conseguiram primeiro emprego no Huambo

*Jornal de Angola 1/09/ 2008*

Duzentos e trinta jovens do município do Bailundo ganharam o seu primeiro emprego nas obras de construção de infra-estruturas sociais, em curso na sede e comunas da circunscrição.

As obras enquadradas no programa de melhoria de gestão municipal, no âmbito da desconcentração financeira em curso no país, estão a contribuir para uma nova imagem do Bailundo e a permitir que os municípios tenham uma vida melhor.

Um relatório síntese da situação socio-económica do Bailundo, do mês de Agosto deste ano, refere que estão a ser executadas as obras de melhoria de estradas e pontes que ligam às comunas.

Menciona ainda a construção e reabilitação de postos e centros de saúde, escolas, residências para quadros, sedes das administrações comunais, palácios dos administradores, para além do apoio aos camponeses, através da aquisição de juntas de gado bovino para tracção animal.

O programa faz também referência ao reforço da capacidade institucional dos quadros da administração local, montagem de jangos comunitários, aquisição de mobiliários para o apetrechamento da administração municipal e comunais, bem como a ampliação do sistema informático com a montagem do sinal de Internet na sede municipal.

Para além de um emprego directo à juventude, os benefícios do programa de intervenção municipal, cujo valor total ultrapassa os trezentos e 70 milhões de kwanzas, são visíveis pelo envolvimento e fortalecimento das empresas ao mercado local.

## 5.2 Crianças nocturnas, um fenómeno em crescimento

*Folha 8 20/09/ 2008*

Em vários bairros da capital há vistas crianças a

circularem altas horas da noite, o que significa muitas famílias ignorarem o seu papel de as cuidar.

Várias vezes o F8 constatou em bairros como a Terra Nova, Rangel no município com o mesmo no do último bairro, assim como no Operário no município Sambizanga e outros periféricos crianças a rodearam depois das 23 e até mesmo meia-noite.

No dos casos, casos interpelou as crianças, no caso duas, no sentido de saber o que elas faziam àquela hora da madrugada na rua, tendo eles limitando-se a responder que tinham sido mandadas. Verdade ou mentira, facto é que elas não aceitaram falar mais nada e puseram a correr.

A situação preocupou tanto o articulista como outras pessoas que testemunharam o caso, decorrido concretamente no bairro da Terra Nova e testemunhado por um funcionário do Instituto Nacional da Criança, órgão do governo que responde pelo direito dos petizes. Na ocasião, o referido funcionário, cujo nome se manifestou preocupado com a situação, tendo argumentado que situações do género dificilmente chegam ao conhecimento da instituição dirigida por Eufrazina Maiato.

Na sequência, o funcionário adiantou o INAC ter estado a pensar na possibilidade de criar representações comunitárias, no sentido de ter um controlo mais sério aos petizes. "Por exemplo, a esta hora, como o INAC saberá que a esta hora as crianças estão na rua?".

O funcionário aproveitou a ocasião para recordar às famílias que, em primeira instancias, são as responsáveis pelos petizes, acrescentando, no caso concreto, tratar-se de negligência familiar que punível à luz do ante projecto-lei.

No entanto, dois dias depois do caso destacado, O F8 constatou uma criança que aparentava ter 10 anos a andar pelo bairro da Terra Nova. Ao contrário das outras, esta ainda parou no sentido de ouvir a preocupação dos adultos que lhe tinham interpelado para saber o que estava ela a fazer aquela hora na rua.

Adiantando chama-se Paulo, a criança disse que estava a sair da casa de uma tia naqueles arredores. A conversa foi interrompida por um cidadão que adiantou conhecer o rapaz, tendo este confirmado, e o mandato ir para casa a que o rapaz obedeceu sem resmungar.

Outro caso foi registado nas primeiras horas, ou seja, por volta das 2 e 47 minutos do dia 18 de Setembro do bairro Precol, Rangel. Tratou-se de duas meninas que, segundo elas, saíam de casa de uma tia onde foram assistir à televisão. Facto é que mal acabaram de se explicar se puseram a correr e, para o espanto, sem manifestarem medo, ou melhor foram a rir. A referida alegria não contagiou os adultos, porquanto sabem que elas estão expostas a determinadas situações menos agradáveis.

# 6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

## 6.1 Projecto de habitação social lançado no Kilamba Kiaxi

*Jornal de Angola 1/09/ 2008*

O lançamento da primeira fase do projecto de Habitação Social do Kilamba Kiaxi, que prevê a construção de 710 edifícios para 160 mil pessoas, aconteceu ontem em Luanda.

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, representou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no evento, ocorrido na comuna da Camama, Kilamba Kiaxi.

Os edifícios a serem erguidos numa área de oito quilómetros quadrados serão de cinco, nove e onze andares, perfazendo 20 mil apartamentos.

Trata-se de um projecto que inclui centros comerciais, jardins-de-infância, escolas primárias e secundárias, uma área administrativa e outras para o lazer.

Estão contemplados ainda no projecto a instalação de serviços de bombeiros, esquadras de polícia, bombas de combustíveis, entre outros serviços, numa área de implantação de 8,8 quilómetros quadrados.

Outros dados técnicos atinentes ao projecto, segundo a Angop, reportam a existência de instalação de avenidas principais, secundárias e terciárias, com um comprimento total de 429 quilómetros, "completamente arborizados, formando um corredor ecológico".

O projecto social do Kilamba Kiaxi, que deverá ser concluído em 36 meses, terá um sistema independente de tratamento de água, de electricidade e de telecomunicações.

O contrato da primeira fase deste projecto foi celebrado a 14 de Novembro de 2007. O projecto, da responsabilidade do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), será executado pela multinacional chinesa Sociedade Empreiteira Internacional (CITIC).

Cerca de 500 mil habitantes poderão beneficiar deste projecto, quando forem concluídas as duas fases posteriores.

Em declarações à imprensa, o ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, disse que a "melhoria do serviço habitacional" constitui uma das prioridades do Governo angolano.

Este projecto, asseverou, surge, pois, da necessidade de se melhorar as condições de habitabilidade das populações, "merecedoras de uma vida mais tranquila, sadia e feliz".

Segundo o ministro, o projecto permitirá aos utentes usufruir de habitações e outros serviços sociais com um grande padrão de qualidade.

Para o engenheiro Wu Zhihin, da CITIC, que participou na concepção e construção do estádio "Ninho do Pássaro", que acolheu a abertura e o encerramento dos Jogos Olímpicos de Pequim, "estar em Angola e participar na sua reconstrução é um grande prazer".

Wu Zhihin, que é o vice-gerente geral da multinacional chinesa Sociedade Empreiteira Internacional (CITIC), garantiu que a sua empresa vai construir no Kilamba Kiaxi uma cidade nova e muito linda, para orgulho de todos os angolanos.

## 6.2 Projecto "Aldeia Nova" constrói residência para camponeses no Zaire

*Jornal de Angola 1/09/ 2008*

O projecto "Aldeia Nova" vai construir no município piscatório do Nzeto, província do Zaire, um bairro residencial composto por 250 casas. As obras terão o seu arranque tão logo o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Kanga, se desloque à província para proceder ao lançamento da primeira pedra, disse ao Jornal de Angola o director provincial do Zaire da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pedro Makumaya.

O projecto de construção do bairro residencial com a denominação "Aldeia Nova" será executado na localidade de Santa Maria, a 15 quilómetros da sede da vila do município do Nzeto.

Segundo Pedro Makumaya, as casas, além de serem destinadas a camponeses, vão igualmente beneficiar os técnicos afectos à Direcção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

A par da construção de residências, o projecto "Aldeia Nova" vai também impulsionar o incremento da criação de mil cabeças de gado bovino. Para tal, estão disponíveis, segundo Pedro Makumaya, mais de mil hectares, que serão repartidos em fracções de cinco hectares para cada família camponesa.

A direcção Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural no Zaire controla um total de 15.615 associados, entre os quais, 1.857 cooperativas e 122 camponeses.

Para propiciar maior sustentabilidade à actividade da lavoura, o Minader vai fornecer equipamentos aos agricultores integrados em cooperativas e associações, nomeadamente, moto-serras, catanas, painéis solares com as respectivas réguas, limas, chocadeiras, bicicletas, ancinhos, pulverizadores, balanças e enxadas.

Ainda nesta perspectiva, os agricultores vão também receber sementes de milho, amendoim, feijão, incluindo fertilizantes como carbonato de sódio e sulfato de amónio, para combate aos insectos. Esta acção, de acordo com o responsável, visa alargar as áreas de cultivo, assim como promover o combate à fome e à pobreza no seio das comunidades rurais.

### **6.3 MAPESS entrega condomínio habitacional ao Governo da Província do Kwanza-Sul**

*Jornal de Angola 6/09/ 2008*

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social procedeu à entrega, segunda-feira, no Sumbe, de um condomínio habitacional com quarenta casas do tipo T-2 e T-3, ao Governo da Província do Kwanza-Sul, em cerimónia orientada pelo vice-ministro do MAPESS, Sebastião Luquinda.

Os imóveis, cujo orçamento não foi revelado, irão albergar os funcionários do aparelho do Estado na província e foram construídos na base do princípio de solidariedade da Constituição do Instituto Nacional de Segurança Social, que prevê a beneficiação de obras sociais.

As chaves das moradias foram entregues ao governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, num acto testemunhado pelo director geral do Instituto Nacional de Segurança Social, Adão Sebastião Mixingji, do director provincial do MAPESS e de membros do governo da província.

O vice-ministro do MAPESS, Sebastião Luquinda, sublinhou que o gesto responde às imensas dificuldades sentidas pelas populações, particularmente pelos funcionários públicos que vivem em péssimas condições de habitabilidade.

Para o governador provincial, Serafim Maria do Prado, as quarenta casas entregues pelo MAPESS constituem motivo de satisfação e um acto que se junta aos esforços do Governo da Província do Kwanza-Sul para solucionar as principais preocupações dos cidadãos, particularmente dos funcionários do aparelho do Estado que há muito aguardam por moradias dignas.

### **6.4 Funcionários públicos em Cabinda beneficiam de residência económicas**

*Jornal de Angola 12/09/e 2008*

O Governo Provincial de Cabinda poderá, nos próximos dias, proceder a entrega formal de mais 100 casas ao departamento provincial do Instituto Nacional de Habitação. As referidas casas estão a ser construídas nos bairros de Cabassango e Buco Ngoio, 10 quilómetros a norte da cidade de Cabinda.

Segundo o chefe do departamento provincial do Instituto Nacional de Habitação, Alberto Poba, o primeiro lote, que será entregue simbolicamente, faz parte do projecto de 350 casas que o governo local concebeu no quadro do Programa dos Investimentos Públicos (PIP), nas localidades de Cabassango e Buco Ngoio.

As obras dos dois complexos, avaliadas em 16 milhões de dólares americanos, estão a cargo das empreiteiras China Jianguo e J africa e tiveram início em 2002.

Deste valor, 11 milhões 212 mil e 500 dólares foram investidos nas 250 residências em construção no Buco-Ngoio, enquanto que 4 milhões 839 mil e 182 dólares nas 100 casas, no Cabassango.

De acordo com Alberto Poba, as casas sociais serão distribuídas aos funcionários públicos e as económicas estão reservadas para o atendimento à população.

"Há maior interesse da parte dos trabalhadores da função pública, sobretudo aqueles que habitam em residências arrendadas, em adquirir moradias que comportam 3 quartos, uma sala de jantar, uma de estar, cozinha, casa de banho, varanda e quintal", disse Alberto Poba.

O chefe do departamento provincial do Instituto Nacional de Habitação acrescentou que a distribuição das respectivas casas será por organismos e de forma faseada.

O projecto, que visa minimizar o problema habitacional no seio da população cabindense, é extensivo também, de acordo com Alberto Poba, aos municípios do interior, nomeadamente Cascando, BucoZau e Belize, embora a fonte do JA não tenha avançado as quantidades que cada localidade que vai beneficiar.

Garantiu que dias melhores virão, uma vez que o Governo apostou no Programa de Fomento Habitacional a nível da região, como estratégia para colmatar as dificuldades neste domínio.

Nesta linha de pensamento, o Instituto Nacional de Habitação pretende cooperar com instituições locais e internacionais interessadas em implementar projectos do género, caminhando assim lado a lado com o



governo provincial no desenvolvimento da região.

Para a concretização desta pretensão, segundo o responsável, é necessário que a instituição tenha uma autonomia financeira.

O Instituto de Habitação controla a nível da província 736 imóveis, número que poderá sofrer uma alteração nos próximos dias devido o novo levantamento em curso no enclave. "Nós estamos a fazer um trabalho de controlo para obtermos o número exacto de imóveis do Estado e privados existente na província", disse.

## **6.5 Ordenar e planear o território**

*Folha 8 13/09/ 2008*

Nós entendemos o ordenamento do território, como a gestão da interacção Homem / espaço natural, que consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e sobretudo no assegurar da preservação de recursos limitados.

Para que os planos sejam enquadráveis nas mais diversas escalas de análise, dependem da efectividade e coerência dos mesmos. Um plano nacional de ordenamento do território tem de se basear na lógica dos planos das diferentes regiões; estes, por sua vez têm por base os planos municipais que definem o uso dos solos e estabelecem princípios para a gestão das cidades e das aldeias do local; os aglomerados deverão ser organizados por planos operativos que regulem e ordenem a sua estrutura construída, os seus edifícios, e que definam coerências para a localização das diferentes funções que neles coexistem a indústria, o comércio, a habitação ou a agricultura, são planos de urbanização, os de pormenor ou de salvaguarda que, e mais uma vez a escalas diversas, delimitam e desenham as malhas que definem a urbe.

O planeamento tem que ser pensado, compreendido pela estrutura das ocupações humanas, a sua diversidade, as suas inter-relações e interacções e as complexidades das razões que justificam cada uma delas, são diversos os tipos de ocupações do homem no território, são diferentes os usos impostos ao solo, são variados os aglomerados humanos resultantes, em diferentes dimensão e características, justificando-se e sendo ao mesmo tempo razão das utilizações que se estabelecem no território.

Funções como a agricultura ou indústria, o comércio ou serviços encontram no tipo de aglomerado as virtudes de razão para o seu estabelecimento, moldando e transformando a forma destes, estabelecendo as relações de cumplicidade. São modos de ocupar o território, distinto nos seus conceitos e finalidades, que se complementam, sustentando a colonização humana. Os aglomerados humanos, sendo todos eles diversos e complexos nas suas razões, relacionam-se e justificam-se entre si pela forma que o homem encontrou para se

estabelecer, ocupar e usar os recursos da natureza.

É necessário compreender que uma vila não é uma cidade em ponto pequeno, assim como uma aldeia não é somente um pequeno aglomerado, mais sim um povoamento do espaço com um tipo de vivência próprio que o caracteriza e justifica.

As diferenças entre a urbanidade e a ruralidade advêm de culturas diversas, razões completamente dissemelhantes de ocupar e usar o território, de onde resultam formas de vidas singulares.

Quanto a cidade e a sua estrutura, justificam-se em nosso entendimento, pelas actividades que nelas ocorrem, pela sua forma, pela maneira como se organizam e se estabelecem.

Numa Urbe gerem-se as funções com características próprias; habitação, numa larga escala, inter-relacionada com o comércio e com os serviços; indústrias articuladas com a cidade.

A malha urbana é o reflexo dessa forma de organizar o espaço, as grandes vias de circulação, que ligam os lugares e que relacionam as diferentes funções, articuladas com locais de estar, praças e praças que sustentam uma vivência de lazer, bairros, prédios e quarteirões que organizam a lógica da habitação na estrutura, elementos que definem um desenho característico de que resulta, conseqüentemente, uma forma de ocupar o território e de organizar os usos do solo.

Em relação as aldeias, elas definem-se pelas diferentes escalas, as menores em dimensão e em concentração, regulam-se por uma maior proximidade da natureza da qual dependem.

A agricultura é, geralmente a base económica que fundamenta a forma do aglomerado, não se articulando no meio rural as forças complexas que determinam a estrutura urbana.

A habitação dispersa-se, sendo naturalmente constituída por casas isoladas, unifamiliares, com terrenos remanescentes, e por pátios e quintais que utilizados como complementam a actividade agrícola de maior escala.

Difícilmente se pode falar de uma malha rural, as aldeias são definidas pela articulação de eixos mais ou menos numerosos e complexos que correspondem aos espaços definidos pelos limites das propriedades particulares.

As praças são os lugares restantes, raramente definidos de forma regular, dificilmente desenham excepções assinaláveis no conjunto, pontos notáveis, como acontece nas cidades.

O Urbanismo e o Ruralismo, são diferentes formas de estruturar a ocupação do espaço, que resultam das

utilizações e dos diversos princípios como o de agir no território, são as vivências e as maneiras de fazer as singulares características. A urbanidade está profunda e sistematicamente estudada.

Das formas construídas à estrutura urbana, da economia aos aspectos sociais, as cidades foram analisadas nas suas razões, princípios e vivências.

Quanto ao planeamento urbano, e o urbanismo em si, regem-se por princípios resultantes dessa sistematização; a própria arquitectura baseia as suas formas e a gestão das funções dos edifícios em desenhos claramente urbanos.

Contudo, não existe uma sistematização do planeamento rural ou do ruralismo, apenas alguns tratados, como (o tratado de granada), algumas verificações mais ou menos empíricas, alguns estudos das características das formas construídas de determinadas aldeias.

## **6.6 Kuito já não é cidade-fantasma**

*Semanário Angolense 13/09/ 2008*

Quando Amara Tati deixou de ser o governador de Cabinda e foi despachado à província em Bié, muitos observadores rotularam essa transferência como um castigo ou uma reprimenda.

É provável que nessa altura, Amara Tati, lá no fundo, também tenha pensado que estaria a ser penalizado por algo que tivesse corrido mal em Cabinda. Mas se assim pensou, a verdade é que tratou, imediatamente, de encarar de frente a nova realidade e assumi-la, acima de tudo, como um desafio, apesar do caminho estar repleto de ameaças, minas e armadilhas.

E assim foi. Conta-se que, logo na primeira reunião com os seus colaboradores no seu novo gabinete no Kuito, depois de ter lançado um demorada olhadela para a paisagem de guerra que a janela lhe permitia ver, as suas primeiras ordens terão sido qualquer coisa que se traduz nas seguintes palavras: «Meus caros, temos de arregaçar as mangas e fazer desaparecer do Kuito essa imagem de cidade-fantasma».

E Amara Tati não dissera nenhuma inverdade: dez anos decorridos sobre as encarniçadas batalhas que fizeram do Kuito uma cidade em escombros – a que mais havia sofrido realmente com a guerra – as imagens de destruição pairavam sobre ela e os seus teimosos habitantes vagavam por ela como autênticos «zombies» (mortos-vivos).

A mensagem apelativa não tardou a chegar aos centros de decisão no Governo Central, já que sem ovos não se podia fazer omeletes. Luanda anuiu ao desafio. Tanto que ainda em 2002 o Presidente da República, numa

altura em que era pouco dado a visitar as províncias, deslocou-se ao Kuito, aonde dirigiu uma sessão especial do Conselho de Ministros que aprovou um programa de recuperação da cidade que era, de facto, pouco mais que fantasma.

Para selar a decisão, José Eduardo dos Santos diria, pouco depois, a milhares de habitantes do Kuito que o escutaram durante um comício, algo que até hoje as pessoas têm na memória: «Então, vamos fazer com que o Kuito seja outra vez a bonita cidade que foi Silva Porto?». De facto, no auge das maiores realizações da administração colonial, em 1973, Silva Porto (assim se designava o Kuito), apesar de pequena, era uma das mais bonitas cidades de Angola.

Não era a Vila Viçosa. Esta era outra urbe angolana, mas Kuito também era efectivamente uma cidade viçosa.

Estava-se em finais de Outubro de 2002. Passaram-se seis anos que mudaram muita coisa. Luanda abriu os cordões à bolsa e nesse período, trabalhou-se no Kuito muitas vezes mais do que nos 10 anteriores à chegada de Amara Tati a um palácio em ruínas.

A escassos dias da realização das eleições, o *Semanário Angolense* foi ver como é a nova realidade da cidade angolana que mais simboliza um país saído de uma guerra atroz. Além de gradualmente estar a vestir-se de novo do ponto de vista estritamente urbanístico, é preciso ter em conta que Kuito carrega outras simbologias de que ninguém, em tempo de sufrágio, se pode alhear.

É a capital de uma província que, em Setembro de 1992, votou em massa na UNITA, partido criado por Jonas Savimbi, que em vida terá sido, provavelmente, o mais conhecido bieno. Porém, Savimbi partiu do mundo dos vivos deixando, de certo modo, a imagem de um furacão que fustigou os seus próprios filhos ao decretar que as suas forças tomassem a todo o custo o Kuito.

A cidade tinha um valor não apenas político como geoestratégico, que muitos observadores convergem que foi ela a ditar o curso da guerra. Ou, por outra, se tivesse caído em poder da guerrilha, provavelmente o país estaria a passar por dois cenários: ou dividido em dois estados, ou os angolanos ainda hoje estariam a alterar-se numa feroz guerra civil.

Há hoje uma nova realidade sociopolítica em emergência nas chamadas zonas tradicionais da UNITA (região etnolinguística ovimbundu), só não se sabendo se isso terá efeitos drásticos nos números que saírem das urnas.

Mas mais do que isso o que conta agora mesmo é constatar que Kuito recobra das feridas da guerra e reconstrói-se. No passado domingo, a capital biena festejou com outro ânimo e esperança a passagem do seu 73º aniversário desde que foi elevada à categoria de

cidade em 1935, quando haviam decorrido 57 anos depois que os colonizadores portugueses venceram a resistência do Rei Ndunduma e ergueram os primeiros aglomerados da que seria Silva Porto, actual Kuito.

## **6.7 Famílias desalojadas recebem material de construção**

*Jornal de Angola 16/09/ 2008*

Pelo menos vinte e cinco famílias da cidade do Kuito, província do Bié, beneficiaram, recentemente, de parcela de terra e material de construção para erguerem as suas residências.

A informação foi prestada pelo director provincial das Obras Públicas, João Marques Bango, quando visitava alguns edifícios em estado de degradação.

Frisou que cada família recebeu 40 chapas de zinco, um terreno para erguer uma residência e uma quantia monetária no valor de dois mil e 100 dólares norte-americanos, para o pagamento de renda, enquanto estiverem a construir as suas casas.

As mesmas famílias, segundo o director das Obras Públicas, foram desalojadas de um prédio que se encontra em estado degradante, o que constituía risco para os moradores.

João Marques Bango disse ainda que o edifício será demolido, nos próximos dias, com objectivo de se erguer um outro com as mesmas características.

O responsável afirmou que o seu organismo está a preparar, de igual forma, uma outra proposta junto do governo local, no sentido de se desalojar famílias que residem no antigo edifício da Direcção Provincial da Educação, para sua reabilitação.

A construção e reabilitação destas duas infra-estruturas estão enquadradas no programa especial mínimo de reconstrução da cidade do Kuito (PERMIK).

## **6.8 Candidaturas a casas sociais da juventude ainda não foram abertas**

*Jornal de Angola 17/09/2008*

O processo de inscrição de candidatas a residência no bairro social da juventude ainda não foi aberto, disse o coordenador do projecto, Eduardo Machado, contrariando um anúncio, feito por fontes alheias ao Ministério da Juventude e Desporto, órgão encarregue do empreendimento.

Segundo o coordenador, o secretariado executivo do referido projecto está a trabalhar na formalização de todos os elementos e regulamentos necessários para

conformar a operacionalidade do programa. Posteriormente é que serão abertas as candidaturas.

"Este processo está bastante avançado. Estamos apenas a aguardar por algumas contribuições de instâncias que vão facilitar a conclusão do regulamento", disse.

O propósito do regulamento, segundo Eduardo Machado, é estabelecer os princípios que vão regular a operacionalidade do projecto. Ou seja, serão estipulados os critérios e regras que vão permitir aos candidatos interessados apresentar condições que os habilitem a fazer parte do mesmo.

"Esse processo vai, por um lado, equilibrar os pontos de participação, e, por outro, permitirá a garantia de qualidade no processo de gestão e aplicação dos recursos disponíveis", realçou.

O coordenador adiantou também que o projecto não tem restrições geográficas e é de âmbito nacional. As províncias exercerão um papel autónomo.

## **6.9 Expropriação de terrenos dificulta trabalhos na via Boavista / Cacucaco**

*Jornal de Angola 17/09/2008*

A dificuldade de expropriação de terrenos ao longo da estrada Boavista/Cacucaco condiciona a celeridade das obras nesta via, que será transformada em via expresso.

Nesta altura, efectuam-se escavações para a terraplanagem, para se colocar asfalto nos espaços cedidos. Depois de ultrapassada a questão da expropriação, pelo Governo, os trabalhos deverão prosseguir nesses locais, onde se prevêem intervenções, para o nivelamento do solo.

A empreitada, a cargo da Odebrecht, tem uma extensão de nove quilómetros, da Rotunda da Boavista até à vila de Cacucaco, junto às antigas salinas, para o primeiro lote.

Devido às dificuldades na expropriação, os trabalhos deverão terminar só em 2009. O segundo lote, que parte das Salinas, está a cargo da construtora Queiroz Galvão.

Nos espaços expropriados realizam-se obras de base para a preparação do terreno, bem como de orientação das redes de água, luz e telefonia.

A empreitada, iniciada em 2007, está avançada na zona da Címangola, onde já foi colocada a primeira camada de asfalto, situação que está a facilitar o trânsito.

N o final a via terá uma faixa de rodagem com dez metros e meio de largura, repartida em três vias de três metros e meio de largura, para cada sentido, e um

passeio central.

Nela será instalada um sistema de drenagem de água, de acordo com as características da estrada.

## 6.10 Novas habitações

*Novo Jornal 19/09/ 2008*

À semelhança do que se passa um pouco por todo o país, ter casa própria na cidade do Lubango é uma verdadeira dor de cabeça, sobretudo para quem quer começar um projecto de vida a dois.

Para responder a esta dificuldade, o governo da província está a construir, na zona da Mitcha, 24 novas habitações para quadros que serão adicionadas às 50 já existentes no mesmo perímetro, no âmbito de um projecto iniciado em 2004, desconhecendo-se se estão enquadradas na promessa eleitoral do MPLA de construir, nos próximos quatro anos, um milhão de casas.

As referidas habitações, segundo o director Provincial das Obras Públicas, vão servir, numa primeira fase, para acolher os 80 médicos cubanos que a província está a receber para trabalharem nos hospitais e centros médicos localizados na cidade do Lubango, sendo posteriormente entregues aos quadros angolanos sem habitações.

As autoridades huilanas estão, paralelamente, a executar um programa faseado que aponta para a construção, em cada um dos 14 municípios, de cinco casas, residências que poderão também servir quadros instalados naquelas circunscrições.

Um outro projecto, iniciado em Julho último, é o denominado "Angola Jovem" e que prevê a edificação do bairro da juventude com 90 habitações. O projecto de construção terá a duração de onze meses e os critérios de atribuição das residências estão a ser analisados, devendo priorizar, como o nome indica, a camada jovem.

A entrada em cena de operadoras privadas no ramo do imobiliário é uma questão de tempo, pois, segundo Rosário Ima Panzo, a sua direcção já foi contactada por entidades interessadas em investir neste importante sector.

Os terrenos para a edificação de projectos habitacionais estão identificados, o que falta mesmo são passos concretos das imobiliárias, esclareceu o director provincial das obras públicas.

## 6.11 Programa "Angola Jovem" chega a Mbanza-Congo

*Jornal de Angola 19/09/ 2008*

O projecto "Bairros sociais da juventude", implementado pelo Governo angolano, através do Ministério da Juventude e Desportos, já é uma realidade em Mbanza-Congo, sede capital da província do Zaire. A empreitada prevê a construção de 16 residências geminadas do tipo T3, na localidade de Kilemos, cerca de sete quilómetros a nordeste da cidade de Mbanza – Congo, cuja conclusão está marcada para Novembro próximo.

Uma comitiva governamental encabeçada pelo administrador municipal de Mbanza – Congo, Ângelo dos Passos, deslocou-se em Kilemos com o propósito de se inteirar do andamento da empreitada, bastante aplaudida pela juventude na região.

Inserido no programa "Angola Jovem", a construção das 16 moradias foi adjudicada à empreiteira "Makatil". O projecto está a ser implementado numa área de cerca de 100 metros quadrados.

O director provincial da Juventude e Desportos, Manuel Katendi, disse que o projecto tem como objectivo primordial permitir que às famílias jovens e economicamente carenciadas tenham acesso a uma habitação condigna, sem ter que consentir grandes esforços.

Quanto ao custo das casas, Manuel Katendi esclareceu que cada residência deverá custar 25 mil dólares americanos, a serem reembolsados ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), num período de 10 a 15 anos, com uma taxa de juros bonificada, por se definir.

Segundo a fonte do "JA", os candidatos deverão ter como requisitos idade entre os 18 e 30 anos e residir no município (Mbanza - Congo) sem habitação própria.

O director provincial da Juventude e Desportos adiantou que o projecto em causa decorre apenas em três municípios dos seis que compõem a província, nomeadamente Mbanza – Congo e Nzeto, com 19 casas, e Soyo 40. Os municípios do Tomboco, Nóqui e Kuimba ainda não foram contemplados.

## 6.12 Código Civil é sobrinha para tudo

*Folha 8 20/09/ 2008*

A interpretação do artigo 437º do Código Civil, no caso vertente não parece dar respaldo à atitude da Real Force contra os seus clientes, hasteando como justificativa a bandeira de alegadas derrapagens nos cálculos económicos, em função de embargo de obra e redução do período de construção.

Aliás, o estipulado no recorrido artigo, não parece aplicar-se na letra e espírito aos promitentes compradores, porquanto "as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiveram sofrido uma alteração anormal, tem a parte lesada direito à resolução do contrato ou à modificação dele segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta de riscos próprios do contrato".

A relação inicial é entre a Real Force e os ente-públicos: a EDURB, que vendeu o terreno; o Instituto de Gestão Urbano do GPL, que autorizou o plano de massa e aprovou o projecto de construção, levando, acta contínuo, a REAL FORCE a partir para a promoção e venda prévia do seu produto e devem por esta ser questionados por ter prejudicado terceiros de boa fé, que adquiriram bens na convicção, talvez ingenuamente, de que as garantias mensais acordadas lhes traria o estatuto, no final, de proprietários.

Mas no caso vertente a Real Force que viveu um problema com os ente-públicos pôde mover um competente processo judicial, recorrendo ao Decreto-Lei nº 16A/95 de 15 de Dezembro, no seu artigo 120º e seguintes, contra a EDURB, GPL e o INEA, pelo que não deve endossar essa responsabilidade aos seus clientes, partes alheias nesta tramóia, Se alguém tem de ser responsabilizado por eventuais danos causados, esse é o ente-públicos, a quem melhor se ajusta o recurso ao artigo 437º do Código Civil e o Decreto-Lei nº16A/95.

Quanto ao recurso ao tribunal, importa recorrer ao que diz a lei e a jurisprudência nos casos de diferenças contratuais.

"O julgamento numa causa cível tem por finalidade determinar se existe um direito fundamentado da parte requerente a uma indemnização pela parte requerida e, em caso afirmativo, qual o valor apropriado dessa indemnização. Para chegar a uma conclusão, o juiz tem que ouvir ambas as partes e determinar os factos do caso. Seguidamente, terá que decidir se os factos revelam ter a parte requerida violado um preceito legal: por exel]p]o, o preceito que nos obriga a executar os contratos que assinamos".

Se ficar demonstrado que a parte requerida na causa nada fez de errado, a causa será rejeitada. Se for culpada terá uma sanção que depende de vários factores: o valor da indemnização solicitado na petição inicial, os factos e os poderes de que dispõe o tribunal para conceder a indemnização específica, que tem três categorias: indemnizações pecuniárias (por perdas e danos); sanções declaratórias; e mandados, que exigem que uma pessoa faça – ou se abstenha de fazer – um certo acta.

O objectivo principal da indemnização por perdas e danos é o de compensar a parte requerente pelas perdas causadas pela parte requerida. As sanções declaratórias

são aquelas através das quais o tribunal atesta ou afirma os direitos das partes. Por exemplo, quando um tribunal interpreta um testamento ou um contrato, a sua decisão é declaratória por natureza. Do mesmo modo, a decisão de um tribunal sobre a titularidade de uma propriedade pessoal ou terras também é declaratória.

Uma outra sanção que exige que certa pessoa execute uma determinada acção é conhecida como a «execução específica». Esta sanção está comumente disponível na seqüência da parte requerida ter rescindido um contrato com a parte requerente. Por exemplo suponhamos que a parte requerida, a REAL FORCE rescindiu o contrato que tinha com a requerente, a Sra. Hianga Chinguri, para lhe vender uma casa. Neste caso, em vez de conceder à requerente uma indemnização por perdas e danos o juiz poderia condenar a REAL FORCE a cumprir o seu contrato e a cumprir o contrato de venda da casa à Sra. Hianga pelo preço inicialmente acordado. Chegados aqui seria bom que as partes se entendessem para bem do bom-nome comum.

## **6.13 Os Meandros do Planos Regionais do Ordenamento do Território**

*Folha 8 20/09/ 2008*

A distinção da história do regime jurídico de Imóvel guiou-se fundamentalmente por três regimes: O regime de propriedade ilimitada, o regime da propriedade limitada e o regime da propriedade condicionada.

Quando se fala em "Propriedade ilimitada" ou "absoluta" remete-nos, geral, para o conceito romano que incluía aos poderes do proprietário nos três famosos direitos de "lus utendi", "ius fruendi" e "ius butandi" noutros termos o direito e usar, de fruir e o de abusar da coisa própria (inclusive destruindo).

Tratava-se assim, de um poder absoluto de que o respectivo titular poderia dispor como bem entendesse, desses bens, e as limitações que a tal exercício poderiam opor-se, eram considerados excepções e m nada afectavam a natureza e dimensão intrínseca do seu direito com o decorrer do tempo, a concepção "absolutista" do direito de propriedade foi se esbatendo, dando lugar ao surgimento de restrições relativamente ao seu uso, fundamentalmente por determinar os interesses como os dos proprietários "limitações de interesses como os dos proprietários "limitações de interesse privado " como os da comunidade em geral, a vontade do titular, ou a lei lhes impusessem para passarem a ser considerados em si mesmos como poderes condicionados à satisfação de determinados fins ou objectivos.

As limitações que passaram a ser impostas aos

proprietários, no exercício do seu direito, não foram apenas limites exteriores a não ultrapassar, mas são objectivos à atingir (tais objectivos sejam de interesses particulares, de outros proprietários, como sejam de interesse público) O que vale quanto nós afirmar, é que o direito de propriedade deixa de poder ser exercido no interesse exclusivo do proprietário (embora com limitações) mas também interesses de outros proprietários ou seja, da colectividade em geral, proibindo-se por exemplo, a destruição da coisa própria, quando essa destruição seja contrária aos interesses da colectividade.

Sendo os planos designados por " Instrumentos de carácter programáticos e normativos ao desenvolvimento harmonioso das diferentes parcelas, tendo sempre em atenção a optimização das implantações humanas", os Planos Regionais do Ordenamento do Território, abrangem as áreas, pertencentes a mais de um Município (pelo que, também os distingui dos Planos Municipais de Ordenamento do Território) áreas definidas quer pela sua homogeneidade em termos económicas, ecológicos ou outros, quer " por representarem interesses ou preocupações que pela sua interdependência necessitam de consideração integrada."

Os aspectos definidores dos PROT'S são:

a) Quanto à sua natureza: É de natureza programática e normativa, visando estabelecer normas gerais de ocupação e exploração que permitem fundamentar uma correcta utilização e gestão do território abrangido.

b) Quanto aos objectivos: Tem por finalidade, concretizar, para a área por eles abrangida a política geral de Ordenamento adoptada, definindo as opções a estabelecer, bem como os critérios de organização e uso do espaço, tendo em conta de forma integrada as aptidões e potencialidades da área coberta.

c) Quanto a extensão: os PROP'S, abrangem as áreas pertencentes a mais de um Município, delimitadas pela sua homogeneidade em termos económicos, ecológicos dentre outros pelo que, em principio, a sua área de actuação é a " região definida pela identidade de interesses e preocupações e não por qualquer outro tipo de divisão territorial de natureza administrativa.

Em síntese: os PROP'S são Programas de Ordenamento Racional das Regiões, caracterizadas por uma clara homogeneidade de interesses, que visam a melhor distribuição dos agrupamentos humanos e o mais adequada aproveitamento e utilização dos respectivos recursos. Em nosso entendimento, afigura-se indispensável salve melhor opinião a definição de uma política de ordenamento que reorganize, melhor o nosso espaço litoral de modo a garantir um crescimento equilibrado e que assegure a durabilidade dos recursos e a qualidade ambiental, de forma a reduzir a marginalização das zonas rurais, desaconselhando a ocupação da á orla marítima com construções definitivas, em função da sua especificidade são considerados, sítios precário.

Os objectivos que quanto a nós, melhor se evidenciam no carácter programático do PROT, e as suas espectivas finalidade são:

a) Desenvolvimento socio-económico equilibrado, melhor distribuição dos sectores produtivos, controle do crescimento das áreas congestionadas e o alargamento dos benefícios para o interior.

b) Utilização racional do espaço:

Protecção dos solos agrícolas e das áreas sensíveis designadamente de interesse turístico.

c) Protecção e gestão racional dos recursos naturais e do ambiente:

Impedindo a distribuição do meio natural, protegendo e valorizando o património histórico, físico e cultural.

d) Melhoria da qualidade de vida da população residente: De modo a proporcionar condições de acesso e estabilidade de emprego, alojamento e qualidade ambiental.

## **6.14 Autoridades lançam projecto sobre gestão de terras**

*Agora 20/09/2008*

O Ministério do Urbanismo e Ambiente (MINUA) lançou recentemente um projecto sobre gestão sustentável de terras, inserido no processo de implementação do programa nacional de combate à desertificação.

O projecto, com duração de dois anos, visa também criar uma abordagem institucional e de monitoramento da degradação dos solos e idealizar as melhores práticas e iniciativas em gestão sustentável de terras no país.

O mesmo terá um impacto significativo na vida das populações rurais: na gestão comunal de recursos naturais, luta contra o desmatamento, melhoria de técnicas produção de biomassa para fins energéticos e protecção e conservação de solos contra os agentes erosivos.

Segundo a fonte, no decurso dos anos 2005 e 2006, o MINUA liderou negociações para a captação de financiamentos para a execução de projectos em áreas-chave de luta contra a desertificação: energia doméstica, gestão comunal de recursos de base, aproveitamento e armazenamento de águas pluviais, gestão de pastos, segurança alimentar e gestão de calamidades.

O Fundo Global para o Ambiente aprovou recentemente o projecto "Solução Energética e de Sobrevivência Em Angola" denominado abreviadamente por "ELISA".

Este terá como enfoque principal a análise e preparação de um conjunto de técnicas de intervenção, transformadas depois em módulos de formação de campo para os agentes de extensão rural, com demonstrações participativas em programas de

formação e associadas a pesquisa aplicada e disseminação de resultados pelos produtores rurais e camponeses.

O projecto conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para o lançamento desta iniciativa viajará para o Huambo o vice-ministro do MINUA, Mota Liz a frente de uma delegação que integrou técnicos do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER), do PNUD e outras instituições parceiras do projecto.

## **6.15 Angola alberga acto central do Dia Mundial do Habitat**

*Jornal de Angola 20/09/ 2008*

Angola albergará o acto central do Dia Mundial do Habitat, a comemorar-se a seis de Outubro, no âmbito do mandato da resolução do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN-Habitat).

Segundo uma nota de imprensa do Ministério do Urbanismo e Ambiente, a celebração da data visa elevar a consciência sobre o estado das cidades e dos direitos básicos, para uma habitação adequada para todos e lembrar ao mundo a responsabilidade colectiva para futuro do habitat humano.

O tema deste ano, de acordo com o documento, versa sobre cidades harmoniosas, focalizando-se na economia, ambiente e harmonia social das cidades.

Para abordar questões referentes ao tema, o Ministério do Ambiente e Urbanismo realiza hoje, nas suas instalações, uma conferência de imprensa.

## **6.16 Sita José realça encorajamento da ONU ao esforço habitacional**

*Jornal de Angola 21/09/ 2008*

O coordenador da Comissão Interministerial para a celebração em Angola do acto central do Dia Mundial do Habitat, a comemorar-se a seis de Outubro, Diekumpuna Sita José, disse ontem em Luanda que a escolha do país para acolher o acto era um encorajamento das Nações Unidas ao esforço que tem sido desenvolvido no sector habitacional, que está entre estruturação, e os grandes projectos que o Governo de Angola anunciou e assumiu concretizar nos próximos tempos.

Diekumpuna Sita José, que falava em conferência de imprensa, considerou que a "cidade de Luanda constitui um bom exemplo de avaliação de como as cidades podem servir de suporte para melhor sensibilização quanto à nação de inclusão daquelas

populações que ainda vivem em condições precárias".

Um dos objectivos do milénio faz referência à construção de cerca de 100 milhões de habitações até ao ano 2020, sendo que cada país deverá fixar a sua meta. Neste contexto, Diekumpuna Sita José mencionou que o tema do acto "Construindo cidades harmoniosas" serve, entre outras, de reflexão para a inclusão, no acesso à habitação, das populações que mais carecem deste bem.

O coordenador da Comissão Interministerial para a celebração em Angola do acto central do Dia Mundial do Habitat acrescentou que a comunidade internacional está atenta aos programas de desenvolvimento em curso no país, consubstanciado no excelente resultado macroeconómico.

"Angola está neste momento melhor posicionado para associar os ganhos e benefícios da economia para que se apliquem as políticas e as opções que foram determinadas pelo Governo para o quadriénio 2009-2012", disse.

Enquadrado no âmbito do mandato da resolução das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (UN-Habitat), o acto central do Dia Mundial do Habitat, o primeiro do género a ser realizado no continente africano, contará com cerca de 400 convidados, entre os quais altos funcionários das Nações Unidas e dirigentes de alguns Governos africanos.

## **6.17 Cinquenta residências para jovens**

*Jornal de Angola 22/09/ 2008*

Cerca de cinquenta residências das cem programadas pelo Ministério da Juventude e Desportos, na cidade do Kuito, estão na fase final da sua construção, afirmou o director provincial da Juventude e Desportos, Carlos da Silva.

O bairro Santo António foi o local escolhido pelo governo da província para a construção das residências para os jovens desta região, pelo facto de ser a localidade onde consta o programa de urbanização levado a cabo a nível do Bié.

Carlos da Silva assegurou que está em curso o programa de fomento habitacional que visa dar respostas aos inúmeros problemas que afectam a camada juvenil, principalmente no sector de aquisição de residências, por isso, o Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Governo da Província do Bié, têm em agenda um programa de implementação de bairros sociais que na primeira fase poderá beneficiar cem residências para a juventude na região.

"E um projecto que caminha a bom ritmo, apesar do

empreiteiro ter registado ligeiras dificuldades no arranque das obras, mas acreditamos que até ao final deste ano cinquenta residências estarão terminadas e prontas para serem entregues", disse, referindo que várias associações juvenis e a sociedade em geral têm discutido as metodologias para facilitar o acesso dos jovens a estas residências.

Para a expansão deste projecto nos diversos municípios desta província, explicou, foram estabelecidos contactos com as administrações municipais para prepararem algumas parcelas de terrenos no sentido de beneficiarem deste projecto residencial, no quadro do fomento habitacional.

De acordo com o director provincial da Juventude, está em discussão uma série de critérios para os jovens beneficiarem das residências, mas os jovens apurados poderão fazer o pagamento das residências em crédito num prazo de quinze anos.

"Por isso, o BPC estabeleceu uma série de mecanismos que priorizam a faixa jovem dos 23 aos 35 anos de idade", esclareceu.

Aquele responsável adiantou que no decurso do processo da construção destas moradias para a camada juvenil da região, antes do final do primeiro semestre do próximo ano será visível a conclusão das cem residências, pois, a intenção é estender o projecto nos diversos municípios da província.

O director provincial da Juventude disse que é intenção do governo criar residências suficientes para todos os jovens, por isso, tendo em conta a continuidade do projecto, está a ser envidado todos os esforços possíveis no sentido de contemplar a maior parte dos jovens do Bié.

## **6.18 Jovens recebem material de construção diversa**

*Jornal de Angola 24/09/ 2008*

Jovens da província do Moxico, Leste do país, receberam, no último fim-de-semana, materiais de construção, oferecidos pela Direcção Provincial da Juventude e Desportos, no quadro da implementação do programa "Angola Jovem".

Do lote do material constam 300 chapas de zinco, à razão de 25 chapas para cada, 200 quilogramas de pregos, entre outro material que inclui uma mesa e quatro cadeiras para cada beneficiado.

Em declarações à Angop, o responsável municipal da Juventude e Desportos, Salomão Evaristo Caliambuto, disse que o gesto do Governo visa ajudar os jovens que possuem terrenos e não têm possibilidades para construir as suas residências.

Segundo ele, o programa de distribuição do material de

construção é faseado e abrangerá todos os municípios da província.

Quintas Olga solteira, mãe de três filhos e desempregada, louvaram a atenção do Governo na resolução dos problemas que afligem a camada juvenil.

## **6.19 Ingombota vale a pena ser cidade**

*Semanário Factual 26/09/ 2008*

No princípio, a terra onde nasceu a Ingombota era uma extensão do mar cujas águas chegavam para além do Palácio Dona Ana Joaquina, na baixa de Luanda, e de onde partiam escravos para várias latitudes do Mundo, com destaque para o Brasil e a América.

A história da Ingombota confunde-se com a história de pescadores, já que esse bairro não mais é senão a continuação da Ilha do Cabo no sentido ascendente, com casas feitas na altura de pau-a-pique e mais tarde de pedras e barro, com características coloniais portuguesas.

A Ingombota foi modificada após quase cinco séculos, depois de trabalhos profundos para afastar o mar e tomar maior o espaço a habitar, tendo em conta a chegada contínua de colonos a partir da Ilha do Cabo.

O tempo passou e hoje a Ingombota pode orgulhar-se de ser a capital da capital angolana, depois do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ter criado uma comissão que preparou o programa para a requalificação da baixa de Luanda.

Em falar em baixa de Luanda é falar da Ingombota, cujo retrato o Factual reporta nesta edição.

### **EDIFÍCIOS**

É no bairro da Ingombota que estão as estruturas centrais da governação, as várias instituições de prestação de serviço judicial, notarial, financeiro, a Banca e todos os outros aparatos de apoio como o Interior, os Serviços de Migração, a Defesa, o Planeamento, a Religião e o Palácio Presidencial.

Esses edifícios, a maioria deles datando da época colonial, mostram quanto os colonos portugueses estavam decididos a fazer crescer a cidade de Luanda e manter definitivamente o seu poder por tempos imemoriais. Porém, a independência de Angola, em 1975, deitou por terra essa pretensão, e foi o Governo angolano que pôs mãos à obra para fazer da Ingombota o bairro que todos hoje reconhecem.

"Não há dúvida, Luanda resume-se praticamente à Ingombota, onde todo o Mundo vem parar para tratar de qualquer assunto. E isto é complicado, por causa dos engarrafamentos constantes para quem desce à baixa de Luanda, seria bom descentralizar os serviços



para se evitarem tantos constrangimentos", referiu o economista Francisco Bernardo.

Para ele, a Ingombota é a zona mais bonita de Luanda, pelo que tem mesmo de ser cuidada pelos cidadãos, no que foi corroborado por transeuntes que se aperceberam da conversa com o jornalista do actual.

#### ESTRADAS

É na Ingombota que se encontram as melhores vias rodoviárias, muitas das quais receberam um novo tapete asfáltico, para gáudio dos automobilistas que por aí circulam.

Aliás, se é na Ingombota onde começou o processo de requalificação da baixa de Luanda, naturalmente que as estradas devem reflectir essa condição.

E peões abordados pelo Factual concordaram que, hoje, a Ingombota está mais linda, quer pelos novos prédios que vão surgindo como cogumelos, quer pela estrutura do bairro, onde a higiene é a palavra de ordem, com trabalhadores de limpeza empenhados em manter a limpeza das ruas.

De facto, as centenas de viaturas que descem ou sobem da Ingombota tomam o bairro uma cidade à parte, pelo movimento quotidiano de gente, longe de outros bairros "al redor" onde o lixo, a imundície e a sujidade das ruas e dos edifícios deixam muito a desejar.

#### ILUMINAÇÃO

A necessidade de se requalificar a Ingombota levou o pessoal da EDEL a substituir os cabos eléctricos subterrâneos e hoje o projecto de iluminação do bairro é uma realidade diferente de há anos.

Todas as ruas do bairro estão plenamente iluminadas, o que melhorou a circulação nocturna e consequentemente as pessoas podem andar mais à vontade, em particular os moradores que se dizem "sortudos" por poderem ver a sua "urbe" a mudar para melhor.

"Sim, na Ingombota nós não precisamos de lanternas para andar à noite, é tudo iluminado mas ainda falta, pois há casas antigas em que o sistema eléctrico deixou de funcionar, referiram jovens sentados na Mutamba a apreciarem o movimento inusitado de viaturas e pôes.

#### TURISMO

A Ingombota tem poucas condições para o turismo dado o facto de constituir um bairro onde há somente prédios em que funcionam os vários serviços públicos e privados, tendo poucos lugares para lazer ou diversão e por isso se vê que à noite o movimento automóvel ganha fôlego e o destino é a Ilha do Cabo, onde centenas de restaurantes e tendas de comes e bebes fazem a diferença.

Porém, para alguns moradores, é natural que a Ingombota se mantenha como até aqui, porque é uma zona nobre que não se compadece com ambientes ba-

rulhentos e ruidosos preferindo o silêncio que caracteriza o bairro após o anoitecer.

Mas, num futuro não muito distante os moradores e turistas poderão usufruir das "benesses" que vão surgir após a requalificação da Ilha do Cabo, também na Ingombota.

## 6.20 A voz dos bairros

*Semanário factual 26/09/ 2008*

Procurado há muitos anos por gente sem espaço para habitar, o bairro viu crescer o número dos seus habitantes, tomando-se numa urbe onde o belo convive com o feio, numa amálgama de usos e costumes os mais diversos. A Chicala é habitada por pessoas oriundas do Norte, do Leste e do Centro-Sul do país, como constatou o Factual durante a sua reportagem.

Sendo um local turístico, com praias agradáveis, a Chicala recebe diariamente centenas de visitantes que desejam restaurantes, bares e outros locais de diversão.

#### HABITAÇÕES

As casas construídas pelos moradores da Chicala não obedeceram a um plano director, estando tão aglomeradas que não permitem a passagem de veículos. Feitas desordenadamente sobre a areia escaldante, as casas têm telhados de zinco que reflectem a luz do sol, criando a ansiedade para um mergulho no mar ou então para refrescar a garganta com uma boa cerveja a estalar.

E para isso estão disponíveis diversas casas onde são vendidas bebidas, uma actividade que, para além da pesca, envolve quase toda a comunidade. Antes, com as calemas era impossível a vivência na Chicala, uma zona essencialmente de pescadores. Hoje, o mar foi afastado pela intervenção de técnicos e a faixa de terra tornou-se maior, atraíndo pessoas de toda a índole.

#### ARRUAMENTOS

A Chicala possui duas vias principais de comunicação que partem da ilha do Cabo e terminam junto ao mar. São estradas terraplenadas, com "parte molas", o que obriga os automobilistas a reduzirem a velocidade. Pouco arborizada, a Chicala tem a sua fama ligada ao turismo, dados os vários locais de diversão. Porém, quem quiser penetrar no interior do bairro tem de fazê-lo a pé, pois as ruelas e os becos fazem a diferença.

"A Chicala é pequena, mas é comprida e vive-se bem aqui", afirmou ao Pactual o morador João de Deus, de 46 anos, cuja actividade é a venda de bebidas alcoólicas.

Para João de Deus, muita gente vem à Chicala passear, não importa a hora nem o estado das vias, porque o importante é relaxar.

E à noite o movimento automóvel aumenta de intensidade indo parar às barracas de comes e bebes instaladas no final da Chicala. Mas, sossegados, os con-

vivas divertem-se à vontade, tirando prazer da sua estada na zona.

#### DIVERSÃO

o maior local de diversão é encontrado no final da Chicala, onde foram montadas tendas para atendimento de clientes, podendo aí serem consumidos alimentos e bebidas.

Segundo a vendedora Maria Rosa, o atendimento começa por volta das dez horas da manhã e vai até ao dia seguinte, sem interrupção, levando a que muitas trabalhadoras durmam aí semanalmente.

"Não se pode ir para casa todos os dias, moramos longe e fica difícil ir e vir", disseram ao Factual vendedoras ocupadas em atender uma mesa em que estavam sentados dois indivíduos.

O Jornalista aproximou-se da mesa e tomou conhecimento que eram dois portugueses que residem em Angola há três meses.

Abordados, fizeram saber que a Chicala é agradável por ser iluminada à noite e ser "esse local onde viemos cá quase todos os dias".

Na conversa, o Factual ficou a saber que os dois portugueses são engenheiros que vão participar no projecto de transformação da Chicala, que vai ganhar estradas e edifícios modernos para tomar a zona mais atractiva para o turismo.

Para eles, o progresso tem de chegar ao país e para tal o turismo é fundamental.

Daí a vontade de trabalharem num projecto de impacto social e económico como esse de se requalificar a Chicala

#### NOVAS VIAS.

o projecto de requalificação da Chicala já está em curso, sendo a empresa brasileira Odebretch a responsável das obras.

O Factual tomou conhecimento que a estrada principal da Chicala vai ser estendida para permitir a ligação com a Praia do Bispo a fim de facilitar o trânsito de pessoas e bens nos dois sentidos.

O projecto ainda está no início, com a instalação dos estaleiros, julgando-se que antes do fim do ano as obras tenham o seu início.

Indagados alguns operários da Odebretch, o jornalista ficou a saber que a primeira intervenção vai ser junto ao mar para se criarem as condições a fim de se alargar a zona por onde passará a estrada com destino à Praia do Bispo e ao município da Samba.

"É um projecto grandioso que vai tornar a Chicala num centro de turismo que trará mais dinheiro ao cofre do Estado", afirmou o operário Domingos Adão, em cujos olhos brilhava a luz da esperança pela melhoria do bairro.

Também moradores manifestaram contentes por saberem que a Chicala, já bonita de si, será mais atractiva comas obras a começarem brevemente.

#### TURISMO

Se na zona da ilha do Cabo o turismo é já uma realidade, embora as condições para a sua rentabilização ainda sejam difíceis, pode se afirmar que a Chicala vai ser também um local turístico de relevo nos próximos tempos.

É que os vários locais de diversão são o chamariz para os turistas que diariamente visitam a Chicala, ávidos em buscar o sabor das ondas do mar que dá o peixe para alimentar milhares de bocas.

"E altura de o nosso bairro mudar, é preciso investir aqui para que amanhã os nossos filhos vivam melhor", vaticinaram Maria José e Angelina Cruz, duas senhoras que trabalham numa das tendas de comes e bebes. Para elas, o futuro será risonho, podendo por isso, "dormir descansadas".

## 6.21 Entrega de prémios em Luanda

*Jornal de Economia e Finanças 26/09/ 2008*

A cerimónia oficial de abertura ocorrerá no dia 6, segunda-feira, às 9h30, com a presença de autoridades internacionais e do Governo de Angola e a leitura de mensagem especial dirigida aos participantes pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

Está programada, também, durante o evento, a entrega do Prémio Mundial Habitat, concedido pela Fundação de Construção e Habitação Social, da Inglaterra, aos vencedores de 2008.

Será anunciada, também, a "Scroll Of Honour", lista de projectos premiados durante o ano, promovida pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (UNHSP, da sigla em Inglês), mais conhecido como UN – Habitat, e considerada o mais importante galardão a destacar projectos de assentamentos humanos no mundo.

O objectivo deste prémio é reconhecer as iniciativas que deram contribuições relevantes em vários campos, tais como a luta pelo acesso à habitação, promovida por organizações não governamentais, programas de reconstrução em situações pós conflito, desenvolvimento e melhoramento de conglomerados urbanos e acções para a promoção da qualidade de vida urbana.

#### Reunião em Nairobi

Os pormenores da programação do Dia Mundial do Habitat foram acertados durante uma reunião do vice-ministro de Assuntos Urbanos e Meio Ambiente, Pedro da Mota Liz, com a directora executiva Arma Tibajuka

em Nairobi, Quênia, sede do programa da ONU. O encontro serviu para discutir a organização e a programação do evento.

Durante o encontro, as autoridades angolanas agradeceram a oferta de apoio das Nações Unidas para programas de desenvolvimento urbano e de assentamento de populações deslocadas por conflitos.

A directora do UN-Habitat convidou Angola a participar do Fórum Mundial Urbano, na cidade chinesa de Nanquim, de 3 a 6 de Novembro próximo.

O fórum na China será precedido por uma visita de observação a várias cidades daquele país onde estão a ser implementados bons exemplos de desenvolvimento urbano.

## **6.22 Metade da população do planeta já vive em cidades**

*Jornal de Economia e Finanças 26/09/ 2008*

Em toda a história da humanidade, esta é a era em que, pela primeira vez, se regista que metade da população do globo vive em cidades. A constatação traz em seu bojo, como avaliam estudos desenvolvidos pela UN-Habitat, que a procura por habitação adequada e pelos serviços a ela inerentes, como abastecimento de água, esgotos, recolha de lixo, serviços de electricidade, de saúde, de segurança, entre muitos outros, é mais urgente do que nunca, especialmente em países em desenvolvimento.

Vivemos num mundo urbano. Em 2007, a população urbana mundial igualou-se, em número, à população rural. Esse marco histórico representa uma transformação demográfica e, também, uma transformação económica, cultural e social.

"A mudança é ainda mais marcante se considerarmos que, há 200 anos, a existência humana era preponderantemente rural, com menos de 3 % da população total vivendo nas cidades segundo atesta um documento preparatório do Dia Mundial do Habitat. Até então, o compasso da urbanização era muito baixo. O crescimento urbano começou a acelerar na década de 50 do século passado quando a população urbana representava 1/3 da população mundial. Desde então, a humanidade testemunhou o maior crescimento urbano jamais experimentado.

**Crescimento e desigualdade**

O processo de urbanização traz consigo o crescimento económico, mudanças sociais e políticas, avanços tecnológicos e científicos e progresso em várias áreas, reconhecem os estudiosos dos movimentos sociais. Contudo, como alertam, em alguns países e cidades a urbanização começa a causar preocupação principalmente diante do aumento das desigualdades de

renda, não apenas nos países em desenvolvimento, mas também em várias nações desenvolvidas.

Em muitos lugares, urbanização é sinónimo de formação de bairros degradados, com mais pessoas a viverem em assentamentos informais, submetendo-se há condições precárias e sofrendo dos efeitos das diferenças sociais.

Segundo a UN-Habitat, a urbanização está também a causar preocupações devido ao crescente número de países onde tem ocorrido aumento da ocupação de terras e utilização de recursos, ao lado do aumento da poluição e do lixo. "Não devemos ter ilusões a respeito do facto de que as cidades têm maior impacto sobre o clima e mudanças ambientais", alerta a UN-Habitat.

**Sob um mesmo tecto**

O desafio para os gestores urbanos, segundo a ONU, é a implementação de acções urgentes visando estimular o uso de energia mais eficiente e tecnologia ambiental adequada para reduzir a poluição. "Cidades Harmoniosas são aquelas onde todas as pessoas e culturas convivem sob o mesmo tecto", sintetiza a UN-Habitat.

O encontro de Luanda antecede uma das mais importantes actividades da Habitat, que será o foco principal do relatório de 2008: a quarta sessão do Fórum Urbano Mundial, que se realizará em Nanquim, uma das maiores cidades chinesas, que tem um dos mais movimentados portos do país, no delta do rio Yangtze.

O fórum ocorrerá entre 3 e 7 de Novembro próximo, com a presença de delegações de muitos países, entre os quais Angola, que levará as suas experiências de reconstrução de áreas urbanas destruídas em conflito armado.

O Dia Mundial do Habitat em 2007 decorreu em Haia, na Holanda, e teve como tema "Uma cidade segura é uma cidade justa".

## **6.23 Cidades harmoniosas**

*Jornal de Economia e Finanças 26/09/ 2008*

A nossa cidade capital foi eleita para albergar a celebração do Dia Mundial do Habitat que, este ano, ocorre no dia 6 de Outubro. Luanda estará no centro das atenções de todos os países quando centenas de especialistas internacionais de alto nível estiverem, por um dia, a debruçar-se sobre as questões candentes e urgentes em tomo de um dos maiores problemas da humanidade neste século: os aglomerados humanos que se formam nas cidades de todo o mundo e que clamam por uma habitação decente e condigna.

**E por que Luanda?**

A UN-Habitat escolheu Luanda justamente por

oferecer um dos exemplos mais vigorosos em todo o mundo em termos de recuperação de áreas degradadas pós conflitos. O Governo lançou-se num dos maiores programas de reconstrução e reabilitação de infra-estruturas urbanas em todo o mundo. Basta caminhar pelas ruas das nossas cidades para constatar que o cenário urbano está a alterar-se para melhor a cada dia.

É esta saga angolana que será exposta ao mundo no Dia Mundial do Habitat, na primeira segunda-feira de Outubro, dia 6. Trata-se de um momento de justo orgulho para todos nós e de grande nobreza, a considerar que muitas das experiências que aqui estão a ser implementadas poderão oferecer exemplos para outras nações. Em Novembro, em Nanquim, na China, será realizado o Fórum Urbano Mundial onde as recomendações de Luanda serão lembradas e voltarão a ser discutidas.

É bom lembrar que cidades não são apenas tijolos e betão, como diz a directora executiva da UN-Habitat e sub-secretária geral das Nações Unidas, Anna Tibaijuka. As cidades têm uma alma que é exibida através da sua herança cultural. Uma cidade harmoniosa deve, portanto, procurar preservar a sua identidade cultural e proporcionar aos seus moradores, principalmente as classes mais pobres da população, condições de vida que permitam que eles se sintam orgulhosos e apegados ao local onde vivem.

O evento destacará, também, a cooperação que tem havido ao longo dos anos entre as Nações Unidas e o Governo de Angola em programas voltados para o desenvolvimento de projectos de reabilitação de estruturas básicas nos sectores de saúde, abastecimento de água e instalações para melhorar as condições sanitárias locais. Esta é, certamente, uma longa caminhada.

O desafio é hercúleo: nada menos do que melhorar a vida de 100 milhões de pessoas que vivem em musseques, até o ano 2020, conforme o compromisso assumido por todos os estados membros da ONU, no ano 2000, contido no documento Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Se este objectivo de melhorar as condições habitacionais for alcançado, o que será uma enorme conquista, apenas parte do problema estará resolvido, a considerar-se que a população que vive em bairros degradados em todo o mundo é estimada, actualmente, em mil milhões de pessoas, contingente que subirá para três mil milhões, em 2050.

Isto significava que, em quatro décadas, quase metade da população do planeta, calculada em 7 mil milhões de pessoas, poderá estar condenada a viver em condições abaixo dos padrões mínimos aceitáveis.

É esta, em síntese, a dimensão do que será discutido em Luanda.

## **6.24 Dia Mundial do Habitat centra o olhar do mundo para Angola**

*Jornal de Economia e Finanças 26/09/ 2008*

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, UN-Habitat, escolheu Luanda para albergar, no próximo dia 6 de Outubro, as comemorações do Dia Mundial do Habitat. Nesse dia, faz-se um exercício de observação global sobre questões relacionadas com a habitação. O tema será "Cidades Harmoniosas".

Durante todo o dia, com a presença de Arma Tibaijuka, directora executiva da UN-Habitat e Sub-secretária geral das Nações Unidas, mais de 200 convidados, entre os quais especialistas de vários países, irão reflectir sobre a situação das nossas cidades e o direito básico de moradia adequada para todas as pessoas.

Luanda foi a cidade escolhida para sede do encontro mundial para que se possa mostrar ao mundo como Angola, após anos de conflito, está a progredir, rumo ao estabelecimento de "cidades harmoniosas", através do direito básico de moradia adequada para todas as pessoas.

Luanda foi a cidade escolhida para sede do encontro mundial para que se possa mostrar ao mundo como Angola, após anos de conflito, está a progredir, rumo ao estabelecimento de "cidades harmoniosas", através do desenvolvimento urbano, redução da pobreza, melhoramento dos direitos de posse da habitação e o acesso a serviços urbanos básicos.

O objectivo do tema escolhido é debater os problemas decorrentes da rápida urbanização e seu impacto sobre o ambiente. Págs.4 e 5

## **6.25 Especialistas reúnem-se para reflectirem sobre os grandes aglomerados urbanos**

*Jornal de Economia e Finanças 26/09/ 2008*

Altos dirigentes das Nações Unidas e de vários governos do mundo estarão reunidos dia 6 de Outubro, em Luanda, para reflectirem sobre questões de acesso à habitação condigna para as populações mais carenciadas. O encontro é realizado em alusão ao Dia Mundial do Habitat.

Segundo o ministro de Urbanismo e Ambiente, Sita José, a ideia é buscar soluções com vista a integrar as populações que ainda vivem em condições muito precárias e elevar a consciência sobre o estado das cidades no mundo, à luz do direito básico de acesso a uma habitação adequada para todos.

## Harmonia urbana

Sob o lema "Cidades Harmoniosas", o Dia Mundial do Habitat analisará o estado das economias dos países no mundo, o ambiente e a harmonização dentro das cidades.

Conforme perspectivas da ONU, um dos objectivos do milénio é, até 2020, a construção no mundo de cerca de 100 milhões de habitações, cabendo a cada país definir a sua meta.

Para o ministro Sita José, o país já começa a dar sinais animadores sobre esta questão com implementação de projectos que visam a requalificação dos musseques em zonas urbanas, a melhoria do sistema de abastecimento de água, da energia e do saneamento básico.

Foi com estes indicadores que as Nações Unidas escolheram Angola para albergar o Dia Mundial do Habitat. O governante, que falava durante uma conferência de imprensa, em Luanda, disse que esta posição da ONU significa o encorajamento ao esforço que o Governo angolano tem desenvolvido especialmente no sector habitacional, numa acção a ser concretizada nos próximos quatro anos.

"A comunidade internacional está atenta ao que se passa no país, pois nós temos sido referência pelos resultados obtidos na economia", afirma Sita José, apontando um horizonte não muito distante para a estabilidade social que se pretende alcançar.

## Dia de reflexão

O Dia Mundial do Habitat é comemorado desde 1985 em todo mundo na primeira segunda-feira do mês de Outubro. A finalidade é de alertar todas as nações e sociedades sobre a questão habitacional como necessidade básica do ser humano.

A programação do Dia Mundial do Habitat em Luanda "terá início no dia 5 de Outubro, com uma visita a pontos da cidade onde há obras de reconstrução urbana. À noite será oferecido um jantar de boas-vindas às delegações estrangeiras.

## **6.26 Construção de edifício gera polémica**

*Agora 27 / 09 / 2008*

A obra que está a ser executada pela Tecma-Sol, uma empresa especializada em fundações de grande porte, é, segundo a Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), um consórcio de investidores angolanos e estrangeiros, que visa a construção de um edifício comercial.

Segundo a fonte, na área do projecto está prevista a construção de um edifício de 10 andares com apartamentos do tipo T1, T2 e T3, com um, dois e três quartos, respectivamente, e vai tornar-se num edifício de referência no centro da cidade.

Repartido em blocos diferentes e um conjunto de escritórios numa área de cerca de 30 mil metros quadrados, no município da Ingombota, o projecto contempla ainda a construção de uma rede de hotéis, centros comerciais em outras áreas da capital, referiu a fonte.

No entanto, os moradores do prédio da clínica Santa Marta estão descontentes com as obras no local, porque para além de vir a tapar a visibilidade do edifício que aloja a clínica, mais de 12 quartos vão ficar sem ventilação.

"A construtora que está a executar a obra é especializada em fundações de grande porte, por isso, não acreditamos que seja um mero edifício de quatro andares conforme nos informaram", disse um dos moradores no local.

Adiantou também que se trata de um projecto de alto padrão "porque já remetemos uma carta I ao governo provincial de Luanda, no sentido de informar às autoridades da gravidade da situação e não obtivemos nenhuma resposta".

"Queremos que a fiscalização faça uma vistoria a obra e esclareça as pessoas que vivem nos arredores do projecto quais os reais interesses e as suas implicações na estrutura arquitectónica da cidade de Luanda", disse. Me

# 7 SERVIÇOS BÁSICOS

## 7.1 Habitantes do Xangongo beneficiam de latrinas públicas

*Jornal de Angola 16/09/2008*

Os habitantes da comuna de Xangongo, no Cunene, contam, desde sábado passado, com 50 latrinas públicas, construídas pelo secretariado local da Cruz Vermelha, no quadro de um programa de combate à cólera na circunscrição.

O secretário provincial da CVA na região, António Hipewambedi, disse na ocasião que o projecto visa melhorar o saneamento básico no município, para prevenir possíveis endemias, como a cólera.

As latrinas foram construídas em locais de grande movimentação de pessoas, como mercados, escolas e hospitais, António Hipewambedi não revelou o montante gasto nas obras, mas referiu que teve o suporte financeiro de uma organização Britânica denominada "DHD – Brighton".

O administrador municipal de Ombadja, Manuel Domingos Taby, mostrou-se satisfeito e louvou os esforços da CVA, que considerou um grande contributo para a comunidade no que toca ao saneamento básico.

Apelou à população residente para cuidar bem das latrinas, porque estas permitem maior segurança e ajudam na prevenção de doenças. A fonte deu a conhecer que outras latrinas serão construídas em breve no município do Cuvelai.

## 7.2 Varredores de rua orgulham-se por cuidar da sanidade de Luanda

*Jornal de Angola 26/09/ 2008*

Andavam varredores pelas ruas de Luanda logo às primeiras horas da manhã. Enquanto uns varriam o chão e juntavam o lixo, outros apanhavam os resíduos sólidos e colocavam no carro. Um dos varredores, uns pertencentes à Elisal, é Teresa Júlia, uma jovem de 30 anos que já chegou a exercer a actividade de zungueira no mercado de São Paulo, em Luanda.

A jovem conta como se tomou varredora de rua. Depois de ter visto um aglomerado de gente nas imediações da Elisal, assustada, decidiu saber sobre o que, afinal, se estava a passar. "Era muita gente. Fiquei

impressionada e perguntei a alguém o que se passava. Um jovem respondeu-me que estavam a recrutar pessoal para trabalhar na limpeza. Não pensei duas vezes. No dia seguinte fui fazer a minha inscrição. Aceitei o desafio e hoje estou aqui, há um mês, a trabalhar como varredora de rua".

A ex-zungueira não se sente envergonhada por ser varredora de rua. Já foi discriminada por alguns vizinhos, amigos e, até mesmo familiares. Mas, "para mim, o mais importante era ter um emprego fixo numa empresa estatal. Eu já fui zungueira, daí que ser varredora de rua não é um bicho-de-sete-cabeças. Não me envergonho porque sei que daqui vai sair o pão para os meus filhos. Por isso faço esse trabalho como se estivesse a fazê-lo na minha própria casa. Faço-o com muito orgulho."

Waldemar Miguel apercebeu-se, também, do concurso público promovido pela Elisal, uma das mais, antigas no ramo de limpeza e recolha de lixo em Luanda.

Sem hesitar, deu entrada dos documentos antecipadamente, e hoje é um funcionário de base da Elisal. O seu primeiro dia de trabalho, segundo contou, não foi dos melhores, já que estava a ser visto a varrer a rua por pessoas amigas e conhecidas.

"Foi um pouco difícil lidar com isso nos primeiros dias. Primeiro, porque os meus colegas viam-me a varrer a rua e, quando eu fosse à escola, ficavam a comentar. Por outro lado, eu ficava muito cansado, não estava acostumado a fazer esse tipo de trabalho e ficava com muito medo por varrer na estrada", contou Waldemar.

Hoje, Waldemar acha o trabalho uma diversão, porque fez "novos amigos no trabalho e tem muito orgulho do que faz.

O jovem nunca deixou de pensar em novos horizontes. "Eu sonho um dia deixar a profissão de varredor de rua. Estou a estudar e a trabalhar. Com o dinheiro que ganho, pago as minhas propinas escolares e sei que vou poder também pagar a minha faculdade daqui a dois anos. Num futuro breve, passarei de varredor de rua para engenheiro de petróleos. Mas, enquanto isso, o meu objectivo é o de manter as vias da minha cidade limpas"

Conselho de uma mulher de 40.

Com 40 anos de idade, Juliana Kamueje trabalha há quatro meses como varredora de rua, da Odebrecht. Capacete, farda, botas de aço e vassoura fazem parte do material que utiliza para trabalhar logo pelas oito horas da manhã. Juliana tem um coordenador, que distribui as equipas por zonas de trabalho.

Ela usa vassouras largas, com o cabo inclinado, em forma de escovas grandes. Varre, empurrando o lixo, até fazer um pequeno monte que já custa a mexer. Deixa aquele Monteiro e continua mais à frente, até

fazer outro monte de lixo, que é retirado por um colega, que conduz um pequeno carro, com o qual apanha os montes de pó e de lixo.

Juliana faz a vassoura dar passos maiores que os seus próprios passos. A velocidade com que varre diminui à medida que se cansa.

Um dia antes da conversa com a repórter, Joana esteve a trabalhar no Largo da Independência, envolvida num grupo de trabalho composto por mais de trinta pessoas.

Ela era, por sinal, uma das mais velhas e mais antigas do grupo de trabalho que tinha a missão de manter limpa uma zona que se tornou, hoje em dia, num belo espaço de lazer, devido a obras que estão a ser feitas sob a chancela do Governo Provincial de Luanda.

Juliana Kamujeje deixou alguns conselhos úteis aos cidadãos: não joguem lixo em terrenos baldios, valas, córregos ou bueiros e encostas. Coloquem o lixo uma hora antes do caminhão passar; respeitem o horário da recolha convencional e selectiva; não deixem o lixo depositado na calçada, coloquem-no na lixeira ou no contentor; embalem bem o lixo para evitar a acção de animais; vidros e objectos cortantes ou perfurantes devem ser embalados para evitar acidentes; mantenham limpa a comunidade.

Para ela, este é um emprego a que os jovens deviam aderir. "Uma profissão não é só para aqueles que trabalham nos escritórios. Ser varredor de rua não é anormal. Varredor de rua é uma profissão da qual tenho muito orgulho".

Quando o saldo sai da limpeza

Vive com os irmãos e estuda na Escola Angola e Cuba, em Luanda. José António tem 27 anos. Trabalha há quase um ano como varredor de rua, mas sonha um dia tornar-se técnico de frio. A sua namorada não sabe que é varredor de rua, porque tem medo de a perder. "Eu já trabalho há quase um ano e a minha namorada não sabe que sou varredor de rua. Ela pede-me sempre um saldo de dez, mas não sabe que o cartão de recarga é adquirido graças ao trabalho que executo. Não conto à ela a verdade porque tenho medo da sua reacção", referiu.

"Eu já tentei arranjar trabalho em várias empresas. Nunca fui aceite. Quando o meu irmão me disse que a Elisal estava a precisar de pessoal para limpeza, fui no dia seguinte fazer a minha inscrição. Fui aceite e hoje trabalho como varredor de rua", pontualzinho.

Apesar de ambicionar outro emprego, José António afirmou à nossa reportagem que gosta do que faz. "Eu nunca sonhei ser um varredor de rua. Nunca me imaginei a varrer as ruas de Luanda. Mas hoje aprendi que também é uma profissão como todas as outras. Acho até que as pessoas deveriam ter mais consideração, afinal, somos nós que cuidamos da sanidade da capital do país", frisou.

Kelsom Damião (nome fictício) não quis ser identificado, mas aceitou falar à nossa reportagem. Disse que gosta do trabalho que faz, mas também ama a sua namorada; "Ser varre dor de rua é uma profissão como outra qualquer. Às vezes, encontramos dificuldades em engatar "garinas" porque algumas não aceitam namorar com jovens que passam o dia a varrer, rebocados num carro de lixo", asseverou.

Para ele, não tem sido nada fácil. "Não tem sido fácil. A minha família não acredita que este é o meu emprego, porque saio de casa sempre bem apresentado e volto também bem apresentado. Quando digo que trabalho na Elisal põem-se a rir. Isto para mim é difícil de acreditar porque se a minha própria família não acredita quanto mais os de fora. Eu não tive sequer a coragem de comentar com a minha namorada porque tenho a certeza de que me vai deixar", rematou.

Domingas da Costa, mãe de dois filhos, afirma-se também sofrer de complexos pela profissão que optou, não por gosto, mas por necessidade. "Eu não escolhi esta profissão porque gosto, mas porque não tive outra alternativa. Precisava de um emprego para sustentar os meus filhos, órfãos de pai. Sinto vergonha quando passa alguém conhecido e vê-me com o carro do lixo ou então a varrer. Mas não tenho outra alternativa".

Com o salário que ganha, Domingas está a pensar em tirar um curso profissional para conseguir um outro emprego. "Eu não menosprezo esta profissão, porque sei que há pessoas que gostam de ser varredores de rua. Mas eu tenho as minhas ambições. Não ganho tão mal assim, por isso estou a juntar algum dinheiro para fazer um curso profissional", perspectiva Domingas da Costa.

# 8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

## 8.1 Desminados 423 quilómetros de estradas em todo o país

*Jornal de Angola 2/09/ 2008*

Mais de 423 quilómetros de estradas e 20 de linhas-ferreas foram desminados de Janeiro a Julho do ano em curso, pelas operadoras nacionais, internacionais, empresas comerciais e a comissão executiva constituída pelas FAA, Gabinete de Reconstrução Nacional e INAD. O dado foi revelado ao "JA" pelo técnico de avaliação e controle de qualidade, Jean Jack Cristóvão Cortez.

Procedeu-se igualmente à limpeza a diversas zonas numa extensão de cinco mil 430 metros quadrados. Ainda no mesmo período foram removidas e destruídas 91 mil311 minas anti-pessoal e 74 minas anti-tanque e as operadoras procederam à remoção e destruição de 915 mil 177 engenhos explosivos não detonados.

O município de Mavinga, no Kuando-Kubango, é um dos mais minados. "A CNIDAH tem feito o acompanhamento da destruição de minas de fabrico alemão, chinês e sul-africano", disse Jean Jack Cristóvão Cortez.

### Acidentes

Entre 2002 e 2005 o país registava 250 a 260 acidentes com minas. Actualmente há uma média de 50 acidentes por ano, garantiu o chefe de Educação de Riscos de Minas da CNIDAH, Nelson Manuel.

"A tendência é baixar. Os resultados positivos são fruto de grande envolvimento das operadoras nas actividades de desminagem e, também, devido ao programa de educação sobre o risco de minas junto da população, sobretudo nas escolas e nas comunidades", assegurou.

Actualmente, os acidentes com minas são raros. Segundo Nelson Manuel, os acidentes mais frequentes são provocados por granadas, rockets e morteiros, que fazem vítimas principalmente entre crianças.

### Acesso livre de minas

Todas as províncias e sedes municipais estão ligadas por estrada, por isso, as pessoas e as viaturas podem circular sem perigo de minas, afirmou o assessor nacional do Sistema de Gestão de Informação da CNIDAR, Pedro Toco Ribeiro.

"Existem pequenos troços, principalmente nas vias terciárias, que carecem de algum trabalho e estão identificados", garantiu. Um dos objectivos na acção de minas no país é a criação do movimento livre da

população.

A ligação via terrestre sem perigo de minas é fruto do esforço desenvolvido nos últimos anos pela comissão executiva de desminagem, constituída pelas FAA, Instituto Nacional de Desminagem e o Gabinete de Reconstrução Nacional.

"De 2004 a 2007 fez-se um levantamento do impacto das minas no país, um projecto apoiado pela União Europeia, Estados Unidos da América, Canadá e Alemanha. Na altura, a província do Moxico era das zonas mais minadas do país", realçou.

O levantamento, segundo Pedro Ribeiro, serviu como base do Plano Estratégico de Acção de Minas. Durante as acções do levantamento foram visitadas mais de 20 mil localidades.

Pedro Toco explicou que para determinar, por exemplo, uma área de alto impacto tem-se em conta a existência do número de minas e dos bloqueios das áreas minadas, como em residências, vias e fontes de água. "Somando estes bloqueios será determinado se é de baixo, médio ou alto impacto", disse.

Pedro Ribeiro recordou que a maior parte das zonas de alto impacto no país estão desminadas e as que existem, a grande parte é de baixo impacto.

## 8.2 Minas: o inimigo invisível que se combate na Lunda-Sul

*Jornal de Angola 3/09/ 2008*

Amélia Sambo, 41 anos de idade, bate com a enxada sobre algo duro durante a limpeza do terreno situado a 500 metros do bairro Kamiangueno, onde reside, nas imediações do Rio Luachimo, a mais de 20 quilómetros da cidade de Saurimo, e onde pretende cultivar mandioca tão logo comece a época chuvosa.

O vaticínio de embate sobre uma pedra ou algo parecido dominava o íntimo da humilde camponesa relativamente à possibilidade de ter atingido a parte superior de uma mina anti-pessoal, que não explodiu por "milagre".

Informados do facto, dois sapadores afectos ao Instituto Nacional de Desminagem removeram arte facto, coberto por plástico de cor militar, cortado a meio pela lâmina da enxada.

Contra todas as expectativas Amélia não pensa abandonar o local onde tem plantado mandioca e outras culturas. "Continuarei a trabalhar aqui mesmo, porque a minha vida depende de Deus", disse mesmo tendo conhecimento da desactivação de três engenhos do género, durante o ano passado, nas cercanias da sua lavra.

Acções de desminagem na província



Pelo menos oito milhões 90 mil metros quadrados de superfície, equivalente a pouco mais de 869 campos de futebol, foram limpos de minas de Janeiro a Julho do ano em curso, na província da Lunda-Sul numa acção desenvolvida por sapadores afectos ao Instituto Nacional de Desminagem (IN1\D) em parceria com as organizações Versol Lda., Yola Comercial e as Forças Armadas Angolanas (F AA).

A limpeza do espaço correspondente a 24 por cento de 155 áreas suspeitas de minas, distribuídas pelos quatro municípios que integram a província saldou-se na remoção de 234 minas anti-pessoal, 30 anti-tanque e dois mil 289 engenhos não detonados.

De acordo com o oficial de ligação da Coordenação Provincial de Acção Contra Minas (CPACM), Salvador Kolo, o programa incidiu na viabilização da circulação garantindo segurança na reconstrução de pontes, acesso às lavras, fontes de água e zonas de cultivo obedecendo um plano traçado pelo governo local.

Beneficiou mais de 66 mil e 600 habitantes baseados nos arredores da cerâmica Fukaua, na via Saurimo/Dala, vila de Mona-Quimbundo, Sambwambwa, localidade de Sakaluile e na via Muconda/Kassai-Sul/Luau.

Mona Quimbundo no topo da lista

De acordo com oficial de ligação da sala operativa afecta à C P A C M a comuna de Mona-Quimbundo, adstrita ao município de Saurimo, encabeça a lista de zonas mais minadas por repetidas vezes ter servido de palco do conflito armado.

As razões de precaução redobrada nesta última localidade prendem-se com a falta de um trabalho de levantamento completo. O trabalho gizado por duas operadoras está longe de concluir a complexa empreitada.

A população abstém-se de circular à revelia. Sabe que qualquer atrevimento de circulação em espaços mal identificados pode custar a própria vida.

Aliás, o volume de estacas com o branco e vermelho a predominarem na parte superior são claro aviso, sobretudo, ao visitante que "aqui não se circula à toa ou cuidado com a tua vida".

Queimadas recentes feitas nas cercanias da sede justificaram as suspeitas, ao porem a descoberto uma mina anti-pessoal, localizada por populares que passavam próximo ao local.

A área onde está o artefacto assassino está bem identificada mas o desaparecimento do trilho nesta época, devido ao impacto dos ventos, exige marcha cautelosa e distanciada entre aqueles que desejam constatar a realidade.

Não foi em vão que na última deslocação em

reportagem sobre este assunto, um oficial da polícia, na sede advertiu várias vezes um dos colegas para certificar-se do trilho, quando dirigia os repórteres deste órgão ao local onde a mina estava implantada, estando a jornalista Camuanga Júlia bastante distanciada como quem foge, cautelosa, quando vê a morte aproximar-se.

### **8.3 Angola já não tem deslocados**

*Jornal de Angola 3/09/2008*

Angola já não tem cidadãos na condição de deslocados. De acordo com a directora nacional para a Promoção Social, Nilsa Batalha, deixaram de existir também os campos e os centros de trânsito de deslocados.

O Governo considera deslocados os cidadãos que abandonaram os seus locais de origem mas sem atravessarem as fronteiras do país. Os serviços oficiais concluíram a instalação de 1 500 000 angolanos, nas suas áreas de origem ou de opção, no âmbito do Programa de Repatriamento. Voluntário das Populações directamente afectadas pela guerra.

O programa, segundo Nilsa Batalha, visou inicialmente garantir assistência imediata aos deslocados e, mais tarde, aos que se encontravam fora dos campos e centros de acolhimento, em número de três milhões, totalizando 4 380 000 pessoas. Para efectivar o processo de instalação dos deslocados, que demorou cerca de dois anos, o Governo disponibilizou recursos para garantir transporte e os meios básicos para a sobrevivência das populações nas suas localidades de origem ou de fixação.

Nilsa Batalha revelou também que nos antigos centros e campos de deslocados vivem pessoas que, por decidirem espontaneamente permanecer nesses locais, perderam o estatuto de deslocadas, passando a ser consideradas pessoas vulneráveis, por estarem num processo de adaptação a uma nova realidade e província. "Muitos deslocados já criaram alternativas de subsistência, já trabalham e têm as suas vidas reconstruídas nas localidades onde foram acolhidas, razão pela qual já não beneficiam do apoio do Governo. Outras ainda beneficiam de alguma assistência, através dos órgãos locais, para permitir uma reintegração mais rápida", esclareceu.

Por outro lado, dos angolanos refugiados nos países vizinhos, 410.000 regressaram ao país, no âmbito da operação de repatriamento voluntário e organizado. De acordo com a directora nacional para a Promoção Social esta operação, realizada no período de Junho de 2003 a Março de 2007, foi considerada pelas Nações Unidas como uma das maiores em Africa, pelo número de países envolvidos e de refugiados. "Devo referir que só em 2002, no período de Maio a Dezembro, ainda não estavam criadas as condições para o início da

operação, mas já tinham regressado 85 mil pessoas pelos seus próprios meios. Portanto, isso evidencia a ânsia dos angolanos em regressarem ao país para reconstruir e normalizar as suas vidas", disse.

Por via terrestre, segundo Nilsa Batalha, 297 colunas de camiões transportaram 94 769 refugiados, provenientes da República Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia e outros como Botswana e África do Sul. Outros refugiados, num total de 43825, foram transportados por via aérea. "Foi difícil trazer de vários países inúmeras pessoas.

Antes mesmo do início da operação de repatriamento, tivemos que fazer um trabalho minucioso de selecção das vias onde deviam passar os camiões e dos aeródromos onde deviam aterrar os aviões. Foi feita a desminagem nessas vias, por isso louvo o apoio das Forças Armadas Angolanas.

#### **8.4 Mais de mil quilómetros quadrados do território angolano estão minados**

*Jornal de Angola 12/09/ 2008*

Um total de 1.304 quilómetros quadrados, correspondentes a um por cento do território nacional, encontra-se ainda minado, revelou ontem, em Luanda, a coordenadora nacional de Programas da Acção de Minas da Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH), Balbina Silva.

Falando na cerimónia de apresentação de um relatório denominado "Levantamento de Impacto de Minas", apresentado no Hotel Trópico, Balbina Silva acrescentou que este trabalho contou com a contribuição das Nações Unidas.

Esclareceu que do relatório apresentado consta que 40 localidades visitadas foram consideradas de nível alto, 455 de nível médio e mil e 493 de nível baixo. Segundo o documento, para se chegar a estes números foi entrevistado um total de 28 mil pessoas.

O "Levantamento de Impacto de Minas", segundo o relatório, concluiu que as minas terrestres produzem impacto sobre oito por cento de mais de 23 mil comunidades em Angola.

Segundo Balbina Silva, a Estratégia Nacional de Acção de Minas 2006-2011, foi concebida com base nos resultados do levantamento e fixa como metas a eliminação total destes engenhos nas comunidades consideradas de alto impacto, redução a 50 por cento das comunidades de médio impacto e marcação e/ou sinalização de todas as comunidades consideradas de baixo impacto.

Referiu, igualmente, que o CNIDAH forneceu linhas

de orientação para a implementação da Estratégia Nacional de Acção de Minas no contexto de cada província, tendo como base os resultados do projecto.

Esta base permitirá racionalizar os recursos materiais e financeiros para dar prioridade às respostas das necessidades humanitárias e de desenvolvimento.

#### **8.5 Zaire entrega mais de mil armas**

*Jornal de Angola 16/09/ 2008*

Mil e 181 armas de diversos calibres foram entregues voluntariamente por habitantes da província do Zaire, de Março até ao presente, no âmbito do processo de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas.

Em declarações à imprensa, em Mbanza Congo, o coordenador adjunto da subcomissão técnica de desarmamento, Ricardo Rodrigues, recomendou aos demais cidadãos, em posse ilegal de armas, a seguir o exemplo.

O também 2º comandante para a Ordem Pública do Comando Provincial da Polícia no Zaire reiterou que a comissão de desarmamento continuará a orientar as pessoas em posse ilegal de armas a proceder a sua entrega voluntária aos órgãos policiais e militares.

Apesar do processo de desarmamento se encontrar em fase de entrega coerciva, a Polícia continua à espera que os cidadãos entreguem voluntariamente as armas em sua posse.

"A guerra já terminou e nada justifica que as populações continuem a manter armas de fogo em casa ou nas lavras, por constituir perigo para a sua própria vida e para os demais", alertou.

No Namibe, catorze armas de fogo de diversos calibres foram entregues voluntariamente pela população civil ao Comando Provincial da Polícia Nacional no período de 2 a 8 deste mês.

Em declarações à ANGOP, o porta-voz do comando da Polícia Nacional no Namibe, superintendente Rodolfo Óscar Jorge, afirmou que, comparativamente à semana anterior, a unidade verificou diminuição de cinco armas de fogo.

Rodolfo Óscar Jorge frisou que além das 14 armas de fogo, também foram recebidos cinco carregadores e outros artefactos.

## **8.6 Sobas benguelenses enaltecem ganhos da paz**

*Jornal de Angola 16/09/ 2008*

As autoridades tradicionais no interior da província de Benguela enalteceram os ganhos que a paz tem proporcionado nos últimos anos, evidenciados no resgate das tradições e hábitos culturais antes interrompido devido à guerra.

Falando à ANGOP a propósito do 17 de Setembro, Dia do Herói Nacional, os sobas Nogueira Sandele e Ferreira Mopelwa, das comunas do Chindumbo e Maka Mombolo, município do Balombo, respectivamente, afirmaram que com a paz já tem, sido possível tocar o batuque de Africa.

"Com a paz já se consegue organizar festas de circuncisão, dançar tchingandji (homem mascarado), produzir estatuetas na base do conhecimento dos antepassados e celebrar os princípios tradicionais, tal como previu o fundador da nação angolana, Agostinho Neto, nas suas obras literárias", sublinharam.

Declararam que com a cessação das hostilidades, os sobas retomaram os encontros debaixo das mulembas que desde a antiguidade simbolizaram o poder tradicional e praticar a actividade agrícola para o sustento das famílias.

## **8.7 Governo compensa localidades que entregam mais armamentos**

*Jornal de Angola 16/09/ 2008*

As localidades cujos habitantes mais armas entregaram às autoridades durante o processo de desarmamento voluntário de civis serão compensadas com bens e serviços de benefício colectivo pela Comissão Técnica Provincial da Huíla para o Desarmamento.

As referidas localidades serão priorizadas em termos de empreendimentos como escolas, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica; tractores agrícolas, instrumentos de trabalho, gado para tracção animal, dentre outros.

Apesar do processo de desarmamento da população civil se encontrar na fase de recolha coerciva, os cidadãos que procederem à entrega voluntária de material de guerra em sua posse não serão sancionados.

A Subcomissão Técnica Provincial de Desarmamento da População Civil na Huíla pretende utilizar esta metodologia em substituição da estratégia de troca de armas por meios monetários, utilizados em outras partes do mundo.

A informação foi avançada pelo coordenador adjunto da Subcomissão Técnica Provincial do Desarmamento

da População Civil na Huíla, 10 Superintendente Feliciano António.

A referida subcomissão reuniu-se ontem na Cidade do Lubango para analisar o protótipo de regulamento sobre os estímulos colectivos a serem atribuídos às áreas que maior número de armas entregarem voluntariamente às autoridades.

A reunião avaliou ainda a fase da recolha coerciva em curso, bem como a reavaliação das estratégias de actuação nesta etapa e a sensibilização das populações para a entrega de armas em sua posse.

## **8.8 Zonas desminadas possibilitam construção de infra-estruturas sociais**

*Jornal de Angola 17 /09/ 2008*

O processo de desminagem levado à cabo pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD) e pela Comissão Nacional Inter-Sectorial de Desminagem e Assistência Humanitária (CNIDAH) tem possibilitado a construção e a reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e sociais em todas as localidades da província do Bié, assegurou o director provincial das Obras Públicas, João Marques Bango.

Durante o processo de Desminagem nesta região central, cerca de quatro mil e 87 minas anti-pessoal e oitocentos e 58 minas anti-tanque foram desactivadas numa superfície superior a três milhões, 683 mil 251 metros quadrados, durante os seis anos de paz, afirmou o coordenador provincial da CNIDAH, António Gomes da Conceição Gonçalves.

Aquele responsável sublinhou que em 2004 houve mais de 97 acidentes que causaram 76 mortes e 126 feridos, dos quais oito viaturas ficaram destruídas, exceptuando outros danos materiais, enquanto dezanove mil 1986 engenhos explosivos foram igualmente desactivados.

António Gomes da Conceição Gonçalves afirmou que com o apoio das estruturas do MINARS, o CNIDAH garantiu assistência social a quatro mil 514 portadores de deficiência vítimas de minas.

Por seu lado, o centro ortopédico assistiu mais de mil 492 pessoas deficientes, com a entrega de meios como cadeiras de rodas e acções de fisioterapia, o que tem permitido uma fácil reintegração dos portadores na sociedade.

Em relação às estradas que são as principais vias de comunicação da população, o CNIDAH, livrou 284 mil 121 quilómetros de estradas de minas. Para tal, foi necessário o uso de meios técnicos e mecânicos que permitiram a redução do perigo de engenhos explosivos nas vias principais, secundárias e terciárias desta região.

Para o director provincial das Obras Públicas, as estradas que dão acesso à comuna do Cutato, município do Chinguar e à comuna do Munhango, município do Kuemba, incluindo outras localidades, são algumas referências das estradas que anteriormente não beneficiavam de obras sociais por causa da existência de minas, as que há seis anos começaram a ganhar algumas infra-estruturas sociais e rodoviárias.

De acordo com João Marques Bango, actualmente, o sector das Obras Públicas está a concluir o programa bienal 2007/2008, com obras de construção, na cidade do Kuito, de uma escola de formação feminina, a leprosaria do Cangalo, o centro materno-infantil na comuna do Cunje, as escolas da Chicava, Cambândua e Camundongo bem como escolas de quatro salas de aula nas povoações do Ecovongo e Capolo, na comuna da Chicava, respectivamente.

Dentro deste programa, no município do Kuito, estão ainda em construção duas residências para técnicos, enquanto no município do Chinguar está a ser construído o um instituto médio de educação, uma escola primária na povoação de Cangalo, um posto de saúde, a administração e a residência do administrador da comuna do Cutato, bem como a unidade policial na sede comunal.

"O Programa Especial Mínimo de Reconstrução da cidade do Kuito (PERMCK), virado especialmente para a construção e reabilitação de infra-estruturas para a sede provincial, possui actualmente 27 projectos, dos quais alguns foram inaugurados recentemente", explicou.

O director provincial das Obras Públicas informou que no município do Kunhinga que dista a trinta quilómetros da cidade do Kuito, também está a ser construído um instituto médio de educação, a residência do administrador municipal, a reabilitação e construção da administração e do posto de saúde na comuna de Belo Horizonte, incluindo duas residências para técnicos.